



**UFAM**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

INDÍGENAS EM CONTEXTO DE CIDADE: Um estudo sobre o  
processo psicopolítico das dimensões da identidade coletiva em  
moradores da Comunidade Sol Nascente

MAYARA DOS SANTOS FERREIRA

MANAUS

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MAYARA DOS SANTOS FERREIRA

INDÍGENAS EM CONTEXTO DE CIDADE: Um estudo sobre o processo psicopolítico das dimensões da identidade coletiva em moradores da Comunidade Sol Nascente

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia, ênfase em Psicologia e Processos Psicossociais.

Auxílio Financeiro: Bolsa FAPEAM

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Gustavo Aguilar Calegare

Manaus

2019

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

F383i Ferreira, Mayara dos Santos  
Indígenas em contexto de cidade : Um estudo sobre o processo psicopolítico das dimensões da identidade coletiva em moradores da Comunidade Sol Nascente / Mayara dos Santos Ferreira. 2019 124 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Marcelo Gustavo Aguilar Calegare  
Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicossociais) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Povos Indígenas. 2. Cidade. 3. Identidade Coletiva. 4. Psicologia Política. 5. Psicologia Social Comunitária. I. Calegare, Marcelo Gustavo Aguilar II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

MAYARA DOS SANTOS FERREIRA

**“Indígenas em contexto de cidade: um estudo sobre a constituição da identidade coletiva de moradores da comunidade sol nascente.”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha de Processos Psicossociais.

*Aprovado em 08 de março de 2019.*

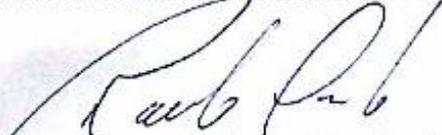
**BANCA EXAMINADORA**



**Prof. Dr. Marcelo Gustavo Aguilar Calegare**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS



**Prof.ª Dr.ª Denise Machado Duran Gutierrez**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS



**Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira da Silva**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## **DEDICO À**

Comunidade Sol Nascente,  
pelo acolhimento e confiança de  
que eu pudesse desenvolver esta  
pesquisa.

A minha mãe Vânia Santos,  
ao meu pai Genadir Ferreira, e  
minha vó Maria de Jesus, pelo  
apoio e incentivo que me foi  
direcionado durante todo o  
caminho percorrido até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Início cumprimentando a **Universidade Federal do Amazonas, a Faculdade de Psicologia e o Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário – LABINS**, pela oportunidade de ambiente institucional para realização da pesquisa; e também à **Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas**, pela bolsa concedida.

Obrigada à todos os **moradores da Comunidade Sol Nascente**, pela disponibilidade com a qual me receberam em suas casas, e contribuíram diretamente para a construção deste trabalho, especialmente ao **Eledilson Corrêa Kauixi e Domingos Vieira**, comunitários que me permitiram estar junto à eles neste estudo.

Agradeço também à Deus e a toda energia e força, de quaisquer planos, que de alguma forma me ajudaram a ter perseverança e persistir para chegar até aqui. Obrigada por semearem esperança, amor, paciência e fé em meu coração, sustentando minha disposição e minha disciplina. Igualmente agradeço aos meus pais, **Genadir e Vânia**, pelo colo sempre pronto, pelo incentivo, carinho e afeto nos meus momentos de fragilidade, por, sobretudo, acreditarem em mim e na minha capacidade e me apoiarem sempre; e também aos meus outros familiares.

Agradeço às amigas e amigos que encontrei neste percurso do mestrado, que me possibilitaram o compartilhamento de momentos de acolhimento, afeto e amparo em quaisquer circunstâncias e que também contribuíram de forma valiosa para a minha jornada acadêmica. Em especial à **Valéria Pacheco**, pelo incentivo e afeto.

**Denise Amâncio**, obrigada ter sido o coração maior do mundo nesse período, sendo meu refúgio em muitos momentos de angústia. Sou feliz e grata por ter tido você comigo nessa caminhada, e por me ajudar a tornar esta pesquisa real. Você está no meu coração e é a amizade mais especial que eu encontrei nesse momento da minha vida.

**Andreza Costa e Cássio Péres**, sou imensamente grata pelos momentos compartilhados, pelo carinho, atenção, e por todas as vezes que me fizeram rir em tempos difíceis. Agradeço a compreensão pelas vezes em que eu não pude estar com vocês. Eu não teria palavras para descrever o quão importantes vocês são para mim, e o que representam na minha vida pessoal e acadêmica. Vocês são os melhores e mais lindos presentes que a vida poderia me dar. Meu “triozineo”, eu amo vocês.

Agradeço à **Ana Paula, Ester, Izabele, Kellen, Loren, Luane, Lucas, Priscila e Vanessa**, por serem a melhor torcida que eu poderia ter na vida. “Lerigou!”.

Ao **Alexandre** e à **Lana**, meus irmãos de coração, obrigada por serem tão presentes mesmo estando longe fisicamente.

Ao meu orientador, **Marcelo Calegare**, pela paciência, confiança no meu potencial, contribuições e acompanhamento constante.

A todos os professores e orientadores, da graduação, especialização e mestrado, muito obrigada. Faço aqui uma citação especial à três mulheres incríveis que foram inspirações em minha trajetória acadêmica: **Rosiane Palheta**, **Alessandra Pereira** e **Marly Paixão**. Vocês são e serão sempre meus exemplos de competência e profissionalismo na Psicologia e na pesquisa. Quero ser como vocês quando eu crescer.

E, por fim, agradeço também, a todos os funcionários da Faculdade de Psicologia que diariamente trabalham para que nós possamos ter um ambiente físico e institucional de qualidade para realização de nossas atividades, em especial à **Dona Ângela**, pelos abraços e sorrisos afetuosos de sempre.

Àqueles que eu não mencionei, mas que estiveram ou cruzaram comigo durante este percurso, eu também agradeço. Todos foram muito importantes e me ajudaram alcançar o que hoje estou celebrando.

Minha eterna gratidão a todos.  
Essa dissertação também é de vocês!

Não se trata de abandonar a Psicologia; trata-se de colocar o saber psicológico a serviço da construção de uma sociedade em que o bem-estar dos menos não se faça sobre o mal-estar dos mais, em que a realização de alguns não requeira a negação dos outros, em que o interesse de poucos não exija a desumanização de todos.

Martín-Baró (1996)

## RESUMO

Os povos indígenas em contexto de cidade têm enfrentado diversos obstáculos político-sociais acerca de sua presença e permanência nestes espaços, sobretudo pela dificuldade de acesso a direitos básicos como saúde, educação, segurança e regularização de suas terras. Com isso, as comunidades indígenas citadinas têm encontrado diversos meios de articulação para se organizar e mobilizar reivindicações em prol de melhorias. Neste sentido, este estudo propõe uma discussão acerca da identidade coletiva – conceito da Psicologia Política que se refere às dimensões cognitiva, emocional e interativa que estruturam os modos de organização de grupos e coletivos – com base em nossa experiência na comunidade indígena pluriétnica citadina intitulada “Sol Nascente”, localizada numa área de ocupação de uma Área de Preservação Permanente (APP) na zona norte de Manaus/AM, desde junho de 2013, com atualmente aproximadamente 600 moradores. Nossa atuação comunitária fez interface com o enfoque teórico-metodológico da Psicologia Social Comunitária. Trata-se de um estudo qualitativo, que teve como objetivo compreender o processo de constituição da identidade coletiva de moradores da Comunidade Sol Nascente. Utilizamos como instrumentos: entrevista semiestruturada e observação participante com registro em diário de campo. Como procedimento de análise, utilizamos a Análise de Conteúdo de Bardin. A presença na comunidade ocorreu entre Agosto/2017 e Junho/2018. Nossas discussões apontam que na dimensão cognitiva, os moradores da comunidade apresentam características de pertencimento principalmente através de suas noções coletivas e compartilhadas de história e constituição. Permeadas a estes aspectos, também apontamos as questões étnicas presentes no sentimento de pertencimento, com elementos do reconhecimento entre pares e afinidades étnicas históricas. Na dimensão emocional, colocamos em pauta os sentimentos negativos presentes, sobretudo, na relação interétnica, que é concretizada a partir de vivências de preconceito e discriminação, e divergências políticas acerca da terra. Além disso, observamos novamente o marcador étnico, considerando a identificação de rixas intraétnicas que direcionam os modos de relação e sentimento comunitário. Na dimensão interativa, apontamos os principais elementos passíveis de negociações intra e intercomunitárias entre indígenas e não indígenas, sendo identificados como principais: as especificidades indígenas, a organização sociopolítica e a luta por direitos básicos. Podemos observar através de nossas discussões que os marcadores étnicos estão expressivamente presentes no entendimento da identidade coletiva dos povos indígenas em contexto de cidade. Neste sentido, entendemos a necessidade de contextualizar esses marcadores a estas discussões, de modo a ampliar diálogos pertinentes às Psicologias, às questões indígenas e o conceito de identidade coletiva.

**Palavras-chave:** Povos indígenas. Cidade. Identidade Coletiva. Psicologia Política. Psicologia Social Comunitária.

## ABSTRACT

Indigenous peoples in a city context have faced a number of socio-political obstacles to their presence and permanence in these spaces, mainly due to their difficulty in accessing basic rights such as health, education, security and regularization of their lands. Thus, the city's indigenous communities have found several means of articulation to organize and mobilize demands for improvements. In this sense, this study proposes a discussion about the collective identity – concept of Political Psychology that refers to the cognitive, emotional and interactive dimensions that structure the modes of group and collective organization – based on our experience in the city pluriethnic indigenous community entitled “Sunrise” (APR), located in a occupied area of a Permanent Protected Area in the north zone of Manaus/AM, since June 2013, with approximately 600 inhabitants. Our community work had interface with the theoretical-methodological approach of Community Social Psychology. So, this is a qualitative study, whose objective was to understand the process of constitution of the collective identity of residents of the Sunrise Community. We used as instruments: semi-structured interview and participant observation with recording in field diary. As an analysis procedure, we used Bardin's Content Analysis. Our presence in the community occurred between August/2017 and June/2018. Our discussions point out that in the interactive dimension, the residents of the community present the belonging, mainly through their collective and shared notions of history and constitution. Permeated to these aspects, we also point out the ethnic issues present in the sense of belonging, with elements of peer recognition and historical ethnic affinities. In the emotional dimension, we highlight the negative feelings present mainly in the interethnic relationship, which is consolidated from experiences of prejudice and discrimination, and political differences about the land. In addition, we observed the presence of the ethnic marker as well, since we have identified that intra-ethnic strife directs modes of relationship and community sentiment. In the interactive dimension, we point out the main elements that can be negotiated intra and inter-communitarian among indigenous and non-indigenous peoples, with the following being identified: indigenous specificities, socio-political organization and the struggle for basic rights. We can observe from our discussions that ethnic markers are expressively present in the understanding of the collective identity of indigenous peoples in a city context. In this sense, we understand the need to contextualize these markers to these discussions, in order to broaden relevant dialogues to Psychologies, to indigenous issues and to the concept of collective identity.

**Keywords:** Indigenous peoples. City. Collective Identity. Political Psychology. Community Social Psychology

### **Lista de Figuras**

Figura 1 - Extensão da área da Comunidade Sol Nascente .....	16
Figura 2 - Esquema de constituição da Identidade Coletiva .....	20

### **Lista de Tabela**

Tabela 1 - Grupos participantes e identificação étnica.....	22
Tabela 2 Gênero dos Participantes .....	23
Tabela 3 Etnias participantes .....	23

### **Lista de Quadro**

Quadro 1 - Organização geral das categorias encontradas de acordo com eixos temáticos, categorias e subcategorias .....	24
---	----

### **Lista de Siglas**

APP – Área de Preservação Permanente

CAPISOL – Coordenação do Assentamento Povo Indígena do Sol Nascente

COPIME – Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno

CSN – Comunidade Sol Nascente

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

PC – Psicologia Social Comunitária

SEMMAS – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade

TI – Terra Indígena

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
A Comunidade Sol Nascente .....	16
Psicologia Social Comunitária e comunidade .....	17
Psicologia Política e identidade coletiva .....	19
Objetivos e metodologia .....	21
<b>1. MAPEAMENTO DE LITERATURA ACERCA DE IDENTIDADE COLETIVA E INDÍGENAS EM CONTEXTO DE CIDADE.....</b>	<b>27</b>
1.1 Introdução .....	27
1.2 Metodologia .....	29
1.3 Descritor “identidade coletiva” .....	30
1.4 Descritores “indígenas urbanos” e “indígenas na cidade” .....	33
1.5 Aliando descritores: identidade coletiva + indígena.....	37
1.6 Conclusões .....	38
<b>2. DIMENSÃO COGNITIVA DAS IDENTIDADES COLETIVAS: PERTENCIMENTO NA COMUNIDADE SOL NASCENTE .....</b>	<b>40</b>
2.1 Introdução .....	40
2.2 Histórico e Constituição.....	41
2.2.1 Elementos convergentes, geradores de pertencimento .....	42
2.2.1.1 Adversidades .....	42
2.2.1.2 Articulações Comunitárias .....	43
2.2.1.3 Fundadores .....	45
2.2.1.4 Engajamento e Lutas Comunitárias .....	47
2.3 União e Questões Étnicas.....	49
2.3.1 Elementos convergentes, geradores de pertencimento .....	50
2.3.1.1 Reconhecimento entre pares .....	50
2.3.1.2 Mobilização coletiva.....	51
2.3.1.3 Compartilhamento de espaço .....	53
2.3.1.4 Ações coletivas .....	54
2.3.1.5 Festejos e Rituais .....	56
2.3.2 Elementos divergentes, dificultando o processo de pertencimento .....	58
2.3.2.1 Divergências étnicas .....	58
2.3.3 Elementos Relativos .....	60
2.3.3.1 Antagonismos .....	60
2.4 Conclusões .....	61
<b>3. DIMENSÃO EMOCIONAL DAS IDENTIDADES COLETIVAS: SENTIMENTOS POSITIVOS E NEGATIVOS RELACIONADOS AOS CONTATOS INTRA E INTERÉTNICOS .....</b>	<b>63</b>
3.1 Introdução .....	63
3.2 Relação entre indígenas e não-indígenas, e questões intra e intercomunitárias.....	64
3.2.1 Preconceito e Discriminação .....	64
3.2.2 Segurança Pública.....	66
3.2.3 Objeções acerca da terra e Falta de apoio intercomunitário .....	68
3.3 Táticas de superação das dificuldades e engajamento.....	69
3.3.1 Estratégias de reconhecimento, reafirmação e visibilidade étnica .....	70
3.3.2 Busca pelo Poder Público .....	71
3.3.3 Ações Comunitárias.....	72
3.3.4 Reuniões Administrativas e Reorganização da Associação .....	73

3.4 Conclusões .....	74
<b>4. DIMENSÃO INTERATIVA DAS IDENTIDADES COLETIVAS: LUTAS POLÍTICAS E FORTALECIMENTO IDENTITÁRIO NA CSN .....</b>	<b>76</b>
4.1 Introdução .....	76
4.2 Processos de negociações comunitárias.....	78
4.2.1 Inexistência de conflitos .....	78
4.2.2 Questões Indígenas .....	79
4.2.3 Organização Sociopolítica.....	81
4.2.4 Intenções Financeiras .....	82
4.2.5 Lutas por Direitos Básicos: Terra, Infraestrutura, Saúde e Educação .....	83
4.3A associação comunitária e os resultados alcançado.....	86
4.3.1 Reivindicação de direitos e benefícios .....	87
4.3.2 Visibilização e permanência na comunidade.....	88
4.3.3 Alcance de melhorias infraestruturais e regularização da terra.....	89
4.3.4 Persistência das dificuldades .....	90
4.4Conclusões .....	91
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>93</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>96</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>112</b>
Apêndice A – Roteiro de Entrevista .....	113
<b>ANEXOS .....</b>	<b>114</b>
Anexo I – Termo de Anuência.....	115
Anexo II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	116
Anexo III – Parecer do Comitê de Ética .....	117

## INTRODUÇÃO

O deslocamento dos povos indígenas para ambientes de cidade tem sido foco de estudo de diversas pesquisas, sobretudo na área da Antropologia, onde Cardoso de Oliveira retrata a presença destes povos em espaços citadinos desde 1920, se intensificado em 1960 (NASCIMENTO; VIEIRA, 2015). A presença dos povos indígenas em ambiente citadinos é considerada cada vez mais frequente no Brasil, e aparece muitas vezes associada principalmente à disputas e conflitos por terras e territórios, infraestrutura insuficiente e dificuldade de acesso à serviços básicos, como saúde e educação (COIMBRA Jr.; SANTOS, 2000; TEIXEIRA; MAINBOURG; BRASIL, 2009; ROSA, 2016). Bernal (2009) também cita como fator de motivação para a migração a presença crescente do alcoolismo e uso de drogas ilícitas, contudo necessário estar atendo às especificidades dos contextos em torno desses elementos. Pereira e Alves (2018) ainda apontam as razões da migração indígena associadas à ideia de “melhoria de vida”, ao fracasso das políticas públicas de integração e a omissão do Estado no processo de proteção das terras indígenas, o que tem impulsionado os deslocamentos.

É interessante também lembrar que a ideia de “migração” é questionada por alguns autores, e também pelas próprias etnias indígenas. Observando os apontamentos de Melo (2013), refletimos sobre a presença do povo Baré na cidade de Manaus, quando percebemos que este grupo étnico não se considera um migrante, em razão de já estarem na cidade quando se iniciou o processo de urbanização. Logo, eles não migraram de um outro lugar, eles já estavam lá, como primeiros habitantes. Isto é importante para entendermos as diversas perspectivas e modos de compreensão das discussões sobre migração, e fazermos as devidas reflexões em torno disso.

Seguindo nossas reflexões, é importante frisar que em ambientes de cidade, é possível perceber diversos agrupamentos étnicos, localizados principalmente em áreas periféricas, apresentando a partir do recorte étnico-racial demográfico, a evidente desigualdade social nas cidades (RAUPP et al. 2017). A cidade de Manaus, de acordo com Jimenes e Martins (2017), tem sido destino comum para indígenas de diversas partes da Amazônia ocidental, em um processo de migração iniciado nos anos de 1970, e que vem ganhando densidade ao longo do tempo.

Costa (2014b) afirma que Manaus, desde a época da Borracha, é destino para pessoas indígenas, caboclos e ribeirinhos. Segundo a autora, o ambiente citadino em Manaus, desde sempre resultou em mudanças bruscas nas relações entre os povos indígenas, que

anteriormente era fundamentada em lógicas diferentes. A autora afirma que na cidade, houve um processo de depreciação desses novos atores sociais. Isto transformou a noção coletivista e a vida comunitária desses povos, que antes eram em um elemento significativamente presente nas relações sociais. Mais do que isso, os modos de vida indígena foram influenciados pelo modelo de relação econômica europeia, sendo os formatos de vida amazônico comparados com pobreza, fracasso e preguiça – o que inclusive, ao longo do tempo, vem corroborando com a perpetuação de estereótipos acerca da pessoa indígena.

Isto tudo esteve pautado, considerando principalmente o sistema de produção dos povos indígenas, baseados em uma economia de subsistência, coleta, extrativismo, para a utilização de atividades diárias e próprias, sem a intenção de comercialização. Assim, Costa (2014b) considera que muitas das concepções de vida dos povos indígenas foram permeadas por elementos da modernidade – aqui associadas ao contexto citadino/urbanizado – sobretudo a partir do novo sistema de produção, com base no capital e outros ideais. Cabe ressaltar que compreendemos a utilização do termo cidade (ou citadino) remetida aos cenários e espaços observáveis, enquanto que urbano diz respeito aos processos subjetivos e práticas sociais que acontecem nesse espaço, vivenciado na cidade ou não (CALEGARE, 2017).

Na cidade de Manaus, assim como em outras cidades que registram processos migratórios indígenas, diversas comunidades costumam estar localizadas em áreas periféricas (COIMBRA Jr.; SANTOS, 2000; SILVA, 2001; SILVA, 2013; SOUSA; CARVALHO; KAMBEBA, 2017). Muitas pesquisas apontam que esta é uma realidade que vem se desenvolvendo de forma contínua. Contudo, podemos considerar que os diversos processos de exclusão, que ao longo do tempo tem colocado povos indígenas à margem da sociedade, têm também impulsionado o fortalecimento de agrupamentos e força coletiva.

No Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), 817.963 mil pessoas foram contabilizadas como indígenas no Brasil, sendo 315 mil residentes em cidades. No mesmo censo, a região norte foi indicada com o maior contingente de concentração indígena do país (37,4%). O Amazonas contabilizou 168 mil pessoas autodeclaradas indígenas, e a cidade de Manaus registrou 3.837, sendo a 3ª cidade com maior concentração (atrás apenas de São Gabriel da Cachoeira/AM e Boa Vista/RR) (ROSA, 2016). Contudo, em dados não-oficiais da Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (COPIME), um levantamento realizado em 2015 indicou a presença de mais de 30 mil pessoas indígenas residentes em área citadina de Manaus, divididos em 51 bairros e 34 etnias<sup>1</sup>. É necessário pontuar aqui, que

---

<sup>1</sup>Anambé (cabeceiras do rio Pacajá/PA), Apurinã (médio Purus/AC), Arara do Pará (extensão do rio Xingu/MT), Aripuanã (baixo curso do Rio Branco até o salto de Dardanellos, no rio Aripuanã/MT), Baniwa (margens Rio

considerando o conceito de territórios sociais, a noção de espaço e também de diversidade fundiária, como coloca Little (2004) é interessante para pensarmos a presença e relação entre etnias. A identificação das origens socioespaciais e geográficas dos grupos étnicos indígenas é importante para refletirmos sobre como isto pode gerar e modelar formas de interrelacionamento com os ambientes e com outras etnias – principalmente nos contextos de migração. A história do território e de sua movimentação são importantes para pensar os processos de afetividade, pertencimento e memória e sua ligação com a construção de categorias políticas e/ou psicopolíticas, como é o foco deste estudo. Por este motivo, mesmo não nos aprofundando nas discussões socioespaciais e de territorialidade, achamos importante que as etnias estivessem acompanhadas da informação de suas origens geográficas, tal qual está apresentado em nota de rodapé.

Frente aos dados citados anteriormente cabe também ponderar uma proposição de Bernal (2009), que afirma que não há nenhum dado quantitativo acerca de indígenas na cidade que seja credível, uma vez que, os números se modificam de acordo com os critérios de definição do que é “ser indígena”. Isto, segundo autor, pode dificultar ou até mesmo impossibilitar a exatidão do tamanho real destes povos na cidade. No mais, a expressiva presença indígena em Manaus fez da cidade um dos campos geográficos – centro urbano brasileiro – de atuação política indígena de grande visibilidade no cenário nacional (JIMENES; MARTINS, 2017).

É comum percebermos agrupamentos indígenas em Manaus, alguns deles pluriétnicos. Estes agrupamentos têm formado comunidades, organizadas principalmente em prol da reivindicação por melhorias nos espaços de moradias e acesso à direitos básicos. Partindo destes apontamentos, se faz relevante apresentar o local de pesquisa deste estudo e nossos referenciais teóricos, antes de indicarmos nossos objetivos de investigação.

---

Içana (AM), Barasana (extensão do rio Uaupés/AM), Bará (extensão do rio Uaupés/AM), Baré (Rio Xié/AM), Deni (Juruá-Purus/AM), Desana (extensão do rio Uaupés/AM), Kaixana (margens do rio Tonantins ao igarapé Coperçu/AM), Kamaiurá (extremo norte do rio Xingu/MT), Kambeba (alto Napo/Equador e alto rio Amazonas/AM), Kanamari (alto-médio rio Juruá/AM), Karapãna (extensão do rio Uaupés/AM), Katukina (alto Juruá/AM), Kokama (baixo e médio rio Ucayali, afluente meridional do Amazonas peruano), Kubeo (extensão do rio Uaupés/AM), Kulina (baixo-médio rios Juruá-Purus/AM), Macuxi (região das Guianas, entre as cabeceiras dos rios Branco e Rupununi, território compartilhado entre RR/Brasil e Guiana), Manchineri (alto Iaco até Sena Madureira/AC), Maraguá (região Mundurukânia, entre os rios Amazonas, Madeira e Tapajós/AM), Marubo (bacia do rio Javari/AM), Miranha (médio Solimões e Japurá/AM), Munduruku (Vale do Tapajós/PA), Mura (grande movimentação migratória que abrangeu região de fronteira com o Peru (Loreto) e diversas regiões dos complexos hídricos dos rios Japurá, Solimões, Madeira, Negro/AM e mesmo Trombetas/PA), Paumari (bacia do médio rio Purus/AM), Pira-tapuya ((extensão do rio Uaupés/AM)), Sateré-Mawé (rios Madeira e Tapajós delimitado ao norte pelas ilhas Tupinambaranas, no rio Amazonas e ao sul pela cabeceira do Tapajós, entre AM e PA), Tariana (margens do Uaupés, região de Iauaretê/AM), Tikuna (margem esquerda do rio Solimões/AM), Tukano (extensão do rio Uaupés/AM), Tuyuka (rio Uaupés, região da bacia do rio Negro/AM), Wanano (extensão do rio Uaupés). Fonte: Site Povos Indígenas no Brasil/ Instituto Socioambiental [https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%Algina\\_principal](https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%Algina_principal)

### A Comunidade Sol Nascente

O Assentamento Povo Indígena do Sol Nascente possui os diversos aspectos dos contextos citados anteriormente. É comumente chamado pelos moradores de forma abreviada de “Comunidade Sol Nascente” (CSN). Trata-se de uma comunidade indígena, pluriétnica, composta por pessoas indígenas de 12 etnias (Apurinã, Baré, Desana, Kaixana, Kambeba, Kokama, Miranha, Munduruku, Mura, Sateré-Mawé, Tariano e Tukano) e também moradores não-indígenas. Desde 2014 a comunidade conta com uma associação comunitária, intitulada de Coordenação do Assentamento Povo Indígena do Sol Nascente (CAPISOL).

Rosa (2016) narra o histórico da constituição da comunidade, indicando que a ocupação iniciou em junho de 2013, por membros de uma família da etnia Miranha, com o objetivo de ocupá-la e estabelecê-la como assentamento indígena urbano. Nessa época, nomearam o primeiro cacique<sup>2</sup>, Miranha, líder das ações comunitárias, que começou a permitir a entrada de pessoas não-indígenas do seu círculo pessoal. Após a desaprovação dessa atitude do cacicado, a comunidade se organizou no intuito de eleger uma nova liderança, agora da etnia Kaixana. Este, por questões pessoais, após 5 anos como líder, entregou o cargo no início de 2018, assumindo então o seu vice-cacique, da etnia Tukano.

A CSN está localizada na zona norte de Manaus, no bairro Cidade Nova, conjunto Francisca Mendes II, em uma Área de Preservação Permanente (APP), pertencente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e



Figura 1 - Extensão da área da Comunidade Sol Nascente  
Fonte: Google Earth, 2018

<sup>2</sup> Cacique: nome utilizado por alguns grupos indígenas para se referir à um representante responsável por estabelecer diálogos e negociações, mediações e tomada de decisão. Desempenha condição de liderança. Em outras etnias e/ou lugares do país, é sinônimo de Tuxaua.

Sustentabilidade – SEMMAS. Por este motivo, é frequentemente citada como área de ocupação ou invasão<sup>3</sup>. Possui duas entradas, uma pelo conjunto Alfredo Nascimento e outra pelo Francisca Mendes II (este último mais rotineiramente utilizado).

De acordo com informações da liderança comunitária, a extensão da área da comunidade mede aproximadamente 6,7 hectares (Figura 1). Contudo, considerando áreas verdes presentes no entorno, esta medida pode ultrapassar 8 hectares. Em 2018, a estimativa populacional realizada por membros da associação comunitária foi de 150 famílias residentes na comunidade, que totalizam 600 pessoas. Segundo a associação, os moradores indígenas somam em torno de 400 pessoas, os demais se referem aos moradores não-indígenas.

A comunidade possui asfalto somente em uma de suas entradas, as demais ruas e áreas da comunidade são compostas por chão de barro. As casas em sua maioria são de alvenaria, mas muitas são de madeira ou construídas com materiais diversos (compensado, lona, plástico e demais materiais reutilizáveis). A comunidade, principalmente através de ações da associação, tem lutado em prol da legalização da área enquanto Terra Indígena (TI). Em razão desta dificuldade de legalização, a comunidade padece com muitos empecilhos infraestruturais. As ligações de água e energia são irregulares, não possuem rede de esgoto e há muitas dificuldades para disponibilização de endereço, uma vez que a área não está mapeada. A falta de mapeamento tem impedido inclusive a efetivação de atendimentos médicos por dispositivos de saúde próximos, em razão de não estarem oficialmente na área de abrangência de atendimento. Isso vale também para as escolas.

Por fim, a área é frequentemente retratada pelos próprios moradores como uma zona insegura, ou como Rosa (2016) descreve em sua pesquisa, uma “zona vermelha”. A área é descrita com frequente presença de tráfico de drogas, o que tem evidentemente contribuído para endossar diversos estigmas acerca dos povos indígenas na cidade, e de moradores da comunidade.

### **Psicologia Social Comunitária e comunidade**

Considerando a realidade e os apontamentos até aqui expostos, esta pesquisa se utiliza das contribuições da Psicologia Social Comunitária (PC), que nos servem de base para entender processos comunitários presentes na relação do agrupamento indígena formado pela CSN, assim como o conceito de comunidade que utilizamos para basear nossas discussões. A PC tem como objeto compreender o sujeito como integrante de uma construção sócio-

---

<sup>3</sup> Ocupação ou Invasão: estratégia que diversos segmentos populares, principalmente em luta por moradia, desenvolvem para acessar lotes ou imóveis vazios e construir casas.

histórica, considerando os diversos contextos existentes nas vidas dos sujeitos para sua formação, com óbvio destaque para aqueles comunitários (FREITAS, 1996). Entre seus objetivos, a PC visa corroborar com a reflexão e construção de uma criticidade da consciência das pessoas e de suas identidades sociais, e, através disso, alcançar mobilizações das populações para mudança social. Neste sentido, os alicerces da PC nos auxiliaram na compreensão de fatores relacionais da vida e processos comunitários que constituem a CSN.

Azevêdo e Pardo (2014) definem a PC como um campo de atuação que tem se dedicado em considerar diversas perspectivas, inclusive intervenções sociais. As discussões têm sido feitas com base em diversos grupos, a fim de promover reflexões importantes sobre questões ético-políticas da sociedade. As contribuições da PC são aqui consideradas de extrema relevância, principalmente por terem um viés que visa promover maior proximidade com as demandas das camadas populares, refletindo sobre questões sociais. Góis (1989) aponta que o termo social diz respeito às dinâmicas de interatividade da vida em sociedade, enquanto que comunidade se refere a um espaço geográfico, multidimensional, que é composto por elementos sociais, econômicos e culturais que surgem nas relações interpessoais.

O conceito de comunidade não perpassa por definições simples ou reducionistas. Dentre diferentes noções, Góis (2005) aponta que a comunidade é composta por elementos comuns, tais como: história, território, compartilhamento de valores e modo de vida, além de também considerar os sistemas de representação social, identidade social e sentimento de pertença, presentes nas relações com os sujeitos e com o espaço. Neste sentido, em suas reflexões Guareschi (2010) entende que a comunidade é construída a partir de relações de amor, afeto e comunhão. Esta característica inclui os sujeitos em uma dimensão participativa, que permite que coletivamente eles possam exercer papéis políticos e mobilizações sociais.

Góis (2005) faz uma definição mais específica, referente à comunidade em meio urbano, apontando algumas particularidades. Uma delas diz respeito ao compartilhamento do mesmo espaço físico e social, que em áreas citadinas não necessariamente são acompanhadas de interação. Além disso, território pode se referir à um espaço de dimensão individual – e não compartilhado, como é percebido em certas definições – e também, não somente físico, mas psicológico e sociocultural.

Por fim, concordamos com Sawaia (1996), que propõe que comunidade vai além de uma categoria analítica. Esta se refere também a uma categoria que direciona a ação e a reflexão das práticas profissionais, no sentido de serem sensíveis ao contexto social, destacando principalmente as reflexões sobre exclusão social, que também fazem parte das

contribuições desta pesquisa. Portanto, utilizaremos desses apontamentos para realizar a leitura do contexto da CSN, considerando principalmente a relevância dos elementos sócio-históricos, culturais, relacionais, geográficos e subjetivos na compreensão da comunidade e suas interações.

### **Psicologia Política e identidade coletiva**

A Psicologia Política traz outras contribuições teóricas, que utilizaremos para refletir sobre a realidade da CNS e pensar sobre os processos psicopolíticos encontrados por meio de nossa pesquisa. Sandoval, Dantas e Ansara (2014) afirmam que essa área de estudo se consolidou na América Latina se atrelando à Psicologia Social e Comunitária, com a preocupação com o compromisso ético-político com populações marginalizadas. E no Brasil, esteve atrelada às intervenções comunitárias, incluindo colaborações dos escritos de Martín-Baró.

Prado (2001) indica que a Psicologia Política tem a intenção de refletir sobre as ações coletivas, a partir do estudo de condições, materiais, simbólicas, institucionais, psicossociais, éticas ou políticas. Morales (2016) descreve que o objetivo da Psicologia Política inicialmente foi repensar as teorias dominantes, sobretudo demonstrando a importância da construção do conhecimento a partir das territorialidades, advindas das próprias comunidades e de suas demandas. Montero (2015) traz uma reflexão importante, afirmando que a Psicologia Política está inclinada à promoção de mudanças. Estas mudanças se dão a partir de ações que possam transformar os contextos partindo de um conhecimento crítico na construção da sociedade. Assim, é comum percebermos nas produções desta temática, os estudos sobre grupos, principalmente movimentos sociais. As discussões têm se dedicado em conhecer e estimular o exercício da memória coletiva e individual, garantindo a existência das diversidades e suas múltiplas expressões, em prol de mobilizações, reivindicações e mudança dos cenários sociais.

Silva (2012, p. 422) também afirma que a Psicologia Política tem se desenvolvido em torno de “questões relativas ao preconceito e às diferentes formas de racismos e xenofobias, ações coletivas e movimentos sociais, violência coletiva e social, memória coletiva e socialização política”. Isto mostra a relevância da utilização deste aporte teórico nesta pesquisa, uma vez que estes são tópicos frequentemente associados ao estudo dos povos indígenas e comunidades.

A Psicologia Política, que tem se dedicado aos estudos da coletividade e exercício de memórias e ações grupais, tem desenvolvido reflexões importantes acerca do conceito de

identidade coletiva, que configuram o “Nós” e o “Eles” das ações coletivas. Para entendermos a constituição da identidade coletiva, devemos considerar o entrelaçamento de três dimensões: a) cognitiva: percepção de pertencimento aos grupos (Nós e Eles), compartilhamento de história pessoal e objetivos coletivos; b) emocionais: sentimentos positivos ou negativos em relação aos grupos de pertencimento; c) interativa: relações sociais, que envolvem antagonismos, divergências e convergências, conflitos e suas negociações intragrupo (CALEGARE; HIGUCHI, 2016). A identidade coletiva se estabelece a partir da inter-relação, mútua e contínua, dessas dimensões, configurando e dando significado ao “Nós” da ação coletiva. Este processo relacional possibilitado pela articulação dessas três dimensões, é que estabelece a identidade coletiva nos grupos (Figura 2).

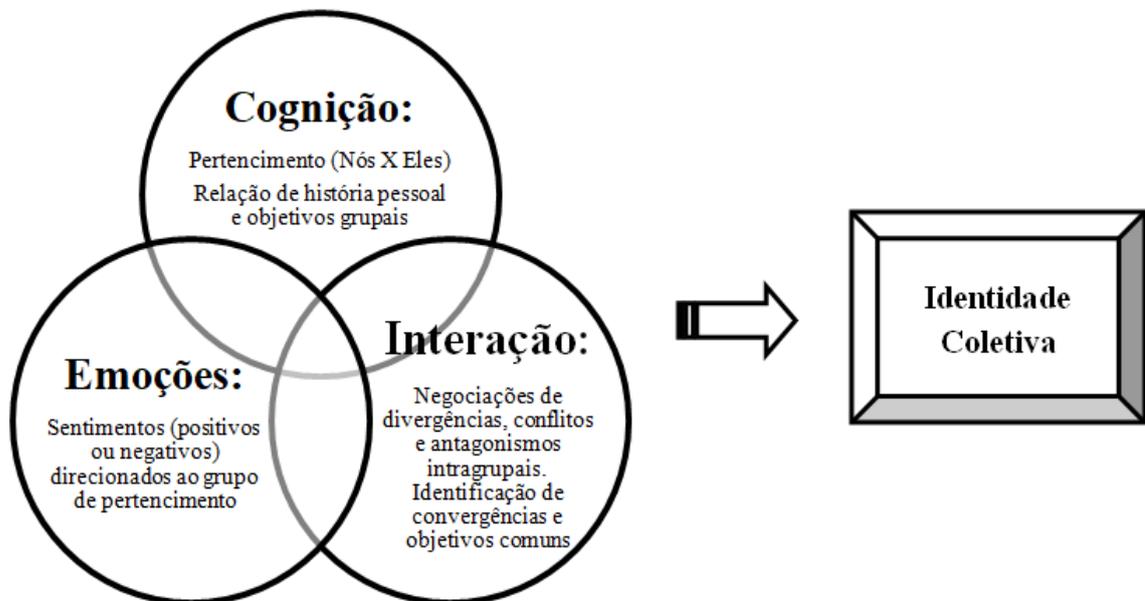


Figura 2 - Esquema de constituição da Identidade Coletiva  
Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Calegare e Higuchi (2016)

Os grupos, compostos por inúmeros protagonistas, com ideais e objetivos muitas vezes distintos, apresentam a existência de diversas contradições entre os discursos e objetivos. Assim, a inter-relação das dimensões se efetiva através de processos de negociações de antagonismos e convergências, próprias dos coletivos. Este processo reafirma e define a articulação das múltiplas identidades que formam o coletivo, de modo a garantir a participação de cada uma em uma esfera política e estabelecimento das demandas e ações grupais (PRADO, 2001). Nesse sentido, Costa (2009) indica que os grupos estabelecem uma

consciência grupal, que a partir de processos reflexivos estruturam definições de problemas, o sentido nas participações coletivas, códigos e significados internos.

Em uma reflexão anterior, publicada como fruto das discussões desta dissertação (FERREIRA; CALEGARE, 2018), já ponderamos alguns aspectos psicopolíticos que permeiam a vivência das comunidades indígenas em ambiente de cidade. Indicamos que diversos fatores que formam a compreensão teórica da categoria de identidade coletiva podem ser percebidos em grupos indígenas presentes em contexto de cidade, sobretudo acerca dos vínculos étnicos presentes. A sistematização de interesses para organização de grupos em prol de objetivos comuns é um exemplo da articulação de negociações de convergências e divergências nos grupos indígenas. É comum percebermos esta organização através de comunidades e associações com fins políticos de reivindicação por direitos e melhorias. Além disso, essas organizações também têm funcionado como estratégias de adaptação e garantem uma rede de comunicação entre pares. Isto tem permitido possibilitar, de certa forma, continuidade com práticas e preceitos étnicos tradicionais, e ao mesmo tempo servir como estratégia de mobilização psicopolítica através da reafirmação identitária.

### **Objetivos e metodologia**

Por meio de nossas vivências na CSN, a partir de projeto de extensão universitária, ensino da disciplina Psicologia Social Comunitária, co-orientação de projeto de iniciação científica e de nossa própria pesquisa de mestrado, pudemos perceber algumas questões acerca dos modos de relação, identidade, estratégias de organização grupal, tendo em vista principalmente a diversidade dos atores integrantes da comunidade. A partir dessas inquietações, pudemos formular um objetivo geral de pesquisa, expresso da seguinte maneira: compreender o processo de construção da identidade coletiva de moradores da Comunidade Sol Nascente. Como objetivos específicos temos: a) verificar se os moradores indígenas e não-indígenas se consideram pertencentes ao mesmo grupo social; b) investigar os conflitos intra e intercomunitários; e c) identificar as lutas políticas e sua relação com o fortalecimento das identidades coletivas. Cada um desses objetivos explora uma dimensão do conceito de identidade coletiva – cognitiva, interativa e emocional, respectivamente – de modo a explicitar como se desenvolve cada um destes processos no ambiente comunitário da CSN.

Achamos importante ressaltar também a relevância do desenvolvimento deste estudo, sobretudo pela multiplicidade de perfis étnico-raciais que compõe o cenário brasileiro, principalmente acerca dos povos indígenas, contribuintes e significativos para a cultura nacional e local. Além disso, entendemos a necessidade de contextualizar a prática e teoria da

Psicologia às diversidades etnoculturais, ainda relativamente escassa nos estudos da ciência psicológica, com o intuito de romper com sua dominância epistemológica ocidental e eurocentrada, conforme afirma Fernandes (2017). Consideramos também de suma importância o entendimento das comunidades indígenas presentes na cidade de Manaus e a compreensão de suas particularidades étnicas e coletivas, para o estabelecimento de grupos organizados politicamente.

Feitas estas considerações, nossa pesquisa é de cunho qualitativo, de modo a investigar aspectos da subjetividade da CSN partindo de uma realidade social (MINAYO, 2009). Foi desenvolvida a partir de observação participante com registro em diário de campo, por nos possibilitar participação no cotidiano dos entrevistados, e registro de impressões pessoais do pesquisador (SCHMIDT, 2006; MINAYO, 2008). Também utilizamos entrevista semiestruturada (Anexo I), por ser flexível e nos permitir um contato mais próximo com os entrevistados, e percepção de atitudes gerais dos entrevistados (CALEGARE; HIGUCHI; FORSBERG, 2013).

A presença na CSN para co-construção dos dados da pesquisa aconteceu entre Agosto de 2017 e Junho de 2018, totalizando dez meses, por meio de participação como monitora em disciplina de graduação de Psicologia Social Comunitária, projeto de extensão e esta pesquisa de mestrado propriamente dita. Em 2017, as visitas aconteceram semanalmente, aos sábados, das 08h às 12h, e em 2018 passaram a ser quinzenais. Passado esse período, fomos esporadicamente à comunidade, para conversas pontuais com as lideranças principalmente. Foram realizadas visitas às casas, reuniões comunitárias e conversas informais. Especificamente em Abril de 2018, além das atividades já citadas, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas, com 10 participantes, que aconteceram nas casas dos entrevistados, conforme acordo prévio e disponibilidade dos participantes.

Tabela 1 - Grupos participantes e identificação étnica

<b>Grupos</b>	<b>Quantidade</b>
Membro da Associação Comunitária/Indígena	3
Membro da Associação Comunitária/Não-indígena	1
Morador da comunidade/Indígena	4
Morador da comunidade/Não-indígena	2

Fonte: Elaborada pela autora

Os participantes, considerando os critérios da amostra qualitativa, foram escolhidos com base na identificação de sujeitos de referência para compreensão do problema de pesquisa (DOXSEY; DE RIZ, 2002-2003, citado por GERHARDT et al., 2009). Assim, fizeram parte da nossa amostra de participantes da pesquisa os membros da associação comunitária que desempenhavam cargos, e moradores da comunidade, indígenas e não-indígenas (em ambos os grupos citados), conforme Tabela 1. Especificações de gênero, etnia e idade que compuseram a amostra podem ser visualizadas nas tabelas 2 e 3 respectivamente.

Tabela 2 Gênero dos Participantes

<b>Distribuição dos Participantes por gênero</b>	
Mulheres	Homens
7	3

Fonte: Elaborada pela autora

Tabela 3 Etnias participantes

<b>Etnia dos participantes indígenas</b>	
<b>Etnia</b>	<b>Quantidade</b>
Sateré-Mawé	1
Desana	2
Tucano	2
Mura	2

Fonte: Elaborada pela autora

Feitas as entrevistas semiestruturadas, partimos para a transcrição e análise de conteúdo segundo a proposta de Bardin (1977). Para essa autora, as respostas dão forma ao discurso, carregados com significados que nos permite realizar interpretações sobre o que os entrevistados pensam a respeito de sua realidade social e contexto de relação na CSN. As análises seguiram as três etapas propostas pela autora. A primeira delas corresponde à pré-análise, que teve o intuito de escolher os documentos a serem analisados, formular compreensões sobre o campo temático segundo os objetivos da pesquisa e estabelecer os indicadores que direcionaram a interpretação final. Nesta etapa, foi realizada leitura flutuante e também organização do corpus a ser analisado – desde os pressupostos de compreensão teórica, já explicitados anteriormente, até as técnicas aplicadas para alcançar os dados, neste caso, a entrevista semiestruturada – obedecendo as regras de representatividade, pertinência e homogeneidade.

A segunda etapa, intitulada de descrição analítica, faz a análise propriamente dita do material coletado. Considerando que o viés de análise escolhido foi o categorial, nesta fase iniciamos as operações de codificações e categorizações dos dados coletados. A organização da codificação compreendeu as três indicações propostas por Bardin: 1) *a escolha das unidades de registro* – consiste no estabelecimento das unidades de significação correspondentes ao conteúdo proposto para análise. Nesta pesquisa foi utilizada a dimensão “tema”, estabelecendo esta investigação como análise temática, escolhida em razão de permitir descobrir os “núcleos de sentido” presentes na comunicação, que podem corresponder a compreensões importantes para o objetivo desta investigação. Além disso, o “tema” também é amplamente utilizado e indicado no estudo de motivações, opiniões, atitudes, valores e crenças, durante a análise de entrevistas, como é o caso desta pesquisa; 2) *escolha das regras de contagem* – define os padrões de identificação e contagem que darão base para o que será considerado relevante durante a análise. Foram estipuladas as regras de presença de elemento de significação e sua frequência de aparição; e 3) *classificação ou escolha das categorias* – aqui foi feita a organização dos elementos que poderiam constituir conjuntos de unidades correlativas, de modo a constituir representações simplificadas dos dados brutos. O critério utilizado foi semântico, que nos permite organizar conjuntos de categorias temáticas, dimensão esta utilizada como direcionamento de investigação nesta pesquisa. A síntese dos conjuntos categóricos que foram organizados, podem ser visualizados no Quadro 1, estando divididos em 3 eixos temáticos, com respectivas categorias e subcategorias, discutidas ao longo desta dissertação.

Quadro 1 - Organização geral das categorias encontradas de acordo com eixos temáticos, categorias e subcategorias

Eixos	Categorias		Subcategorias
<b>Dimensão Cognitiva</b>	Histórico e Constituição	Geram Convergências	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Adversidades</li> <li>✓ Articulações Comunitárias</li> <li>✓ Fundadores</li> <li>✓ Engajamento e Lutas Comunitárias</li> </ul>
	União e Questões Étnicas		<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Reconhecimento entre Pares</li> <li>✓ Mobilização Coletiva</li> <li>✓ Compartilhamento de Espaço</li> <li>✓ Ações Coletivas</li> <li>✓ Festejos e Rituais</li> </ul>
		Geram Divergências	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Divergências Étnicas</li> </ul>

		Relativos	✓ Antagonismos
<b>Dimensão Emocional</b>	Relação entre indígenas e não-indígenas		<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Preconceito e Discriminação</li> <li>✓ Segurança Pública</li> <li>✓ Objeções acerca da terra e falta apoio intercomunitário</li> </ul>
	Táticas de superação		<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estratégias de reconhecimento, reafirmação e visibilidade étnica</li> <li>✓ Busca pelo poder público</li> <li>✓ Ações comunitárias</li> <li>✓ Reuniões administrativas</li> </ul>
<b>Dimensão Interativa</b>	Processos de negociações comunitárias		<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Inexistências de conflitos</li> <li>✓ Questões indígenas</li> <li>✓ Organização Sociopolítica</li> <li>✓ Intenções Financeiras</li> <li>✓ Lutas por direitos básicos</li> </ul>
	Associação Comunitária e resultados alcançados		<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Reivindicação de direitos e benefícios</li> <li>✓ Visibilidade e permanência na comunidade</li> <li>✓ Melhorias infraestruturais e regularização da terra</li> <li>✓ Persistência das dificuldades</li> </ul>

Fonte: Elaborada pela autora

A terceira etapa, a interpretação referencial, realizada por meio de inferência, diz respeito às reflexões encontradas nas análises, interpretação e discussão das propostas, e suas devidas conexões com as categorias. Aqui, utilizamos o referencial teórico já exposto anteriormente, para realizar a leitura da análise à luz dos conceitos que respondem aos objetivos desta pesquisa, sendo feito ao longo dos capítulos apresentados nesta dissertação.

Assim, esta dissertação está dividida em cinco capítulos. O primeiro deles trata-se de uma revisão de literatura, com metodologia própria para tal, e explora o conteúdo de artigos com foco na leitura sobre identidade coletiva, indígenas urbanos e indígenas na cidade, e identidade coletiva no contexto indígena. Tem o intuito de apresentar e contextualizar as pesquisas realizadas nos últimos anos acerca do tema de pesquisa proposto, e discute esta temática de acordo com os conteúdos encontrados.

Os capítulos 2, 3 e 4, são resultados da etapa de pesquisa de campo, que pretendeu buscar informações diretamente com a população pesquisada, a partir de encontros diretos com os participantes e sua realidade (PIANA, 2009). O segundo capítulo traz discussões acerca da temática do pertencimento, na dimensão cognitiva do conceito de identidade coletiva. Apresentamos categorias temáticas encontradas através da análise que apontam, ou

não, e/ou justificam a existência do pertencimento na CSN. Também apresentamos as estratégias de promoção de união e possível desenvolvimento do pertencimento, relatados pelos moradores da comunidade.

No terceiro capítulo, exploramos conteúdos dos resultados referentes à dimensão emocional. Aqui apresentamos os sentimentos negativos e positivos presentes na comunidade, que direcionam as relações comunitárias entre os moradores indígenas e não indígenas. São abordadas categorias como o preconceito, a discriminação e as estratégias de reconhecimento e reafirmação étnica, demandadas pelas divergências inter e intraétnicas e comunitárias.

No quarto capítulo, abordamos a dimensão interativa da identidade coletiva, de modo a apresentar as articulações e negociações efetivadas pela comunidade. Identificamos o gerenciamento de questões indígenas, tanto nas relações sociais quanto referente às leis e amparos legais. A organização sociopolítica da comunidade e as lutas por seus direitos estão discutidas sob a ótica dos marcadores étnicos neste processo, e apontamos também os resultados alcançados através destas ações.

Por fim, nossas considerações finais trazem as conclusões deste estudo, onde indicamos os principais resultados de cada capítulo abordado e uma resposta ao nosso objetivo geral. Verificamos como principais conflitos comunitários o preconceito e a discriminação, a dificuldade acerca da falta de segurança pública dentro do ambiente da CSN, e os obstáculos na regularização da terra. Esses conflitos estiveram atrelados principalmente ao contato interétnico entre indígenas e não-indígenas, e também entre a comunidade e os órgãos responsáveis pela efetivação de seus direitos. Como seguimento disto, também identificamos as principais lutas políticas, delineadas em torno da regularização da terra, melhorias na infraestrutura e acesso à direitos básicos como saúde e educação. Por fim, confirmamos a presença do sentimento de pertencimento na CSN através de relatos que ligam o pertencimento à presença na história da comunidade, que é perpassada pelas similaridades étnicas e de lutas políticas compartilhadas – esta última com os não indígenas também.

# **1. MAPEAMENTO DE LITERATURA ACERCA DE IDENTIDADE COLETIVA E INDÍGENAS EM CONTEXTO DE CIDADE**

## **1.1 Introdução**

No Brasil, os povos indígenas durante muito tempo tiveram sua presença omitida na sociedade, bem como o reconhecimento de suas contribuições identitárias e culturais para a sociedade nacional. A visibilização destas populações foi possibilitada a partir da ascensão de movimentos indígenas no cenário nacional, apoiada em participações políticas em prol de reivindicações, tornando notórias as problemáticas destes povos.

Com isso, de acordo com Bernal (2009), povos indígenas aldeados passaram a relatar suas dificuldades, principalmente associadas ao acesso aos serviços de saúde e educação, bem como os constantes conflitos por terras. Em meio a tantas outras questões, estes são elementos frequentemente apontados como motivos do desencadeamento dos movimentos migratórios indígenas para a cidade. Este fato permite-nos refletir sobre a expressiva mudança de contexto, propiciada pela migração, que aproxima o contato entre realidades distintas, possibilitadas pelo encontro de identidades e culturas através das relações em contexto urbano.

Os povos indígenas têm se deparado com inúmeras dificuldades em sua inclusão em ambientes citadinos, sobretudo no que tange às moradias. Coimbra e Santos (2000), Silva (2001) e Silva (2013) apontam que diversos povos indígenas estão residentes em áreas consideradas periféricas e pobres das cidades. Nascimento e Vieira (2015) apresentam a exiguidade de políticas públicas focadas para as demandas indígenas em realidade citadina, que impulsiona a manutenção desta realidade. Diante disto, ponderamos sobre a realidade dos povos indígenas na cidade, considerando, sobretudo, suas formas de organização política e cultural, envolvidas em contexto urbano. Para isto, propõe-se nesta discussão, a concepção do viés teórico da Psicologia Política, considerando que este estudo se constrói pautado em um compromisso ético-político, proveniente de seus pressupostos. A Psicologia Política, de acordo com Montero (2015), está direcionada aos problemas reais da sociedade, com o intuito de colaborar com ações transformadoras, de modo a possibilitar melhorias para as pessoas.

Feita essas considerações, o foco desta discussão refere-se a um conceito caro à da Psicologia Política: as identidades coletivas. De modo geral, a identidade coletiva se refere à compreensão da formação e manutenção de grupos (o “nós”) partindo da identificação de uma pessoa com um coletivo. É entendida como o compartilhamento de crenças e valores que direcionam as atitudes políticas do “nós”. De acordo com Calegare e Higuchi (2016), a

identidade coletiva é constituída a partir da inter-relação de aspectos cognitivos (noção de pertencimento, história pessoal e objetivos grupais), emocionais (noção de sentimentos em relação ao grupo) e interativos (relações sociais, antagonismos, conflitos, convergências e negociações de interesses). Estes elementos permitem pensar a configuração de um “nós” pautado na produção de significados, comunicações, negociações e decisões, que envolvem o sentimento de pertencimento das pessoas em relação ao grupo, e que impulsionam as ações coletivas.

Fazendo uma leitura da realidade indígena à luz do conceito da identidade coletiva, é possível perceber que este pode ser adequado para compreender algumas questões indígenas, desde que reconsiderados e, até certo ponto, ampliados. Por exemplo, as organizações indígenas dispõem de uma composição coletiva pautada em segmentações étnicas, que, na maioria dos casos, são anteriores à própria identificação de uma pessoa com a outra ou com o grupo. Uma pessoa indígena já nasce sob uma etnia (e nação/clãs, em muitos casos). O conceito de identidade coletiva aponta para uma identificação que antecede a formação do “nós”, necessária para que este processo aconteça, agregue as pessoas sob elementos comuns e configure as ações coletivas. No caso dos povos indígenas, estas identificações se apresentam de uma maneira particular, segundo uma condição já dada pela condição indígena.

Outra questão que se pode apreciar através das concepções de identidade coletiva, aplicada à realidade de pessoas indígenas em contexto de cidade, são os frequentes agrupamentos indígenas em formato de associações. Os povos indígenas na cidade têm se estruturado através de grupos com a presença de pessoas para além de sua etnia originária – incluindo pessoas não indígenas – sendo estes, portanto, grupos pluriétnicos. Considerando estes agrupamentos, é possível fazer analogias concretas com os pressupostos da identidade coletiva, que considera a junção de pessoas e grupos, até então distintas, em prol de objetivos em comum e que viabiliza a participação política dos sujeitos envolvidos (PRADO, 2001; SILVA, 2013).

O estudo acerca da identidade coletiva relacionada à realidade dos povos indígenas em contexto de cidade se faz relevante, uma vez que é possível perceber uma exígua presença da discussão dessa temática, desenvolvida a partir dessa categoria analítica. Assim sendo, neste capítulo temos por objetivo apresentar uma revisão de literatura acerca das produções envolvendo identidade coletiva e indígenas em contexto de cidade. Pretendemos, dessa maneira, verificar o que se tem produzido nessas temáticas isoladamente e relacionada uma com a outra, e a partir disto vislumbrar o que se tem estudado à luz dessa categoria da Psicologia Política.

Tratando-se de uma análise ampla, que nos permite visualizar as produções científicas acerca de um tema, esta revisão de literatura nos possibilitou perceber o corpo de produção teórica em torno dos estudos de pessoas indígenas em contexto de cidade, e sua organização coletiva. Sendo assim, com o objetivo de visualizar a amostra identificada a partir da revisão e seus principais conteúdos, estes serão expostos ao longo de toda essa discussão, a partir de comentários e análises dos artigos selecionados.

## **1.2 Metodologia**

A revisão de literatura nos permite sumarizar estudos realizados anteriormente com foco em uma temática específica. A partir da análise da revisão elencamos os tipos de pesquisas utilizadas, áreas de estudo, anos de publicação e áreas temáticas abordadas pelo assunto proposto. De acordo com Souza, Silva e Carvalho (2010), este tipo de pesquisa possibilita estabelecer conclusões acerca do campo de conhecimento estipulado, bem como do nível de produção e principais resultados do mesmo. Isto nos permitiu traçar discussões acerca do tema proposto, verificar os principais conteúdos abordados pelos artigos estudados, e compreender e posteriormente explicar a realidade indicada neste estudo.

A realização do levantamento bibliográfico ocorreu a partir da temática geral de indígenas em contexto de cidade e identidade coletiva. Para seu desenvolvimento, utilizamos a base de dados Portal CAPES, considerando que esta base agrega a busca de produções de todas as demais bases de dados existentes, facilitando em uma única busca a visualização geral das produções. Foram utilizados os descritores: “identidade coletiva”, “indígenas urbanos”, “indígenas na cidade”, “identidade coletiva + indígena”. Foram aplicados os filtros: ano (período entre 2014-2017), idioma e revisado por pares. Os critérios de inclusão considerados foram: possuir no resumo da produção, palavras-chave iguais às estipuladas nos descritores; conterem discussões direcionadas a estudos culturais, étnicos, representação/movimentos sociais e/ou de mobilizações políticas; serem de idioma português ou espanhol. Foram utilizados como critério de exclusão: produções que não correspondem à margem de ano proposta ou que estavam em inglês; produções as quais não se conseguiu acesso on-line e/ou duplicada no resultado da busca.

De modo esquemático, seguiu-se estas etapas: 1) pesquisa na plataforma; 2) leitura dos resumos e palavras-chaves; 3) download das produções selecionadas já com a adoção dos critérios de inclusão e exclusão; 4) organização em banco de dados; 5) compilação das produções em tabela do excel, com identificação dos estudos, de acordo com ano, autores, periódico, palavras-chaves e tipos de pesquisa; 6) leitura das produções alcançadas, para o

levantamento das categorias temáticas abordadas nos resultados e posterior discussão qualitativa.

Foram encontrados 29 artigos e os resultados foram divididos a partir de categorias constituídas pelos próprios descritores, sendo estes: “identidade coletiva”, “indígenas urbanos”, “indígenas na cidade”, identidade coletiva e indígenas. Dentro de cada uma dessas categorias, que formam as seções do texto a seguir, foram estipuladas subcategorias de análise divididas em: área de estudo, ano de publicação, tipo de pesquisa, áreas temáticas (variando de acordo com as áreas exploradas por cada categoria de descritores), locais de pesquisa (para os estudos que apresentaram locais que não correspondem ao Brasil) e idioma (nas categorias onde foram encontrados artigos em espanhol).

Antes de nossos apontamentos, cabe uma reflexão geral a respeito do total de 29 artigos selecionados. As nove áreas do conhecimento encontradas foram: Sociologia (14), Antropologia (5), Administração (2), Ciência Política (2), Demografia (2), Direito (1), Psicologia (1), Saúde Coletiva (1), e Sociolinguística (1). Como se nota, a contribuição da Psicologia ainda é bem pouco expressiva. Isso revela a falta de pesquisas dessa área relacionadas à população indígena em dinâmicas direcionadas ao contexto de cidade, bem como de suas organizações grupais. E mais do que isso, permite pensar a importância social e acadêmica de pesquisas que busquem compreender a formação de identidades coletivas relacionadas às particularidades étnicas de diversos grupos, sobretudo indígenas em cidade, como Manaus.

### **1.3 Descritor “identidade coletiva”**

Analisando os dados obtidos a partir do descritor “identidade coletiva” dos artigos encontrados (16 ao total), verificamos que a maioria deles está concentrada na área da Sociologia, correspondendo a 10 artigos, mais da metade destes. Em seguida, correspondendo a 2 artigos está a área de Ciência Política, e também 2 artigos da Administração. Este foi o único descritor em que a Psicologia apareceu como área de estudo, com a presença de 1 artigo direcionado a esta abordagem, e logo em seguida, também surge a área de Saúde Coletiva correspondendo a 1 artigo.

O tipo de pesquisa mais utilizado nesses estudos foi a pesquisa teórica, representando 10 artigos desta amostra. Os anos de 2014 e 2015 são os anos que possuem mais publicações acerca de identidade coletiva, 7 e 6 respectivamente, o que pode aparentemente demonstrar uma queda significativa no interesse por essa temática nos últimos dois anos. É necessário, no entanto, relativizar os números, considerando que essa terminologia não é encontrada como

descriptor no site BVS Psicologia, portanto não fazendo parte do repertório desta área, e sim utilizado mais amplamente por outras áreas do conhecimento. Através das análises observamos que este descriptor em muitos casos é utilizado como terminologia para meramente nomear fenômenos de identificação grupal de forma geral. Além de apenas ser citado ou descrito de modo brevíssimo, correspondendo minimamente ao corpo total das discussões apresentadas.

Desta forma, durante as análises foram levantadas algumas categorias temáticas para explicitar de forma mais nítida o conteúdo dos artigos encontrados de acordo com o que se apresenta em cada estudo. Elencou-se as categorias: ação coletiva, representação social, movimento social, associativismo, colonialismo e gênero e classe. Verificamos que dos 16 artigos encontrados, apenas 5 estão direcionados diretamente ao estudo de ações coletivas. Esta é uma categoria de compreensão frequentemente utilizada no entendimento da identidade coletiva. Entretanto, o termo identidade coletiva aparece apenas como um direcionador para a compreensão de um grupo rotulado sob uma mesma identidade compartilhada (por isso coletiva), e não das análises dos processos psicopolíticos dos grupos ou coletivos em si, como propõe de fato os estudos de identidade coletiva.

Os apontamentos de Lima e Artiles (2014), discorrem sobre os protestos sociais na Europa utilizam o termo ação coletiva, para compreender os graus de mobilizações sociais que possibilitam iniciativas de protesto direcionados à questionamentos do contexto político Europeu. Ribeiro, Andion e Burigo (2015) utilizam este termo de forma parecida. Fazem referência à ação coletiva partindo da noção de mobilização grupal, verificando se as ações coletivas colaboram para motivar processos de transformações nos planejamentos e gestão de bens públicos.

Monteiro e Montez (2015) referem-se à ação coletiva de modo mais aproximado às concepções da Psicologia Política, utilizando o conceito para analisar a dimensão emocional imbricada neste processo. Refletem a relação do sujeito com suas demandas coletivas, considerando seu viés político e a negociação de interesses, e também aspectos emocionais influenciadores das ações sociais. Apesar de citar contribuições teóricas, em nenhum momento se direciona à Psicologia ou Psicologia Política como um campo que subsidia este conceito. Fonseca e Fiúza (2015) discutem ação coletiva nos movimentos entrepostos pela Igreja Católica Progressista no Brasil, partindo de teorias de movimentos sociais. Apresenta um conjunto teórico sobre as principais contribuições desta temática, e suas diversas perspectivas, e as alinha com a contribuição das organizações eclesiais de base da igreja, junto a movimentos sociais.

Em seguida, aparecem 4 artigos (do total de 16) para ambas categorias temáticas: “Representação Social” e “Movimento Social”. Percebemos que a categoria representação social, utiliza-se de exemplificações ou pontuações acerca de identidade coletiva ou ação coletiva, como um classificador social, a imagem de um grupo perante a sociedade ou a demais grupos. São feitas pontuações em torno de como o pertencimento à um grupo possibilita representar algo diante de um contexto ou realidades distintas. Vejamos exemplos do que tratam esses artigos.

Silva, Borges e Barbosa (2014) em seu artigo tem o objetivo de verificar a imagem da profissão de advogado disseminada por um Jornal da Paraíba. Aqui as identidades coletivas são apontadas como distinções que estabelecem hierarquias e regras de inclusão. Castro (2014) analisa as construções das identidades mulçumanas, apontando a identidade coletiva como definidora da característica do grupo. Mejía, Périco e Oliveira (2015) apresentam uma discussão sobre o papel das identidades culturais no processo de municipalização. Define que este processo se constitui com base numa identidade coletiva que é caracterizada por uma história de vida em comum, religiões e determinações culturais, que exercem um conteúdo simbólico de representação.

A categoria movimento social se utiliza da compreensão de identidade coletiva correlacionando-a a estudos de grupos sociais, para compreender processos de adesão, coesão e organização de coletivos e suas ações. Nunes (2014) indica em sua discussão a presença de negociações entre membros de grupos, como um modo de constituição da identidade coletiva, denotando também a existência de conflitos como formuladores de mobilizações políticas. Barreto e Paula (2014) utilizam o termo identidade coletiva associado à noção de vínculo, e laços sociais e identitários como modo de manutenção e sobrevivência dos grupos. Silva, Cotanda e Pereira (2017) apontam a identidade coletiva pensada a partir da abordagem da teoria dos novos movimentos sociais, a considerando relevante por permitir pensar a atuação dos movimentos sociais envolvida em uma produção de sentido compartilhado entre os sujeitos envolvidos.

Outras três pequenas categorias foram encontradas: associativismo, colonialismo e gênero, raça e classe, correspondendo a 1 artigo cada uma. Estas também apresentam o estudo da identidade coletiva dentro de suas pesquisas, também como algo secundário e não como o foco principal de estudo. Lüchmann (2014) utiliza a perspectiva da identidade coletiva para designar uma rede de interações, que constituem os movimentos sociais, considerando, para isso a pluralidade de sujeitos e grupos que compartilham do mesmo conflito político. Ferreira (2014) retrata o termo de maneira exígua, apenas para exemplificar uma crítica ao discurso

universalista-industrialista. Biroli e Miguel (2015) acerca de gênero, raça e classe, discutem o percurso teórico desta temática, também apenas utilizando o termo como uma dimensão relevante a ser explorada por diversas abordagens que atuam neste conteúdo.

Percebemos, portanto, que dos anos de 2014 a 2017, os estudos de identidade coletiva estão sendo desenvolvidos por diferentes áreas, porém muitas vezes como um aparador teórico para outros desdobramentos temáticos. E, sobretudo, nota-se a existência de uma expressiva escassez de produções recentes que desenvolvam os conhecimentos da identidade coletiva, principalmente no campo da Psicologia. Em suma, compreendemos que o campo da Psicologia e Psicologia Política não são os mesmos, a começar pela delimitação de terminologias no site BVS Psicologia. Verificamos que muitos autores utilizam da identidade coletiva de uma forma ampla e pouco precisa conceitualmente. E, por outro lado, vimos que dentro de um campo interdisciplinar envolvendo outras áreas, há interesse no estudo das ações coletivas e movimentos sociais em geral, mesmo que o uso do conceito de identidade coletiva seja apenas como foco secundário das pesquisas.

#### **1.4 Descritores “indígenas urbanos” e “indígenas na cidade”**

Para utilização do descritor indígenas urbanos, iniciamos primeiramente com a constatação teórica de uma divergência na estipulação de um termo para indicar a presença de indígenas na cidade, não havendo uma única terminologia utilizada para fazer esta referência. Diante disto, realizamos uma busca por vários termos: indígenas citadinos, indígenas em contexto urbano, indígenas + urbano, contexto urbano + indígenas. Por vários desses termos, chegamos aos mesmos resultados de direcionamento para os artigos. No entanto, percebeu-se uma pequena diferença na aplicação do descritor “indígenas na cidade”, como abordaremos na próxima seção. Enquanto o descritor “indígenas urbanos” aponta artigos orientados para a discussão de contexto, identidade e língua, o descritor “indígenas na cidade” faz um apontamento de conteúdo de discussão demográfica.

Aqui cabe uma breve definição do que entendemos por cidade e urbanos. Calegare (2017) propõe que cidade se refere à um espaço empiricamente observável, através de suas formas, materialidades e objetos que se concretizam a partir de paisagens e infraestruturas. Já urbano (ou urbanidade) diz respeito às práticas, representações e relações sociais desses espaços, que estabelecem uma instância simbólica de convívio e modo de vida. Assim, em nossa compreensão preferimos adotar “indígenas na cidade” para designar aquelas pessoas vivendo nesses lugares, pois mesmo em uma aldeia ou terra indígena estão presentes elementos da urbanidade. Uma pessoa indígena não é descaracterizada por adotar elementos

urbanos em seu modo de vida, pelo contrário, conforme afirma Melo (2013), muito da percepção do ambiente citadino está pautado em um entendimento particular às tradições originárias. Além disso, se há incorporação de algumas condutas típicas urbanas, Cohn (2001) afirma que estas advêm de uma necessidade de responder às novas demandas impostas pelo então, novo contexto, urbanizado. Sendo assim, os povos indígenas na cidade não perdem a sua legitimidade de reconhecimento identitário indígena em razão de assumirem condutas do meio urbano, e sim agregam um novo aparato de organização e funcionamento de vida na cidade.

Isto posto a análise dos artigos de nossa amostra indicou que a Antropologia é a área de estudo que mais concentra conteúdos referente à temática, correspondendo a 3 artigos. Em seguida, surge a sociologia, contendo 2 artigos, e mais duas áreas, “demografia” e a “sociolinguística” com 1 artigo cada.

Verificamos que os artigos se concentram entre os anos de 2014 e 2016, mas há produção do ano de 2015, o que indica haver certa constância de interesse, mesmo que ainda pouco expressiva, por esse assunto. Um dado significativo é referente ao tipo de pesquisa utilizada para a realização da produção. A maioria (03) das produções encontradas é de cunho teórico, estando os outros 4 artigos divididos em estudos qualitativo (2) e quali/quantitativo (2). Isto pode indicar uma escassa vivência de experiência de campo, revelando inclusive a possibilidade da construção de conhecimento científico descontextualizado. As repetitivas pesquisas, baseadas em dados teóricos, podem dificultar um melhor entendimento das circunstâncias em que tem se desenvolvido investigações neste âmbito, fator que se avalia como necessário para se alcançar resultados suficientemente factíveis.

Das áreas temáticas que categorizamos, três delas aparecem de forma relevante: identidade étnica, língua, língua e identidade. Essas categorias, similares entre si, totalizam 4 artigos, abarcando mais da metade das temáticas encontradas nas produções. Isso mostra certa relevância, direcionada aos estudos identitários e linguísticos dos povos indígenas em realidades citadinas, e suas utilizações como estratégias de fortalecimento identitário.

A categoria identidade étnica traz discussões acerca dos processos de reconformação identitária<sup>4</sup> e adaptação as dinâmicas tipicamente urbanas, como a organização das comunidades para fins lucrativos. As discussões de Martins (2014) apontam para uma expressiva marginalização e exclusão das culturas indígenas, que parecem em detrimento de

---

<sup>4</sup>Este conceito é direcionado para a desconstrução do entendimento de perda/dissolução ou negação das identidades. Bernal (2009) propõe o processo de reconformação identitária como uma vivência negativa da identidade étnica, que é reforçada pelos estereótipos atribuídos as pessoas indígenas na cidade, e que desmobiliza tais características.

uma hegemonia social proposta pelos ambientes citadinos. Parker e Moreno (2015) expõem a realidade do turismo indígena na América Latina, demonstrando assim uma forma de estruturação dos grupos indígenas na cidade, que segundo os autores colaboram para assegurar a valorização dos patrimônios identitários dos povos indígenas na cidade. A categoria língua remete, além das questões de comunicação, ao sentido direcionado à sua utilização nas sociedades indígenas em contexto de cidade, pensando em suas estratégias e resultados, utilizando para isso uma leitura desta temática a partir da realidade dos povos Mapuche, no Chile (GUNDERMANN, 2014). A categoria língua e identidade faz a correlação da utilização das línguas originárias no fortalecimento da identidade e reconhecimento territorial, e como isso tem se desenvolvido em dinâmicas urbanizadas e seus fins (ESTRADA; GARCÍA, 2016).

Outras três categorias aparecem com 1 artigo cada. “Metodologia e epistemologia” surge com a preocupação de considerar as particularidades relacionadas a este fator, diante desta temática. Engelman (2014) apresenta a pertinência em considerar a atual complexidade que envolve a compreensão da dinâmica dos modos de vida indígena na cidade, refletindo sobre os pontos de vista metodológicos e epistemológicos utilizados em pesquisas deste viés atualmente. “Contexto Urbano” descreve a situação de indígenas na cidade e sua notória invisibilização, contextualizadas a cidades da América Latina, que negam a presença das populações indígenas atuais e sua influência na construção da sociedade contemporânea. Para isso, Río, Andrade e Landy (2016) apontam três populações indígenas do Equador, analisando os fatores que contribuem ou dificultam a visibilidade destas populações em ambientes citadinos. A categoria “Fecundidade” traz conteúdo de discussão demográfica, com o objetivo de levantar a estimativa do número de filhos de mulheres indígenas de forma geral, abarcando as taxas das zonas urbanas, e também de áreas aldeadas, baseadas nos censos brasileiros de 1991 a 2010 (WONG, 2016).

Outro fator relevante dos resultados deste descritor é que do total de 7 artigos, 5 são de idioma espanhol. Ou seja, a maioria das pesquisas realizadas acerca de indígenas citadinos nos últimos anos não são estudos brasileiros, e sim de revistas oriundas da Argentina (1), Espanha (2) e Chile (2). Pode-se considerar, diante disto, que o estudo de indígenas citadinos tem se desenvolvido em torno principalmente de estudos de identidade e da influência da língua durante o processo de reconformação identitária. Além disso, os dados alcançados a partir deste descritor também revelam mais uma vez a ausência das produções em Psicologia em torno da temática e, sobretudo, de escassas produções brasileiras sobre o tema atualmente.

O terceiro descritor utilizado, “indígenas na cidade”, como já fora citado anteriormente, foi utilizado no intuito de elucidar possíveis particularidades na utilização dos termos. Apresentou uma pequena amostra (3 artigos), que pode ser considerada relevante para sua utilização na construção desta revisão, revelando a presença de três áreas de estudo, antropologia, demografia e direito. Mesmo levando em conta a pequena amostra encontrada nos anos estipulados (apenas em 2015 e 2016), isso sugere certa progressão no interesse de desenvolvimento desta temática em pesquisas contemporâneas.

Assim como a área de estudo, o tipo de pesquisa apresentou a execução de três modalidades, uma em cada artigo: qualitativa, teórica e quali/quantitativa. Apesar da quantidade diminuta desta amostra, ela possibilitou a reflexão acerca de três categorias temáticas que não foram contempladas a partir dos resultados da busca pelo descritor anterior. A primeira delas refere-se à compreensão de identidade pensada a partir dos conflitos no desenvolvimento de comércio pela população indígena do sul do país, devidamente contextualizada para a compreensão de uma temática particular localizada no Brasil. Esta categoria é representada pelo trabalho de Bazzo (2015), que problematiza a presença de indígenas em contexto citadino, executando formas de comércio ambulante. A partir desta realidade, a autora propõe uma discussão acerca de aspectos da historicidade e contemporaneidade, desta população neste espaço.

A segunda categoria refere-se a um estudo demográfico, exibido através das colocações de Simoni e Dagnino (2016). Os autores descrevem a dinâmica de vida urbana de povos indígenas presentes na cidade de Altamira no Pará, a fim de compreender os processos de movimentação, envolvidos nesta realidade. A terceira categoria diz respeito à compreensão das políticas de proteção existente no combate à violência sexual infantil com crianças indígenas. Oliveira (2016) reflete sobre como os direitos indígenas e a interculturalidade, possibilitam a reconfiguração de políticas de enfrentamento a violência sexual, e também orientam pesquisas sobre a realidade sociocultural dos povos indígenas. Essas duas últimas categorias nos possibilitam pensar, ainda que de forma abrangente, uma realidade mais próxima das problemáticas que atingem o estado do Amazonas, uma vez que estão contextualizadas na região norte.

Com isso, é possível confirmar as diferenças de conteúdo obtidas a partir das mudanças de terminologias, conforme fora indicado anteriormente. E, especialmente, como este descritor nos permite mais uma vez perceber a escassa produção em torno da referida temática, tendo em vista a amostra mínima alcançada através de sua utilização. Além disso, foi possível identificar que mais da metade das pesquisas encontradas (2) concentram seus

estudos na cidade de Altamira, no Pará. Isso pode sugerir a recorrência de problemáticas que envolvem a dinâmica de vida indígena nesta cidade, expressas nos textos acerca principalmente da dinâmica demográfica, sua influência nos modos de vida e da violência sexual.

### **1.5 Aliando descritores: identidade coletiva + indígena**

Levando em conta os objetivos deste trabalho, utilizou-se como último descritor “identidade coletiva + indígena”, e que revelou também numa amostra pequena, com apenas 3 artigos, Verificamos que 2 dos estudos eram da área da Sociologia, enquanto 1 da Antropologia. Quanto ao ano, a predominância foi de publicações em 2014 (dois artigos).

A maior parte dos estudos é de cunho qualitativo, sendo apenas 1 de cunho teórico. E com a presença de 1 artigo em espanhol. A análise segundo as categorias que criamos se fez um tanto desafiadora, uma vez que, nenhum dos artigos da amostra primária correspondem diretamente à compreensão ou discussão da identidade coletiva indígena. De acordo com os resultados da revisão, o que se pode perceber pela aplicação deste descritor, é que o tema identidade coletiva, pensado a partir da dinâmica das organizações indígenas, não foi pesquisado durante os últimos anos.

Todos os artigos encontrados através deste descritor correspondem a produções que citam de forma supérflua a dinâmica indígena em diversos contextos em situação de grupo. Nenhum artigo desta amostra possui como elemento central a discussão da identidade coletiva em sociedades indígenas citadinas ou não. O texto de Lemões (2014) corresponde a reflexões acerca da população em situação de rua e compreende a presença indígena nesse contexto. No entanto, não fala sobre identidade coletiva específica para pessoas indígena, e sim de pessoas em situação de rua, refletindo sobre a condição de sujeitos de direito desta população. As colocações de Ferreira (2014) aparecem relacionadas às questões do colonialismo e pós-colonialismo. Abarca também de maneira pontual, direcionamentos acerca de populações indígenas, apenas para se referir à um grupo atrelado ao conceito de raça, e não necessariamente a identidade coletiva. Lara (2015) trata em seu estudo das revoluções bolivianas e, assim como os demais, apenas cita trechos específicos acerca da temática identidade coletiva. O autor em seus apontamentos em torno das revoluções bolivianas utiliza o termo identidade coletiva para se referir a construção da identidade nacional. E também usa o termo para se referir aos povos indígenas, citando o reconhecimento destes como povos originários, portanto não necessariamente atrelando a realidade indígena às concepções da identidade coletiva.

O que se pode concluir, a partir dos resultados observados deste último descritor, e que se aplica à revisão de forma geral, é que muito pouco tem se pesquisado sobre identidade coletiva aplicada à compreensão de sociedades indígenas citadinas e até mesmo de sociedades indígenas tradicionais. Pode-se afirmar que é expressivamente insuficiente as discussões acerca da identidade coletiva dos povos indígenas. Considerando prioritariamente a relevância dos estudos da população indígena em contexto de cidade – sobretudo no Amazonas – que há muito vem se organizando em coletivos para reivindicar direitos básicos de acesso a serviços, uma amostra como a que se apresentou nesta revisão, revela-se parca para discutir tal realidade.

### **1.6 Conclusões**

Esta revisão permitiu perceber que nos últimos anos, as pesquisas se concentraram na área da Sociologia e Antropologia. A Psicologia se apresentou com uma mínima representatividade nos estudos envolvendo indígenas em contextos de cidade. Além disso, é possível afirmar que a Psicologia pouco tem produzido acerca de estudos direcionados às especificidades étnicas indígenas, nestes últimos anos.

De um ponto de vista geral, focados na cidade de Manaus, os estudos recentes se mostram relativamente escassos. Se considerarmos principalmente a realidade contextual desta região, que apresenta uma significativa concentração de população indígena, em relação ao restante do país, percebemos que há ainda pouco interesse dos pesquisadores por esta área de estudo.

Nossa revisão revelou que a maioria das pesquisas estão concentradas em temáticas que discutem o modo de vida indígena e algumas problemáticas vivenciadas em ambientes citadinos. Apontam para aspectos da migração, explorando-as e narrando suas realidades. Porém, poucos destes estudos associam esta realidade a outros conceitos importantes que tangem aos modos de vida e organização destas comunidades em ambientes citadinos, como o exemplo da coletividade.

É possível constatar que o conceito de identidade coletiva, trazido pela Psicologia Política, tem sido explorado de forma ainda muito limitada, sobretudo no que tange às especificidades étnicas dos povos indígenas em contexto de cidade. Considera-se importante fazer as devidas ligações de descritores relacionados à identidade coletiva e à realidade indígena na cidade, pois observa-se que muitas leituras do contexto indígena na cidade, poderiam ser realizadas a partir da utilização das concepções propostas pelo conceito de identidade coletiva.

O entendimento do conceito de identidade coletiva aplicada à realidade de pessoas indígenas em contexto de cidade, permite que expandamos as compreensões dos modos de vida e de organização destes grupos nestes locais. Isto pode permitir reflexões e possibilitar colaborar com as compreensões teóricas, existentes, utilizadas para embasar estudos com esses povos.

Portanto, pode-se ponderar que a identidade coletiva é um conceito que pode ser útil, enquanto categoria analítica, para refletir a respeito do contexto das populações indígenas residentes nas cidades. Entretanto, dos resultados alcançados por esta revisão, percebeu-se pouco, ou nenhum envolvimento desta concepção, direcionada às compreensões da dimensão das particularidades étnicas que perpassam as questões indígena na cidade. Por isso, considera-se necessário o desenvolvimento de maiores estudos relacionando a essa temática.

## **2. DIMENSÃO COGNITIVA DAS IDENTIDADES COLETIVAS: PERTENCIMENTO NA COMUNIDADE SOL NASCENTE**

### **2.1 Introdução**

Nos estudos de comunidade sob a perspectiva psicopolítica, muito se discute sobre os modos de organização e junção de um grupo para o estabelecimento de ações nas resoluções de problemas comuns. Deste modo, alguns apontamentos indicam que as mobilizações que ocorrem dentro da comunidade colaboram de forma significativa para o que tem sido chamado de “sentimento de comunidade” (MONIZ; ELVAS, 2010). Gonçalves (2009) propõe que o sentimento de comunidade está relacionado com o sentido desenvolvido a partir de uma rede de relações, que funciona como suporte mútuo entre os envolvidos. A autora indica também que as mudanças sociais alcançadas através das mobilizações coletivas favorecem a promoção do sentimento de comunidade, e conseqüentemente bem-estar e qualidade de vida social.

Sob as discussões a respeito do sentimento de comunidade estão as discussões do conceito de sentimento de pertença. À luz do conceito de identidade coletiva, a percepção de pertencimento corresponde à dimensão cognitiva e envolve a história pessoal e objetivos grupais, presentes em um coletivo, que configuram o pertencimento ao grupo (PRADO, 2001; COSTA, 2009; CALEGARE; HIGUCHI, 2016). Vale lembrar que o sentimento de pertença envolve aspectos cognitivos e também afetivos – o sentir-se parte – sendo a divisão entre ambos, meramente didática. Nepomuceno (et. al.2017), através das proposições de McMillan e Chavis, indicam que o sentimento de comunidade está implícito ao sentimento de pertença, pois se constitui através da ideia de “pertencer” à comunidade, importar-se e se sentir importante em relação à comunidade e às pessoas que as compõem. Está relacionado com a crença de exercer um compromisso coletivo que pode alcançar a satisfação de necessidades. A ideia de “pertencer” está atrelada a sentir-se confirmado na sua identidade, através da execução de papéis e funções, negociações de regras, respeito às diferenças e tolerância às frustrações, no intuito de alcançar mudança social (PEREIRA; DIOGO, 2009). Além disso, a pertença estabelece uma sensação necessária de segurança na exposição de problemas e necessidades em uma dimensão de intimidade (GONÇALVES, 2009).

O sentimento de pertença ou pertencimento está ligado à ideia de espaço físico, e também ao compartilhamento de saberes nestes espaços. No sentido de construção identitária, a noção de pertencimento está relacionada, sobretudo, aos processos de memória coletiva dentro de ambientes comunitários. A memória coletiva, portanto, opera como um modo de

transmissão de conhecimentos, principalmente de questões históricas, promovendo identificação (SANTANA; SIMÕES, 2015).

Neste sentido, após esta breve contextualização teórica acerca de pertencimento, partindo dos resultados alcançados nesta pesquisa, observaremos de maneira mais objetiva a efetivação da dimensão cognitiva na CSN a partir desta categoria. A priori, cabe dar ênfase no fato de que os relatos apresentados indicam uma presença significativa de respostas positivas em relação ao pertencimento: 8 respostas para “sim”, 1 resposta para “não” e 1 resposta para “relativo”. Portanto, como resultado geral da discussão, podemos indicar que a maioria dos moradores da CSN apresentam sim o sentimento de pertencimento.

As análises realizadas nos permitiram encontrar duas grandes categorias que nos ajudam na compreensão de aspectos ligados ao pertencimento na CSN. Cabe pontuar que os relatos obtidos demonstraram conteúdos divididos em três principais indicadores: aspectos que geram convergências para pertencer, aspectos que geram divergências ao pertencimento, e aspectos considerados relativos. A discussão está, portanto, construída no intuito de apontar esses tópicos, onde cada um deles será explorado sob a ótica de compreensão do que gera ou não o pertencimento na CSN.

## **2.2 Histórico e Constituição**

A primeira categoria encontrada se refere à “Histórico e Constituição”, e está estruturada através de subcategorias que exploram aspectos de convivência na comunidade e remetem a elementos do pertencimento estabelecidos pelo compartilhamento de história na construção da comunidade. A importância da história no processo de pertencimento comunitário pode ser entendida através da compreensão de que o sentimento de compromisso entre os atores sociais, parte do compartilhamento do seu histórico e experiências similares que cada um vivenciou enquanto membro do grupo. O indicativo da história como um elemento na construção do pertencimento está também ligado à noção de vizinhança, trazendo a ideia de ligação entre as pessoas a partir de suas fronteiras físicas ou relacionais, atreladas a um local (AMARO, 2007), como no caso da CSN.

Compreendemos esta característica nos grupos comunitários através da importância da rede de relações estabelecidas com outros sujeitos em ambiente compartilhados. Conforme afirma Costa e Brandão (2005), os sujeitos – e ponderamos também os grupos – são resultados de sua história de relações com outros sujeitos, como família, grupos sociais e cultura. Estes três elementos, especialmente, fazem muito sentido quando os utilizamos ao entendimento das relações na CSN.

As subcategorias identificadas acerca de Histórico e Constituição apresentaram apenas elementos convergentes, que auxiliam no desenvolvimento de pertencimento na comunidade, sendo elas: adversidades, articulações comunitárias, fundadores e engajamento e lutas comunitárias.

### **2.2.1 Elementos convergentes, geradores de pertencimento**

Como já apontado anteriormente, as discussões sobre pertencimento, envolvem a noção de convergências (ou não) presentes na vivência relacional comunitária, que, a partir disto, gera os sentimentos em relação ao grupo e ao ambiente coletivo. Assim, exploraremos estas noções nos tópicos que se seguirão através das subcategorias encontradas.

#### **2.2.1.1 Adversidades**

Esta subcategoria apresentou relatos associados à dificuldades e complicações durante o estabelecimento da comunidade. Muitas dessas diversidades estão ligadas principalmente à questões de infraestrutura e sobre a posse do terreno e conflitos acerca da terra. Observamos:

*No começo era mais difícil, porque, até porque ainda existia era tocos de árvore grande, que tinha que cavar para tirar para poder ter todo aquele procedimento todo né. Porque o terreno assim é muito... para deixar ele no jeito mesmo é muito serviço né. Muito trabalho, entendeu? (Participante 2, homem, 40 anos)*

*Foi um pouco complicado né, o negócio do... Disseram aqui, que aqui já tinha dono, logo no início que a gente chegou aqui. Aí teve também umas brigas logo no começo também. Essas coisas aí que aconteceram... Foi um pouco complicado assim (Participante 6, mulher, 27 anos)*

Esses obstáculos enfrentados pelos moradores da comunidade são frequentemente percebidos em situação de áreas de ocupação, sobretudo acerca da preparação do terreno para sua entrada. A retirada de tocos de árvores e escavações citadas são procedimentos rotineiramente observados em terrenos prestes a serem ocupados. Uma discussão acerca desse acontecimento é feita por áreas de conhecimento como a geografia, geologia e afins, colocando em pauta os possíveis riscos presentes no espaço geográfico dessas áreas. Barbosa e Bacani (2011), apesar de considerarem que as relações dos povos indígenas com ambientes naturais são mais harmônicas do que em comparação às relações de pessoas não-indígenas, indicaram uma área de bacia hidrográfica ocupada por povo indígena no Mato Grosso do Sul, estabelecida como TI, com maior suscetibilidade a problemas erosivos, sendo esta uma área de cultivo agrícola. A partir disto podemos ponderar que os novos modos de relação e demandas exigidas pelo ambiente citadino, principalmente com a terra, podem gerar

preocupações e problemáticas comunitárias. No caso da CSN, apesar de não ser a realidade geral da área da comunidade, muito se ouve falar e percebe-se a presença de encostas extremamente íngremes, de difícil acesso, com moradias construídas e habitadas, sob possíveis riscos de deslizamento.

Sobre a legitimidade do terreno, muito dessa discussão ainda está ligada às questões de regularização fundiária de áreas de ocupação, sobretudo de assentamentos indígenas localizados em ambientes de cidade. Alves e Marra (2010), ao discutir sob a dimensão social da regularização fundiária na Amazônia, alertam para as especificidades do cenário deste contexto, que apresenta enormes diferenciações regionais e locais. Assim, os autores percebem diversos padrões de ocupação e explorações nesta região que em linhas gerais estipulam muitas questões a serem enfrentadas pelos ocupantes e pelo Estado. Estes autores contribuem também com algumas reflexões sobre a questão das adversidades geográficas citadas anteriormente, através da retirada de árvores. Afirma-se que os diferentes modos de uso do solo em contexto de cidade muda a dinâmica de relação entre ocupação humana e recursos florestais, através do uso do espaço agora também como forma de inserção econômica (como no caso do cultivo agrícola) ou principalmente para o estabelecimento de moradias. Em linhas gerais, consideramos que a legitimidade dos terrenos ainda é questionada, sobretudo pelos diversos estigmas acerca das áreas de ocupação. E, também, dificultadas pela necessidade de políticas públicas melhores direcionadas para as questões fundiárias de terras de ocupação indígena na cidade.

A presença de relatos referentes às mesmas adversidades aponta para elementos comuns, que articulam questões pessoais às questões grupais, que geram essa percepção de pertencimento (CALEGARE; HIGUCHI, 2016). Portanto, entendemos que as adversidades tomam forma de afinidades comuns no momento em que aparecem como um discurso compartilhado de vivências, que convergem em suas ações e objetivos para saná-las, assim indicando um possível elemento gerador de pertencimento.

### **2.2.1.2 Articulações Comunitárias**

Esta subcategoria corresponde a aspectos relacionados às articulações comunitárias, estabelecidas durante o processo de constituição da comunidade, que surgiram atreladas ao pertencimento. As reflexões acerca das características das articulações comunitárias foram importantes para pensar atitudes grupais em relação ao ambiente comunitário, que definiram muito do futuro da CSN. Seguem exemplos de relatos desta subcategoria:

*Tinha uma doutora do lado do Autazes que seria juíza da comarca do município de Autazes, pelo qual não me lembro mais o nome dela, e ela viu a necessidade deles, da necessidade que estavam passando aqui em Manaus. Aí ela foi lá conversou com alguém do meio ambiente, que fazia parte do meio ambiente né. E nisso ela conversa com Coronel do meio ambiente, aí esse Coronel do meio ambiente, ele disse para ela “olha nós temos um lugarzinho para botar esse povo ali, para plantar verdura para escoar, para trabalhar. Como é até umas 10 famílias, então acho que dá para fazer isso.”(Participante 1, homem, 35 anos)*

*E foi então que a gente teve apoio da FUNAI né, teve apoio dos órgãos, pelo motivo de nós sermos indígenas né, e aí a gente entrou né, aí foi quando vieram os... Os pessoal do governo né, assim, mas foi quando a FUNAI ela deu aquele apoio né pra gente. (Participante 4, mulher, 23 anos)*

*A gente ficou sabendo que tava tendo uma invasão né, no início aqui, aí eu vim procurar saber juntos as minhas irmãs e minha mãe, no tempo como era o outro líder, ele falou que era só para indígenas, só pra quem tinha a certidão do índio o RANI, aí como a minha mãe tem a certidão, a gente veio com ele conversou e pegou um terreno né. [...] a gente pagou tipo uma taxa de 200 reais pra poder ficar com esse terreno, paguei pro antigo cacique, o que começou aqui, o primeiro que invadiu aqui, digamos assim, aqui a rua né, aí foi ele que tava pedindo esse valor.(Participante 6, mulher, 27 anos)*

*A história que conta é assim, que um coronel aí, liberou essa parte para os Miranha, era só uma parte para eles entrar e a cultivarem aí, morando. (Participante 9, homem, 42 anos)*

*Olha, a gente chegava aqui, explicava nossa situação né, eu falei assim que eu tava morando alugado com a minha família, ele perguntava pra nós se nós era indígena, e aí dava um pedaço de terra pra nós morar. (...) Era, dava... Ele dava os terrenos. (Participante 10, mulher 41 anos)*

Calegare e Higuchi (2016) apontam que a percepção de pertencimento articula história pessoal a objetivos grupais, tal qual como vimos na subcategoria anterior. Entendemos que o processo de articulação proposto nesta subcategoria possibilitou a efetivação de participação política dos sujeitos em seu grupo social (PRADO, 2001), assim reafirmando a construção da identidade, a partir da coletividade. Com base nisso, ponderamos que as articulações comunitárias identificadas se concretizaram como potência, no avanço da comunidade em prol de melhorias e acessos na comunidade.

As articulações estabelecidas entre lideranças internas e externas garantiram principalmente a permanência nos espaços de lote de terra para moradia. Observamos, por exemplo, a recorrente fala atribuída a um coronel, que permitiu a entrada dos grupos indígenas na área hoje ocupada. A partir disto, problematizamos aqui a presença de aspectos do “coronelismo” nas relações de poder instituídas na história da comunidade, que estabeleceram formas de dominação. Guareschi (2007) traz uma definição pertinente acerca desse apontamento, afirmando que a dominação é uma relação entre pessoas e grupos, que de alguma forma se apodera do poder do outro. Segundo o autor, isto estabelece uma relação

assimétrica, onde pessoas ocupam posições de poder, de decisão ou de realização, e cita uma forma de dominação, a política, dando como exemplo a relação entre Estado e cidadãos. Esta é uma característica encontrada nos relatos, quando se associam à FUNAI, órgãos e governos, os processos relacionados à terra. Contudo, a noção do coronelismo, citada anteriormente, pode nos apresentar algumas características particulares nesta compreensão. O coronelismo é outra “forma peculiar de manifestação do poder privado, com base no compromisso e na troca de proveitos com o poder público” (BAYMA, 2001, p. 140). Porém, de acordo com o autor, nesta forma de dominação, existe uma definição específica de pessoas, coronéis locais, líderes de oligarquias regionais, que respondem de forma individual às demandas apresentadas. Isto difere de decisões coletivas, como no caso da compreensão de decisões tomadas pelo Estado, ou pelo governo. Percebemos, então, que conforme afirma Guareschi (2007), isso tudo pode ter operado como instrumento de poder e troca de favores e interesses.

Esta reflexão nos remete à algumas discussões acerca dos impactos do colonialismo nos modos de vida e direitos indígenas. Noelli e Ferreira (2007) ponderam sobre o histórico da exploração dos territórios nativos, que ao longo do tempo inferiorizou narrativas, simbolismos e legitimidade dos direitos dos povos indígenas, que estende seus reflexos até hoje. Consideramos que as formas de articulação encontradas pelos povos indígenas em contexto de cidade, propostas pelas suas movimentações coletivas, estabelecem elementos importantes para a construção do pertencimento, sob forma de potencial na organização da comunidade. No entanto, entendemos que a necessidade de ainda submeter-se a outros modos de acesso à terra, que não aqueles legitimados como direitos indígenas, é sim resultado de um processo colonialista pelo qual os povos indígenas têm sido expostos ao longo da história.

Entendendo estes aspectos, as articulações comunitárias efetivaram na CSN os gerenciamentos necessários dos objetivos pessoais e grupais, para a construção do sentimento de pertencimento. Entendemos isto sob a ótica de que essas articulações são a concretização dos compartilhamentos necessários para o pertencimento, contribuindo para a sua estrutura.

### **2.2.1.3 Fundadores**

Esta subcategoria nos apresenta um dos aspectos mais expressivos associados ao pertencimento na comunidade. Os entrevistados justificaram sua resposta positiva em relação ao pertencimento através de sua presença na comunidade como um fundador ou como um parente próximo de pessoas de referência na fundação da comunidade. Esta característica de fundação esteve associada principalmente ao tempo de moradia na comunidade. A história da CSN aparece implicitamente ligada aos aspectos de fundação. Fazer parte da história significa

estar na comunidade desde o início, desde sua criação e constituição. Vejamos trechos que exemplificam esta subcategoria.

*Nós fomos um dos fundadores né, desde o início eu estou aqui desde 13 de junho de 2013, eu estou aqui desde o início, então nós fazemos eu faço parte sim na história da comunidade. (Participante 1, homem, 35 anos)*

*Com certeza, por causa do meus pais, que logo quando iniciou... Vamos dizer, foi os pioneiros né, foi o meu pai, minha mãe e mais um cacique, que ajudaram né, a fazer a abertura dos lotes né, pra colocar os indígenas. [...] Mas eu sinto sim, porque desde o começo nós estamos aqui, a gente já passou por muitas coisas por causa dessa comunidade. (Participante 4, mulher, 23 anos)*

*Com certeza porque eu to aqui desde o começo, junto aqui entendeu? Morei aqui na casinha de plástico mermo. Nós viemos pra cá isso aqui era tudo mato, não tinha nada de luz não tinha água, não tinha nada. Foi tudo nós que botemo aqui, a água, a luz, tudo. (Participante 9, homem, 42 anos)*

Esta noção da fundação nos parece tão expressiva, que podemos ponderar que ainda que a comunidade tenha sido estabelecida através de um processo migratório, os moradores estabelecidos desde o início da ocupação apresentam aspectos do que se intitula “memória de autoctonia”, conforme afirmam Brandão e Borges (2014). Os autores a definem como a “lembrança viva do que ‘os nossos fizeram aqui’” (p. 11) e atesta direitos de acordo com códigos históricos de somente quem fez parte do processo de constituição. A autoctonia na CSN, apesar de não corresponder de forma ampla à definição de povos autóctones, pode ser refletida de uma forma particular. Os autores apontam que as pessoas se sentem pertencentes através da noção de descendência, de um grupo de pessoas, de uma geração, de uma família, ou de parceiros fundadores. Estas características possibilitam o reconhecimento do grupo como uma comunidade, partindo dos princípios de heranças de tradição, lugares socializados e territórios ancestrais – como no caso do espaço geográfico que forma a CSN. Isto inclusive, de forma muito cautelosa, propõe uma nova reflexão do sentido de autoctonia, considerando que a formação de uma comunidade e seus fundadores, também remetem a ideia de condição do que é originário, tal qual o sentido gramatical da palavra.

Diegues (2001) indica que um dos qualificadores da autoctonia se referem à integração com algo anterior. Não necessariamente à uma presença em um espaço, mas também considera as socializações e integrações de pessoas e teias sociais através das gerações. O autor considera inclusive, a alternativa de articular formas antigas e novas de promover sua identidade, que não àquelas já pré-estabelecidas pela sociedade, sobretudo referente aos modos de subsistência. Por este motivo, concordamos com Brandão e Borges (2014), no sentido de que a comunidade se estabelece como um lugar social, que se identificam através

de sua relação contínua de parentesco e/ou descendência. Assim, formam-se e se identificam pertencentes à uma comunidade,

[...] aqueles que se reconhecem e se identificam como herdeiros legítimos, através de relações contínuas de parentesco e descendência, de ancestrais fundadores de um lugar: a) porque sempre existiram ali antes da chegada reconhecida de qualquer outro grupo humano; b) porque seus ancestrais foram os primeiros a virem de algum outro lugar para aquele, de que são considerados como fundadores (BRANDÃO; BORGES, 2014, p. 17).

Por este motivo, entendemos que a associação da ideia de fundação à noção de pertencimento está pautada nesse compartilhamento de espaço, lugar e história comunitária. E isto tem dado forma aos processos identitários na comunidade e garantido o desenvolvimento de outras estratégias de construção de pertencimento.

#### **2.2.1.4 Engajamento e Lutas Comunitárias**

Nesta subcategoria, encontramos alguns apontamentos que estão relacionados ao engajamento, à participação e às lutas comunitárias. Neste sentido, os relatos apontam para a construção do pertencimento através da efetivação de atividades em prol dos objetivos comunitários, dentre eles questões de infraestrutura e legalização da terra. Estas atividades são verbalizadas de modo unificado, num sentido de compartilhamento. Este nosso apontamento pode ser pensado através das contribuições de Irving (2009), que fala na distribuição de responsabilidades que formam os processos de engajamento. A autora afirma que com o engajamento efetivo dos atores envolvidos, tal como esse apresentado nos relatos, eles desenvolvem uma postura proativa na resolução de problemáticas comunitárias. É desse compartilhamento o qual nos referimos, que promove o exercício de papéis e protagonismo político-social nas questões da CSN. Abaixo estão exemplos de falas:

*E a gente luta por esse pedaço aqui né, tudo igual. [...] Porque, assim... nós só conseguimos tá aqui hoje, porque nós se juntamos né, pra ficar aqui. Pra construir a comunidade assim, tirar os mato daqui, construir as casa né... Todo mundo junto. [...] Sim, porque a gente lutamos tudo junto. Já que aqui é uma área indígena, temos Tuyuca, é... temos de várias etnias, então a gente se une todo pra lutar né, pra gente ganhar esse pedaço de terra pra gente viver. (Participante 3, mulher, 32 anos)*

*A gente tá lutando aqui pra gente ficar com essa área aqui, e também pelos direitos né, que a maioria dos indígenas não tem mais nem onde morarem né, não tem um lugar próprio. Aí a gente tá lutando né, pra isso né. (Participante 7, mulher, 39 anos)*

*Sim, agora sim eles fazem porque assim como nós estamos aqui que nós precisamos né, dessa terra aqui, eles também chegaram precisando também né, então a gente*

*faz aqui a mesma coisa. Não é porquê nós somos indígenas e que eles são brancos, que nós não vamos apoiar eles, e eles nos apoiar né. Aqui nós estamos pra lutar junto aqui. (Participante 4, mulher, 23 anos)*

A participação comunitária nestes processos promove em sentido amplo o exercício da cidadania e garante formas de existências individuais que refletem em um plano coletivo. Queiroz e Santos (2016) sugerem que estes processos participativos nos fazem refletir sobre os modos de organização comunitária nos espaços e como isso gera influência sobre as decisões coletivas na comunidade. Essas decisões direcionam engajamento participativo sobre os bens naturais, políticos e econômicos, sendo exercido através de atividades promovidas pela própria comunidade, como mostram os relatos dos moradores da CSN.

Kleba e Wendausen (2009), em uma discussão da dimensão individual de sujeitos em contextos grupais, afirmam que o empoderamento pessoal desenvolvido em direção à participação não é independente. Ele perpassa por uma integração da comunidade a partir de suas diferentes formas de engajamento, no caso da CSN, tanto em ações manuais de auxílio na melhoria da infraestrutura, quanto em participações em contexto de reivindicação de direitos, conforme os relatos. Por isso, concordamos que estas diversas modalidades de engajamento compõem um campo de reconhecimento junto aos membros da comunidade, e dão forma ao pertencimento e à identidade de grupo.

É interessante pensarmos o compartilhamento de lutas comunitárias, como outro marcador de compreensão do pertencimento na CSN, entendendo que muitas dessas lutas fazem parte também de um compromisso maior, correspondente aos movimentos sociais indígenas. Ozório (2007) aponta que os movimentos sociais se apropriaram da comunidade, em busca de transformação social. Segundo a autora, isto acontece em razão do entendimento de que é na comunidade que se dá o espaço de relações em sua existência, e expressa a precariedade das condições de vida e ausência de direitos, questionadas pelos movimentos. Este lugar passar a ser então um espaço de compartilhamento de objetivos, lutas e reivindicações, que mais uma vez promove o exercício de papéis e participação política.

A luta comunitária e o engajamento são de extrema importância na discussão sobre pertencimento na CSN, pois entendemos que “os afetos que mobilizam um grupo se definem pelas forças de coesão e difusão, que aglutinam, tensionam e reorganizam coletivos” (COSTA; SILVA, 2015, p. 287). Assim, é a partir de diferentes modos de organização, e níveis de participação e engajamento nas lutas comunitárias, que são produzidos diferentes graus de sentido de integração entre os membros da comunidade, que a partir de seus processos desenvolvem o pertencimento.

### 2.3 União e Questões Étnicas

A segunda categoria diz respeito à “União e Questões Étnicas”, e apresenta aspectos de ligação relacionados aos laços afetivos e sociais promovidos pelas articulações necessárias para a continuidade das ações comunitárias e da própria comunidade. Do ponto de vista teórico, a categoria comunidade já foi entendida a partir de delimitação espacial geográfica, contudo, ao longo de seus estudos, esta passou a ser vista como um lugar de relações sociais, composto por sentimentos e compromissos de união, em prol de objetivos coletivos (ELVAS; MONIZ, 2010; SAWAIA, 1996). Entendendo a comunidade como um espaço físico-social de relações sociais, refletimos sobre as especificidades que formam essas relações no contexto grupal das comunidades, e ponderamos a questão étnica como um marcador importante para este entendimento.

Surgiram de maneira muito expressiva noções de coletividade que na CSN estão associadas a aspectos étnicos, considerando a presença de moradores indígenas e não-indígenas. Em reflexão, entendemos os agenciamentos efetivados neste sentido, como parte de um processo não linear, como afirmam Ximenes, Paula e Barros (2009), que dentro dos espaços de maior ou menor conflitualidade fazem com que as construções coletivas se estabeleçam.

No caso da CSN, ponderamos a importância das questões étnicas em relação ao contexto citadino da ocupação, entendendo que estas noções precisam ser consideradas também como modo de compreensão e adaptação ao ambiente comunitário. Melo (2013) afirma que um sujeito indígena não é descaracterizado de sua história étnica por adotar elementos urbanos, e sim, muitas das formas de relação e estabelecimento nas cidades ainda estão pautadas às particularidades de tradições originárias e história das etnias. Assim, entendemos a comunidade, e a CSN, formada pelas famílias presentes, cada uma com uma história individual e única, grupos sociais distintos, de pessoas indígenas e não-indígenas, e também, como consequência disso, um repertório cultural particular de acordo com seus direcionamentos étnicos. Assim, como apontam Pereira e Diogo (2009), o pertencimento estabelece o grau de confirmação necessário para o estabelecimento da identidade (individual ou coletiva). Por isso o resultado dessas relações, sob ótica de nossas reflexões, pode estar nesta junção/união dos grupos em prol de um objetivo comum, sendo este um dos elementos que compõem um dos graus de confirmação grupal, utilizado na CSN.

Nesta categoria encontramos três divisores que nos ajudam a melhor estruturar as reflexões ao longo do texto. Por isto as subcategorias estão divididas em 1) *aspectos que*

*geram pertencimento*: reconhecimento entre pares, mobilização coletiva, compartilhamento de espaço; 2) *aspectos que geram divergências* e portanto dificultam os processo de pertencimento: divergências étnicas; e3) *aspectos que relativizam as compreensões de pertencimento*: antagonismos.

### **2.3.1 Elementos convergentes, geradores de pertencimento**

Os elementos geradores de pertencimento nesta categoria estiveram atrelados principalmente ao entendimento da identificação de outros moradores indígenas na comunidade, as formas de organização coletiva em prol das reivindicações comunitárias e o compartilhamento do mesmo espaço geográfico. Exemplos de elementos geradores de pertencimento acerca de União e Questões Étnicas seguem nas subcategorias a seguir.

#### **2.3.1.1 Reconhecimento entre pares**

Nesta subcategoria, o pertencimento é indicado através da sensação de compartilhamento de afinidades, que em alguns relatos podem aparecer num formato “étnico”, e em outros pode estar associado ao compartilhamento de direitos. O que percebemos de maneira mais expressiva, é que a ideia de “ser indígena” ou “ter direitos iguais” (independente de ser indígena ou não), contribui com a compreensão de reconhecimento de pares correspondentes. Os sujeitos consideram que essas afinidades, estabelecem uma dimensão de equidade entre os membros da comunidade, formando a rede comunitária e fortalecendo laços sociais. Seguem alguns trechos.

*Sim, apesar de nós termos vários povos diferentes, é que alguns povos já se perderam a língua né, língua materna. [...] É porque assim, nós somos todos indígenas né [...] (Participante 1, homem, 35 anos)*

*Sim, porque é a mesma... São as mesmas comunicação praticamente né, e também porque se é pra um é pra todos. Os direitos, todos é... pra todos. Pra todas as etnias e pra todos os moradores daqui (Participante 7, mulher, 39 anos).*

*Sim, todos. Todos eles, porque nós somos iguais. Apesar de a gente falar uma língua.... Eu to falando português... A gente falar um pouco diferente do outro, mas são todos iguais só muda o nome. Somos parentes né (Participante 10, mulher 41 anos).*

Esta subcategoria pode ser refletida a partir do entendimento de redes sociais, que são sistemas de conexões formado pelo entendimento de um “Nós”, representados por indivíduos, grupos ou organizações (MARTELETO; SILVA, 2004) – neste caso, pela CSN. A compreensão das redes sociais pode ser utilizada para refletir sobre como essas conexões dão

forma aos comportamentos grupais. No caso da CSN, o que percebemos é que as afinidades relatadas pelos moradores promovem um sentimento de unificação, que supera as divergências étnicas presentes na relação comunitária. A exemplificação da existência de vários povos é um exemplo. “Somos todos indígenas”, “somos todos moradores” e “somos todos parentes” são frases de muita expressividade para a compreensão da rede social estabelecida na CSN. A presença de diversos povos, ao invés de inibir os relacionamentos, tece novas formas de compreensão de pertencimento.

É interessante fazer uma reflexão, sobre os modos de entendimento das relações sociais indígenas. Para Beltrão, Oliveira e Oliveira (2009, p. 17), “as razões que sustentam as origens genealógicas do pertencimento identitário – de forma única ou coligada com a identificação de traços fisionômicos – trazem a delimitação do grau de parentesco dos parentes originários de povos indígenas”. No entanto, é comum percebermos muitas pessoas indígenas se referindo a outras pessoas indígenas como “parentes”, sem necessariamente terem qualquer grau de consanguinidade. Entre os Kaixana, conforme indica Lima (2017), é comum um se referir ao outro como “parente” ou “parceirozinho”, que a autora aponta como uma representação de companheirinho e a partilha de costumes.

O grau de parentesco parece estar estabelecido também pela afinidade étnica, como no caso de pertencer a qualquer etnia indígena. Podemos ponderar que esses modos tradicionais de compreensão do mundo e das pessoas, dos povos indígenas, pode de alguma refletir nos modos de relação estabelecidos com os moradores não-indígenas presentes na CSN. Evidente que entendemos a existência de outros marcadores que podem transversalizar este processo, como nos casos das próprias categorias discutidas anteriormente. Contudo, consideramos que sim, é possível que muito da relação comunitária remeta aos modos de relação tradicionais indígenas, promovendo o reconhecimento e o estabelecimento de novas formas de reconhecimento entre pares, que em contexto de cidade podem ser reconfigurados na compreensão do compartilhamento de espaço e lutas comunitárias.

### **2.3.1.2 Mobilização coletiva**

A necessidade da realização de ações coletivas na resolução de problemáticas comunitárias faz com que os sujeitos de alguma forma se movam em direção às convergências necessárias para este processo, isto é, definido como o processo de mobilização coletiva (HENRIQUES, 2005). A união e a mobilização dos moradores da comunidade em prol de objetivos comuns trazem os relatos correspondentes à subcategoria “mobilização

coletiva”. Aqui foram citados principalmente os processos de organização para o estabelecimento da comunidade, ainda em seu momento de ocupação. Abaixo os exemplos.

*Num momento difícil nós tínhamos que unir somente os indígenas, e procurar um local para que pudéssemos construir as nossas casas, pra moradia, pra educar nossos filhos, e várias coisas que a gente deve fazer na cidade né, então foi por isso que nós conseguimos localizar 13 etnias existentes aqui em Manaus, então foi isso aí. (Participante 1, homem, 35 anos)*

*Olha, já tava invadido já, já tinha gente levantando casa assim, sabe... de lona mesmo. E a gente pegou e levantou e nossa também [...] Eles faziam umas reunião aí, pra falar da terra né, da reintegração (sic), que podia tirar a gente daqui né... Mas nunca tiraram não, nunca veio ninguém. (Participante 5, mulher, 45 anos)*

*Bom, foi através da organização dos indígenas, e assim como são várias etnias aqui aí cada etnia tem aquele grupo né, de divisão dos grupos, das etnias né, e formamos uma associação. [...] Aí a gente se reuniu pra construir nossas casas e lutar aqui por essa terra pra gente morar, né. [...] nós se unimo né, pra poder conseguir ficar aqui porque sempre correu risco de reintegração aqui né.. Então nós se unimo pra criar força, pra poder manter aqui a comunidade. (Participante 7, mulher, 39 anos)”*

Becker et al. (2004) propõem que a mobilização comunitária/coletiva é resultado de um envolvimento progressivo da comunidade em suas ações internas. Assim, esta mobilização pode refletir na promoção de autonomia entre os moradores, que gradativamente avançam e produzem suas próprias atividades e meios para tal. Isto pode ser observado na CSN quando percebemos que foi exatamente este processo de mobilização comunitária em prol das ações de alcance dos objetivos, que, a partir de sua organização, conseguiram ocupar com sucesso o terreno hoje estabelecido como comunidade.

Este é um processo que não pode ser considerado simples, sobretudo em espaços urbanizados. A complexidade da vida moderna, como aponta Henriques (2005), exige novas formas de organização e mobilização, o que pode inclusive alterar a própria compreensão de comunidade. Com base neste apontamento, ponderamos a presença dos povos indígenas em ambientes de cidade, e como isso pode possivelmente direcionar as mobilizações coletivas. Mais do que luta pela terra e por moradia, a CSN luta pela efetivação de um direito estabelecido em lei, de ocupar o espaço em questão. A lei nº 11.977 de 2009, apresentada pelo cacique da comunidade, sustenta a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e garantem a pessoas indígenas o direito de moradia nestes espaços de áreas de preservação permanente. Esta lei resgata o decreto 271 de 1967, que afirma em seu artigo 7º:

Art. 7º É instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento

sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas. (DECRETO-LEI N°271,1967)

Por este motivo, entendemos que as mobilizações coletivas na comunidade também estão orientadas por outros pressupostos, tanto étnicos quanto legais, que definem a importância dos objetivos. Assim, ao mesmo tempo que estes processos definem os propósitos comunitários, também estabelecem elementos de identificação entre os moradores, desenvolvendo a dimensão do pertencimento, neste caso, a luta pela terra.

### 2.3.1.3 Compartilhamento de espaço

Cavalcante e Nóbrega (2011) definem espaço como uma área que pode ser pensada geograficamente neutra, e lugar como um espaço que identificamos e serve como referência para algo. O lugar possui significado e valores atribuídos por quem o ocupa, e é pra onde se direciona sentimentos de vivência. A subcategoria “compartilhamento de espaço” esteve associada à ideia de estar no mesmo espaço geográfico e se sentirem integrados independente da pluriétnica da comunidade. Contudo, cabe ressaltar que o espaço aqui apresentado se entrelaça à noção de lugar, pois ponderamos que a noção de habitar o mesmo espaço na CSN é o que tem produzido a compreensão do lugar – atribuição de significados e valores – e tem gerado processos relacionados ao pertencimento. Seguem os trechos dos depoimentos.

*E todos estamos aqui, fazendo parte do mesmo grupo né, do mesmo movimento. Tamo aqui, morando no mesmo lugar né. É por isso. (Participante 1, homem, 35 anos)*

*É, mora todo mundo aqui né. Mora todo mundo aqui nessa... nessa... como é que se diz... assim... nesse lugar né. Na comunidade. Tá todo mundo no mesmo lugar, então, não tem porque dizer que não é, né. Se ta todo mundo aqui, no mesmo lugar. (Participante 2, homem, 40 anos)*

*Fazem também, porque eles também moram aqui né, no mesmo assentamento indígena que a gente mora, eles também ajudam, sempre tão junto. (Participante 3, mulher, 32 anos)*

Percebemos que o compartilhamento é mútuo, amplo e reconhecido mesmo na diversidade étnica particular presente em cada morador. Entendemos que, para a compreensão do pertencimento, na CSN compartilhar o espaço pode estar acima dos marcadores étnicos e é um elemento de ligação entre os moradores no que tange a esta rede social que forma a pertença. Para Fialho et al. (2015), o local – palavra utilizada como sinônimo de espaço – constitui a dimensão física onde acontecem as socializações e relações sociais. Os autores

ainda fazem uma definição importante de espaço, como um local que pode definir os limites de um grupo, relacionando-os à formação das identidades e à coesão – afetiva, ética e política.

A CSN se estabelece como espaço físico-social, um lugar, onde em suas relações ocorre a construção e o desenvolvimento de cidadãos. Trata-se de um lugar de participação social direta, que efetiva e afetiva a dimensão das mediações entre o sujeito e sua realidade social (GÓIS, 2003). Podemos ponderar que a afetividade proporcionada pela relação com o espaço é que se liga diretamente à compreensão de pertencimento. Estamos entendendo este espaço como promotor desses processos afetivos, envolvidos neste ambiente físico, que é composto também por aspectos de história cultural, como fora explicitado em outras categorias anteriores. São essas vinculações sociais e emocionais atreladas ao espaço que denotam esta subcategoria como fator de promoção do pertencimento. São os pontos de encontro de interesses pessoais e coletivos da comunidade, concretizados neste espaço, que efetivam o pertencimento (LIMA; BOMFIM, 2009).

#### **2.3.1.4 Ações coletivas**

Como podemos perceber ao longo da discussão, muitos fatores estão imbricados na construção do sentimento de pertencimento na CSN. Ademais, podemos perceber que muitos desses fatores são possibilitados pelas ações realizadas pela própria comunidade. Ponderamos que a adoção de estratégias comunitárias pode ser um dos elementos que ao longo do tempo tem contribuído para maior nível de coesão nas ações de mobilização coletiva na CSN. Neste sentido, identificamos ainda duas subcategorias, no escopo que forma a categoria de União e Questões Étnicas, que apontam para duas principais estratégias na promoção da união, aliada à marcadores étnicos, que favorecem a construção do sentimento de pertencimento, que são: ações coletivas e festejos e rituais.

Observamos que as ações indicadas estão direcionadas para a promoção do diálogo, aproximação entre os moradores, maior envolvimento nas questões comunitárias e contato com elementos simbólicos tradicionais. Prado (2001) indica que o processo político aponta para a construção da identidade a partir das esferas da estratégia de organização, que tem como resultado a consciência política. Desse modo, compreendemos que estas estratégias adotadas pela CSN se referem a este processo de construção coletiva na promoção da consciência política.

A realização das ações coletivas, tema desta subcategoria, por si só estabelece um afirmador identitário. Prado (2001) indica que o “Nós”, implícito às ações coletivas, é afirmador do próprio “eu” e se instaura na constituição da identidade coletiva. Logo, se fazer

presente nessas ações indica a concretização da identidade, no momento em que se estabelece como “Nós” e se efetiva nas ações. Vejamos os exemplos nos depoimentos.

*Nós temos que fazer reunião, é... quinzenalmente, para que os povos venham, conversar, combinar se realmente o que nós estamos precisando, então é isso que faz a nossa união crescer a cada dia mais.* (Participante 1, homem, 35 anos)

*Aqui é... é feito pra ter um ambiente de união é... como é que se diz... é... eu acho que é todo mundo chega num acordo, do que é pra ser feito né... todo mundo ser unido, por exemplo se for preciso de uma condição financeira, cada qual dá uma partezinha, pro processo ser melhor né. [...] se reunir pra reivindicar. Eles fazem reunião né, final de semana, por exemplo, tá faltando alguma coisa, ajeitar um fio, as vezes tem uma reunião lá na coisa, as vezes pede uma ajuda dos vizinhos pro pessoal se destacar até lá na reunião né... Aí a gente faz uma intera e trabalha né assim, pra poder chegar até lá.* (Participante 2, homem, 40 anos)

*Temos uma escolinha, temos várias coisas... As reuniões da associação [...] Olha, de vez em quando a gente vamo em outra comunidade, quando eles convidam pra participar da reunião, entendeu? Aí eles vão, sempre tão presente assim.* (Participante 3, mulher, 32 anos)

*O que a gente faz é assim, procurar saber se um morador precisa de alguma coisa ou não. Vai de casa em casa né. Se tiver alguma pessoa doente a gente vai lá, procura ajudar né, saber quais são as dificuldades daquela pessoa.* (Participante 7, mulher, 39 anos)

Sawaia (2009) aponta que a potência do agir coletivamente é conquistada através da união, que por sua vez é possibilitada a partir das relações de afeto e percepção de amizade e generosidade. Observamos estes apontamentos da autora nos relatos encontrados. As verbalizações acerca da promoção do ambiente de união se dão através da realização de reuniões, consciência do cuidado mútuo e divisão das responsabilidades financeiras. Consideramos que isto tudo seja a manifestação desta potência do agir, que já é resultado da união comunitária, de características do pertencimento e também da consciência política.

Becker et al. (2004) afirmam que as ações ou organizações políticas – ou coletivas – requerem uma atmosfera favorável à participação de fato de todos os agentes envolvidos nas decisões. As condições das mobilizações são direcionadas de modo que possibilitem a interação e apoio entre sujeitos e grupos, entre organizações (governamentais ou não), no intuito de melhorar as condições de vida dos sujeitos e alcançar objetivos pessoais e coletivos.

Para Kleba e Wendausen (2009), essas organizações políticas impulsionam os sujeitos para o rompimento de situações de resignação e impotência diante de suas realidades, e toma força coletiva em prol de objetivos coletivos e instrumentos de engajamento e participação. Utilizando o conceito de “empoderamento grupal”, que se refere a aspectos da vida social e possibilita a emancipação de grupos e coletivos, os autores enfatizam que esta dimensão,

quando exercida em ambientes grupais, “promove o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade” (p. 742). Assim, no caso da CSN, essa força coletiva e engajamento citada pelos autores, pode ser percebida através das ações resultantes das próprias reuniões comunitárias, relatadas nos depoimentos. Podemos perceber que as reuniões comunitárias se estabelecem como espaço de diálogo e tomada de decisões direcionadas às suas reivindicações. Destas reuniões são gerados objetivos, metas e planejamentos, que mais tarde serão efetivados pelo coletivo, como no caso da ida a órgãos públicos ou organização de ações internas e externas na resolução de demandas da comunidade. Dessa forma, a noção de empoderamento grupal na CSN se dá através da compreensão de que um aspecto comum da vida social dos moradores, que são as reuniões, toma forma de potência para emancipação do grupo e resolução de problemas de forma recíproca entre os membros.

### 2.3.1.5 Festejos e Rituais

Uma outra estratégia de promoção da união na CSN é a realização de festejos. Os festejos são elementos importantes na sociedade, e é um elo que articula práticas atuais com práticas culturais e tradicionais (SILVA Jr., 2008). Castro (2012) define festejos como manifestações culturais, resultado de eventos sociais, políticos e econômicos que estruturam fatores de transformações de papéis sociais. Observamos que os relatos apresentaram a realização de festejos divididos em duas categorias: datas comemorativas e rituais. Ambos são tidos como modos de promoção da união na comunidade, mas possuem marcadores de compreensão distintos.

#### **Datas Comemorativas:**

*temos festinha, na data comemorativa, festa junina, dia dos pais, essas coisas assim a gente sempre tá junto. (Participante 3, mulher, 32 anos)*

*Festa do dia das mães, festa do índio, só que não tem mais aqui, esse ano não teve. A não ser o pessoal da igreja né, igreja evangélica. Porque o líder foi trocado. E também a gente tinha um espaço né, agora não temos mais, aí fica complicado o pessoal se reunir. (Participante 6, mulher, 27 anos)*

*Tem quando a gente faz festa junina, quando a gente faz o dia das mães, que era pra acontecer não aconteceu por causa dessa situação, do cacique. Nós tamo até colaborando já pra gente fazer... é... enfeitar nossas ruas né, do jogo do Brasil, e os pessoal da comunidade daqui de cima eles tão ajudando. (Participante 8, mulher, 38 anos)*

*De um ano pra cá não, mas antes tinha. Que era a gente fazer as festa indígenas, o dia das mães, o dias pais, a gente todo mundo se reúne e faz... e fazia que era antes assim todinha a comunidade. Mas agora não, não houve mais, nem reunião. (Participante 10, mulher, 41 anos)*

### Rituais:

*Sim, na verdade um tempo atrás a gente dançávamos, é... várias danças, rituais, no momento que houve a entrega do cargo do nosso líder e que ele foi embora a partir dessa data aí o povo ficou meio acanhado, e agora nós estamos reerguendo de novo para que nós possamos todo dia fazer esse tipo de brincadeira e dança e rituais aqui no nosso assentamento. (...) As pessoas não indígenas, algumas pessoas participam sim diretamente com a gente, eles gostam da nossa brincadeira, porque através das nossas brincadeiras, rituais, nós tamo sendo, é... reconhecidos, pra que nós possamos futuramente construir as nossas casas. (Participante 1, homem, 35 anos)*

*A gente se reunia, fazia nossos rituais, todo mundo junto né, fazia seus rituais, fazia aquelas coisas né, faziam a roda pra contar história. Então desde que aconteceu essas rixas né, do nosso povo com o povo deles a gente ficou cada um pro seu lado entendeu? (Participante 4, mulher, 23 anos)*

*Esses tempos pra cá não teve mais atividade não, antes no começo todo mundo... tinha a atividade que era a dança dos índios, fazia todo mundo junto, tanto faz branco como índio. Todo mundo misturava e fazia aquela rodada lá, e brincavam lá, entendeu? Não tinha... Mas depois que foi acabando, e foi acabando... (faz muito tempo que não tem mais?) faz, foi logo no começo logo. Até uns 2 anos do começo era bom, aí depois... (Participante 9, homem, 42 anos)*

As datas comemorativas envolvem a realização de comemorações de dias ou épocas do ano que marcam a celebração de festividades nacionais ou mundiais, como o caso da copa do mundo, ou em homenagem às figuras de referência, tal qual o dia dos pais, dia das mães, etc. Calegare e Araújo (2018) indicam também que o festejo é um modo de quebrar a rotina comunitária e possibilitar um escape para a população, através da ludicidade.

Quando falamos especificamente dos rituais, nos remetemos a Pereira e Bernardes (2018), onde ao falarem sobre festejos em uma comunidade indígena Wapixana, afirmam que estas manifestações funcionam como forma de preencher uma lacuna dentro das comunidades indígenas, no sentido de aproximá-los à costumes e tradições. Os autores ainda confirmam uma característica observada nos relatos da CSN, que é a participação de outras comunidades e etnias, além também da presença de organizações e/ou seus representantes. Os festejos se articulam como um momento de apresentação das tradições, costumes, cultura e etc., que, na CSN, por muitas vezes foi citado como uma problemática definida como o “afastamento de práticas culturais”. Afastamento este explicado pela tentativa de se desligarem de estigmas, estereótipos negativos e discriminações promovidos pela identificação étnica indígena na cidade (CALEGARE, et al., 2018). Podemos refletir o momento dos festejos como uma maneira de manter, ou de certa forma, reaproximar, os costumes tradicionais indígenas à CSN. Sugerimos até que pode operar como uma forma de expor e reafirmar aos demais moradores – considerando a pluriétnica – esses marcadores étnicos atrelados às práticas culturais.

Uma observação registrada em diário de campo nos parece também importante para tentar discutir a realização de rituais na CSN. Muito foi falado sobre a necessidade de comprovar, atestar, deixar em evidência a identidade indígena, como uma forma de articular as reivindicações pelos direitos indígenas na comunidade. Isto se deve ao fato de que a identificação indígena ainda está pautada em critérios ideológicos que atrelam a vivência indígena à floresta e sociedades consideradas primitivas, conforme reflete Rosa (2018). Por isto, é possível ponderar que a realização de rituais ou ações consideradas tradicionais, na cidade, pode operar como modo de “dar legitimidade” aos moradores indígenas, já que essa legitimidade, ainda nos dias de hoje, é fomentada por generalizações estereotipadas acerca da pessoa indígena. Talvez possa também funcionar como um modo de atestar a autenticidade de suas identidades.

Em suma, os festejos têm funcionado como um instrumento de gerenciamento da união comunitária, ao mesmo passo que também, através dos rituais, consolidam formas de efetivação de práticas tradicionais. Estas atividades promovidas pelos festejos têm permitido o estreitamento de laços entre os moradores da CSN e também efetiva a promoção de ações compartilhadas entre os moradores, colaborando com as noções de ação coletiva e também o exercício de funções, que estão imbricados no processo de pertencimento.

### **2.3.2 Elementos divergentes, dificultando o processo de pertencimento**

Apesar de muitos aspectos indicarem para a confirmação da existência positiva do pertencimento na comunidade, uma única subcategoria, intitulada Divergências Étnicas, foi identificada como um fator que justifica o sentimento de não pertencer à CSN. Será refletido no tópico que se segue.

#### **2.3.2.1 Divergências étnicas**

As divergências étnicas, conforme podemos ver nos relatos, se referem principalmente às rixas históricas, costumes e questionamentos sobre os direitos indígenas, tanto pelos próprios indígenas quanto pelos não-indígenas. Observamos:

*Assim, a gente tá na mesma comunidade né, então... Mas de dizer assim que a gente se mistura, não. Não tem a mistura né, a gente não se mistura. Mas assim, a gente se dá bem né, conversa, tem aquele diálogo, aquela coisa... aquele convívio bem, entendeu? Mas de se misturar não. [...] Olha, tem diferença, tem rixas. (Que tipo de rixa?) Assim, por exemplo, desde tempos passados, não de agora, mas já historicamente, o meu tatataravô(sic) ele quase, com o pessoal dele né, os Sateré-Mawé quase exterminam os Kaixana, então desde lá tem aquela rixa, que até hoje,*

*até aqui dentro da comunidade mesmo, quando entrou um povo da etnia Kaixana a gente teve aquele “contrito”(sic), aquela guerra. (Participante 4, mulher, 23 anos)*

*Eles eram.... cada um fazia um grupo diferente. Sateré era um grupo, outro tipo de etnia era outro grupo, outra dança [...] Não assim, a dança era diferente mas até que eles se davam bem assim, mas era isso né, assim diferente, tipo de costume, as vezes um grupo comia uma comida diferente do outro, tinha um dança diferente do outro, mas isso não quer dizer que eles brigavam não. Não por isso. [...] Não acho não, eu acho que eles se dão bem assim, mas não são do mesmo grupo, cada um tem o seu grupo né... Sateré um grupo, outra etnia outro grupo...(Participante 5, mulher, 45 anos)*

*Não, não. Porque no começo é assim, sempre teve aquela política de dizer “o índio que tem mais direito de que o branco” entendeu? No começo era só o índio que podia morar aqui, aí começou a chegar branco, branco... Os índios mesmo foram vendendo as casas pro branco, aí pronto foi.... Aí tem essa divisão de branco e índio aqui dentro, entendeu? Sempre vai ter. Sempre vai ter essa divisão, até mesmo porque tem a ameaça “o índio vai ficar, o branco vai sair”, sempre foi assim, entendeu? (Participante 9, homem, 42 anos)*

É interessante refletir que mesmo que a confirmação da existência do pertencimento na CSN seja expressiva, as divergências étnicas ainda são um fator que tem desfavorecido a promoção deste. Nós podemos pensar este tópico sobre dois vieses: o que coloca diretamente em pauta as particularidades étnicas no sentido cultural e comunitário; e o que considera o conteúdo desta justificativa como unicamente um promotor do não-pertencimento. Discutindo sob a ótica de articulação destes dois vieses, trazemos as considerações de Costa e Barbosa (2013), que em uma de suas discussões sobre povos indígenas, afirmam que existem agrupamentos étnicos que mesmo havendo um registro de lutas interétnicas, invasões e conflitos históricos, os povos se permitiram unir em prol de objetivos comuns. Esta é uma característica análoga à maior parte das discussões destes resultados, que confirmam a superação das diversas diferenças interétnicas – entre os indígenas das 12 etnias e também não-indígenas – que em prol de objetivos comunitários estabelecem as articulações necessárias.

Contudo, não podemos deixar de considerar este aspecto histórico da vivência interétnica apresentada na CSN. Bonetti e Mota (2012) afirmam que essa revisitação na história e no passado dos grupos étnicos permite reconstruir e, por conseguinte, entender as relações de vizinhança atuais, as redes de sociabilidade, solidariedade e pequenos atos presentes na comunidade. Consideramos significativas as potencialidades nos modos de organização da CSN, apresentadas ao longo desta discussão, que aponta para a confirmação do sentimento de pertencimento. Porém, achamos relevante traçar o marcador do não-pertencimento, que aqui aparece envolto às questões étnicas. Fazemos esta reflexão sobretudo no intuito de considerar todos os aspectos comunitários envolvidos na CSN, e colocar com

devida prioridade o elemento étnico presente. Temos o intuito de com isso efetivarmos em nossas reflexões teóricas e prática profissional apropriada à conjectura das particularidades étnico-raciais que perpassam as relações comunitárias.

### 2.3.3 Elementos Relativos

Em relação ao pertencimento, algumas pessoas relativizaram as respostas, por isso, indicamos aqui mais uma subcategoria, relacionada às estas respostas “Relativas”, onde os entrevistados demonstraram um meio termo entre se sentirem pertencentes e não se sentirem pertencentes. Observamos:

#### 2.3.3.1 Antagonismos

Os antagonismos foram percebidos nos relatos através da ideia de divisão entre os moradores pertencentes e os não pertencentes. Esta divisão é inclusive citada de maneira literal, justificada através de uma possível separação de grupos após a saída do cacique. Identificamos:

*É, alguns faz... alguns né, a situação as vezes a gente vai falar, às vezes não compreende né, e é mais fácil lutar com os não indígenas né, do que com os indígenas. (...) Porque as vezes os indígenas não ouve né, mais fácil os não indígena ouvire, do que os próprios indígenas. (...) Eu acho assim que eles têm medo sabe. Mas a gente não pode ter medo não. Por isso que eu digo assim, que às vezes os indígenas ficam com medo, e eles não entende a gente, ta entendendo? E quando é o não indígena assim, eles vão mais atrás assim. É mais ou menos né. Porquê? Porque nem todo mundo se ajunta pelas mesmas coisas né. Às vezes se junta, às vezes não. (Participante 8, mulher, 38 anos)*

*É no começo era tudo uma união só, entendeu? Mas agora praticamente todo mundo se dividiu. No começo era bom, que todo mundo participava da mesma reunião entendeu, tanto faz se era etnia tal, como fulano de tal, todo mundo era junto ali né. Não tinha essa de “ah sou dessa etnia, não pra aquela porque não é minha etnia”. Agora eu acho que depois que o cacique abandonou tudo, debandaram de vez. Porque ficamo tipo... desmotivado, entendeu? (Participante 9, homem, 42 anos)*

Percebemos que conforme os objetivos e a liderança, os comunitários podem estar mais ou menos envolvidos nos contextos de pertencimento. Prado (2002b) indica que em uma dimensão política, é necessário se preocupar com o risco da essencialidade. É importante que se considerem as pluralidades e as diversidades que formam essas relações antagônicas, por que isso faz parte também dos processos de organização comunitária. O autor ainda propõe que as organizações políticas são justamente os espaços onde os antagonismos se realizam, e podem resultar na impossibilidade do consenso. Contudo, quando alinhados, eles

redimensionam os aspectos presentes nesta relação e expandem a fronteira do político, colocando em pauta os processos de identidade e diferença, onde ambas se constroem mutuamente.

Colocando em pauta o pertencimento na formação da identidade, utilizamos os apontamentos de Rezende (2004), que define a construção da identidade e da diferença como processos simbólicos, sociais e psíquicos. A identidade se dá na relação com a diferença, portanto, entendemos que os antagonismos, ao mesmo tempo que trazem dúvidas em relação ao pertencimento, promovem, ou pelo menos, questionam, o reconhecimento de uma outra possível face da identidade da CSN. A definição do pertencimento, desse modo, está intimamente ligada à identidade e aos seus processos de representação, classificação que definem o “eu” e o “outro” na comunidade.

#### **2.4 Conclusões**

As discussões aqui expostas apresentaram os conteúdos referentes ao pertencimento, no sentido de indicar o que faz os moradores da CSN se sentirem pertencentes ou não nesse ambiente comunitário. Consideramos que mesmo que muitos aspectos relacionados ao pertencimento estejam perpassados também por diversas dificuldades da comunidade, o pertencimento encontra nas relações comunitárias formas de se desenvolver e garantir o exercício de papéis sociais na comunidade.

Uma consideração interessante está em observar que na categoria Histórico e Constituição, todas as subcategorias identificadas estiveram atreladas à elementos considerados facilitadores no processo de pertencimento. Esta conclusão nos faz pensar sobre a força coletiva que os aspectos ligados à construção da comunidade direcionam no ambiente comunitário, contribuindo com os processos de mobilização. Mesmo no tópico de adversidades, os obstáculos são percebidos como fatos que fizeram parte do cenário comunitário, mas desassociados de questões que pudessem dificultar o pertencimento. Entendemos que essas adversidades deram forma às articulações comunitárias, que retratam os modos de agenciamento grupal efetivados na tentativa de alcançar melhorias no estabelecimento da comunidade. As articulações comunitárias estabeleceram o contato e o diálogo entre lideranças internas e externas para a garantia da permanência nos terrenos, portanto, um resultado positivo das mobilizações coletivas proporcionadas pelas ações da comunidade.

Nossas discussões também apontam a importância da participação na fundação da comunidade, como critério para estabelecimento do pertencimento. Indicamos este como um

fator expressivo no processo de construção do pertencimento comunitário na CSN. A história da comunidade está intrinsecamente ligada aos moradores fundadores. Percebemos nisso, uma forma de participação na comunidade, que por si só estabelece, além do pertencimento, um marcador do entendimento da mobilização política-coletiva da comunidade, tal qual as lutas e o engajamento comunitário.

Na categoria de União e Questões Étnicas, percebemos a leitura de aspectos não só de mobilização grupal, mas também acerca da importância da transversalização dos marcadores étnico e identitários neste processo. Aqui encontramos elementos convergentes, divergentes e relativos em relação ao pertencimento. Entendemos que o compartilhamento do espaço geográfico e os processos de mobilização, no caso da CSN, perpassam primeiramente sob a ótica do entendimento do reconhecimento entre pares, que está direcionado principalmente por partilharem de afinidades étnicas ou de direitos – este último que por vezes também pode estar atrelado à particularidades étnicas.

Em termos gerais a respeito do pertencimento, percebemos que o “nós” da identidade coletiva está alicerçado principalmente através do compartilhamento de afinidades ligadas à história da comunidade e a seus processos de engajamento nas mobilizações comunitárias. Portanto, concluímos que os resultados expostos neste capítulo apresentam muitas similaridades aos delineamentos do conceito de pertencimento já instituídos teoricamente, mas também chamam atenção para o marcador étnico identitário presentes nas relações entre indígenas e não-indígenas. Pensamos que as reflexões acerca do sentimento de pertencimento, sobretudo no que tange à dimensão cognitiva da identidade coletiva, precisam considerar os direcionadores étnicos no seu processo. Desse modo, alcançaremos leituras sobre o conceito de identidade coletiva melhores contextualizados às diversidades grupais existentes atualmente, além de colaborar com a visibilidade da importância desta diversidade nos estudos em Psicologia Social e Política e de mobilizações grupais.

### **3. DIMENSÃO EMOCIONAL DAS IDENTIDADES COLETIVAS: SENTIMENTOS POSITIVOS E NEGATIVOS RELACIONADOS AOS CONTATOS INTRA E INTERÉTNICOS**

#### **3.1 Introdução**

A dimensão emocional da identidade coletiva indica a noção de sentimentos positivos ou negativos em relação ao grupo (CALEGARE; HIGUCHI, 2016), que são desenvolvidos a partir da identificação com os significados atribuídos às lutas e objetivos grupais ou comunitários, assim permitindo também que estes sejam diferenciados de outros grupos. Aqui estão em jogo aspectos ligados diretamente à valoração das emoções em relação aos grupos em que se está inserido e aos grupos alheios. Entendemos que, em geral, os sentimentos positivos são atribuídos os sujeitos fazem parte das lutas e/ou características compartilhadas pelo “nós”, e os sentimentos negativos são relacionados aos outros (“eles”), uma vez que esses divergem dessas lutas e/ou características estipuladas.

Viveiros de Castro (1996) narra as características das categorias indígenas de identidade coletiva, apontando pra uma variabilidade contextual do conjunto de aspectos que as formam, podendo abarcar desde sua parentela imediata até todos os humanos ou seres dotados de consciência. Todavia, Prado (2002a) afirma que nesse processo de constituição da identidade coletiva existe a demarcação de lutas políticas, estabelecidas nos espaços sociais. Assim, vemos de forma marcada a relação entre nós X eles. É necessário sinalizar que na discussão acerca da dimensão emocional, o ponto chave do entendimento do processo de desenvolvimento das emoções está marcado pela fragmentação de dois grupos: “nós e eles”. Novamente, vale lembrar que essa divisão entre dimensões das identidades coletivas é meramente didática, pois nos casos empíricos é difícil diferenciar os aspectos emocionais, cognitivos e interativos presentes nesses processos sociais.

A valoração positiva ou negativa do pertencimento ao Nós demarca as identidades, que ganham força ao se apresentarem em forma de lutas políticas. Deste modo, essa circunstância estabelece relações de reciprocidade que determinam o reconhecimento, negativo ou positivo, que constitui o “nós” da identidade. Por isso entendemos que compreender este reconhecimento como uma relação positiva ou negativa, implica entender o nível de coesão entre os pares no estabelecimento das lutas políticas, já que são essas lutas que indicam o nível de reciprocidade entre os agentes sociais.

Neste sentido, nesta discussão damos ênfase às categorias temáticas que estão ligadas à dimensão emocional através da marcação compartimentalizada dos grupos presentes e suas

relações. Assim, discutimos os relacionamentos entre moradores indígenas, moradores indígenas e não-indígenas, moradores de área de ocupação e moradores do bairro, a partir de aspectos como preconceito e discriminação, valorização étnica, imagem da comunidade como área de ocupação, dentre outras coisas. Além disso, através das discussões, percebemos que as relações comunitárias intra e intergrupais proporcionam a formação de dificuldades comunitárias, que são sanadas através de articulações coletivas dentro da CSN, que também serão expostas no último tópico desse capítulo.

### **3.2 Relação entre indígenas e não-indígenas, e questões intra e intercomunitárias**

As subcategorias encontradas referentes à relação entre indígenas e não-indígenas, bem como entre a CSN e os bairros vizinhos, apresentaram muitas semelhanças, estando presentes em ambas as vivências. Foram elas: “preconceito e discriminação”, “segurança pública” e “objeções acerca da terra e falta de apoio intercomunitário”. Cada uma dessas categorias mostra como a relação entre “nós e eles”, desenvolvidas em diversos níveis da comunidade, geram emoções e sentimento em relação ao grupo, e colaboram com a formação da identidade coletiva.

#### **3.2.1 Preconceito e Discriminação**

O preconceito e a discriminação foram citados como conflitos nessa relação entre os moradores indígenas e os moradores não-indígenas. Historicamente os povos indígenas têm sido submetidos a diversos processos de estigmatização e estereótipos acerca de sua vivência. Vejamos abaixo alguns dos relatos que indicam isso.

*A dificuldades entre indígenas e não-indígenas ainda continua, algumas pessoas, ainda continuam aquela situação de dizer que “ah eu não sou indígena”. Tentam discriminar as pessoas. (Participante 1, homem, 35 anos)*

*De vez em quando eles julgavam um pouco a gente né, os que não são indígena, mas hoje não temos mais, porque a gente tem muitas reuniões também né, a gente tem muitas reuniões, falamos muito sobre isso aí, sobre preconceito, quem são indígena quem não são pra conviver todo mundo junto, uma harmonia, entendeu? [...] Assim que a gente era índio, né, chamava a gente de índio, que a gente era preguiçoso, era ladrão essas coisas [...] (Participante 3, mulher, 32 anos)*

*É que muitas pessoas falam, tanto faz que os indígenas como os não-indígenas, os pessoal do conjunto daí de cima, falam que nós somos todos somos bandidos, entendeu? Somos bandidos, que nós somos assaltante, porque a gente rouba, que índio não toma banho, que índio é ladrão, que índio é isso e é aquilo, entendeu? E a gente fica angustiado né com essa situação. (Participante 8, mulher 38 anos)*

*Era modo de rir da gente, quando a gente saía com o cacique pra assembléia, entendeu? Quando a modo a gente se vestia, eles mangavam, riam, entendeu?*  
(Participante 10, mulher, 41 anos)

Ferreira (2014) fala da presença de preconceitos enraizados historicamente e reflete sobre a possibilidade de esses processos terem influenciado diretamente os modos de vida tradicionais e religiões, que com o passar do tempo parecem estar mais omitidos na realidade indígena. Melo (2013) indica que os povos indígenas têm sua presença na cidade frequentemente ignorada e até mesmo a possibilidade do autorreconhecimento negado. Neste contexto são rotulados como bêbados, preguiçosos e bandidos, tal qual como aparecem nos relatos apresentados. Em ambientes citadinos, é comum o questionamento sobre a legitimidade das identidades indígenas, conforme afirma Rosa (2018), que aponta e critica as ideias acerca dos processos de assimilação ou aculturação como fatores ligados ao afastamento étnico territorial. Podemos considerar que tudo isso se torna uma grande problemática na vivência da identidade indígena, principalmente na cidade, uma vez que, conforme afirma Crevels (2018), existe um “conjunto de operações simbólicas engendradas em toda situação que envolve os povos indígenas acerca do que é ser indígena” (p. 71). Isto tem colaborado com a perpetuação de ideias amplamente socializadas do que é uma pessoa indígena, de modo fortemente estereotipado.

Em nossas reflexões, ponderamos que este contexto vivenciado pelos povos indígenas, ao longo do tempo tem contribuído com um histórico de marginalização e negação de suas identidades, uma vez que as pessoas tendem a se desassociar de aspectos considerados negativos. Na CSN, a questão do preconceito aparece de maneira expressiva nesses relatos, de comportamentos direcionados às pessoas indígena da comunidade. A questão do preconceito e das emoções negativas relacionadas ao indígena na CSN é resultado desta relação intra e intercomunitária, de pessoas não-indígenas com pessoas indígenas, que conforme apontamentos anteriores, ainda se sustenta nas ideias estigmatizadas sobre esses povos. É interessante pensar também que esse modo de relação, ao longo do tempo, vem estabelecendo hierarquias que colocam em supremacia características brancas (BARRETO, 2000). Podemos indicar que em relação à dimensão emocional da identidade coletiva, estabelecida através da relação entre “nós e eles”, essas questões históricas têm forte influência sob as relações atuais entre os grupos, e por si só marcam suas diferenciações. Arriscamos até dizer que, antes mesmo do próprio contato efetivo entre grupos, o histórico de convivência entre indígenas e não-indígenas marcado pela subalternização dos povos indígenas em detrimento dos povos

não-indígenas, já fragiliza e sugestiona os possíveis contatos e sentimentos que possam vir a se desenvolver.

Ao contrário de algumas reflexões anteriores, onde consideramos alguns conflitos como possibilidade de potencialidade de organização, aqui desvinculamos qualquer ideia de potencialidade associada. Há séculos os povos indígenas sofrem processos de aniquilamento e/ou invisibilização da sua identidade e da sua humanidade. E, portanto, indicamos a necessidade e urgência do entendimento da gravidade da perpetuação de comportamentos racistas e preconceituosos, que tem subalternizado os povos indígenas até hoje.

### 3.2.2 Segurança Pública

A questão de segurança pública surge como uma questão pouco citada nos relatos fruto das entrevistas, porém frequentemente verbalizada em conversas informais registradas em diário de campo. Abaixo um trecho registrado nas entrevistas.

*Não, todo mundo se dá bem aqui, fora só as pessoas que são envolvidas com coisas erradas que vieram pra cá né... (...) Tráfico né.... (...) Mas fora isso a gente se dá super bem com outras pessoas assim, integrantes daqui da comunidade.” [...]Pessoas que não moram aqui, que são do bairro ali do Alfredo Nascimento ou da Fazendinha II, eles são de lá, aí eles.... Tipo como aqui dá acesso ao bairro Francisca Mendes, eles vêm, vão por aqui e passam fazem assalto lá pra cima, aí devido... Tem muito assalto por lá... Aí eles descem aqui, como tem acesso pra ir pra outro bairro dali, aí eles vêm. Aí os pessoal do Francisca Mendes aí falam que é a gente que tamo fazendo isso com eles. (Participante 6, mulher, 27 anos)*

A CSN, assim como diversas outras áreas de ocupação, sofre com a presença do tráfico de drogas e habituais assaltos. Soares (2017), ao narrar os contextos de ocupação, afirma a rotineira disputa entre facções ligadas ao tráfico que existe na área. Essas disputas entre facções na CSN também são relatadas como presença frequente na comunidade, resultando inclusive em agressões e até assassinatos dentro da comunidade. Em outra pesquisa sobre ocupações, Santos (2017) também associa à comunidade características como falta de educação, lazer, alto índice de desemprego e violência.

Em nossos registros de diário de campo é comum observamos com frequência queixas acerca da insegurança na comunidade. Alguns relatos apontam principalmente graves ameaças, no caso da ocorrência de denúncias de ações criminosas na CSN. Existem registros de represálias, tais como espancamento e tentativa de assassinato contra moradores que se arriscaram a denunciar ou de alguma forma tentar barrar a ação e a presença de ações ilícitas na comunidade, sobretudo o tráfico de drogas.

Estas são preocupações relevantes dentro da CSN e os moradores temem pela segurança de suas famílias e pela sua própria. A comunidade questiona a escassa presença de policiamento no local e revela o que Souza e Minayo (2017, p. 02) apontam:

O crescimento de um medo social difuso e uma sensação de fraqueza e impotência da autoridade pública para dar-lhe segurança completam os sentimentos de uma população que, da forma mais indesejável possível, tomou consciência da importância da polícia para o funcionamento da sociedade em seu cotidiano.

Muito desse contexto também é utilizado para justificar os estereótipos atrelados aos moradores da comunidade, quando na verdade este é um problema que vai além desta dimensão concreta vivenciada na CSN. Entendemos que os problemas de segurança pública são também questões históricas que envolvem as estruturas de gestão da segurança pública, e sua articulação com Estado e sociedade. Conforme aponta Costa (2005), a insegurança social é um fenômeno antigo, sobretudo nos grandes centros urbanos. As razões podem ter uma origem comum, contudo, se apresentam de formas diferentes, conforme os contextos sócio-organizacionais. Neste sentido, as cidades e comunidades estão hierarquizadas por diferentes critérios, onde os bairros mais violentos costumam ser os menos valorizados, estando em situação mais graves em segmentos de menor renda. Isto impacta diretamente na autoimagem do morador e do seu local de moradia, além em suas condições de segurança.

Além da questão da imagem dos moradores, é interessante ressaltar que no discurso dos comunitários a presença da violência e do tráfico de drogas aparece frequentemente associada aos não-indígenas. Nos nossos registros de diário de campo é comum perceber a referência à um “eles”, o que marca então o contato intergrupar. Podemos refletir que o sentimento de insegurança em relação à violência narrado até aqui, está, a partir da perspectiva dos moradores, associado à um grupo externo, que são os não-indígenas. Assim, considerando os apontamentos de Prado (2002a), percebemos que o aspecto emocional aqui se mostra através da relação intergrupar, no sentido de que os indígenas (Nós) não estão envolvidos no tráfico, mas os não-indígenas (Eles) estão, sinalizando assim o marcador identitário e os sentimentos positivos em relação ao seu grupo, e negativos em relação ao outro.

Por todos esses apontamentos, entendemos que a segurança pública tem relevância nos discursos dos moradores relacionados aos conflitos, uma vez que esta situação tem impactado diretamente na vida comunitária e também social dos moradores da CSN, e como as pessoas se sentem em relação a esta. Ressaltamos também a importância de que isso se torne pauta nas

discussões sobre os povos indígenas em contexto de cidade, considerando principalmente que muitas das comunidades indígenas citadinas estão em contexto de ocupações, e possivelmente também em circunstâncias vulneráveis aos problemas de segurança pública.

### 3.2.3 Objeções acerca da terra e Falta de apoio intercomunitário

Os conflitos relacionados ao espaço estão ligados às críticas direcionadas às áreas de ocupação. Moradores do bairro em que está localizada a CSN opinam negativamente sobre a ocupação dos moradores na comunidade. Vejamos os exemplos relatados pelos depoentes.

*O morador do bairro ele, ele não tem agradado a gente, porque ele não comparece com a gente, a gente comunica ele, que vai ter reunião, pra ele levar o nome do Sol Nascente pra os órgãos, pra regularizar a área, então, é, a gente fica tipo uma, uma... Uma discriminação né. Então essa pessoa não aparece e a gente não tem como, é, conseguir o apoio do líder do bairro, onde nós convivemos. (Participante 1, homem, 35 anos)*

*Porque logo no início eles não aceitavam né, mas agora foi passando um tempo, agora não tem mais essas coisas, é tanto que eles moram pra lá. Tinha muito era denúncia, essas coisas, [...]mais era esse pessoal daí de cima né, do conjunto, eles tinham preconceito por aqui era... é uma área indígena, eles não gostavam. Eles tinha muito... assim.... revolta com a gente, mas hoje... a gente nunca mexeu com eles não. (Participante 3, mulher, 32 anos)*

*Olha a gente dificuldade só com o pessoal aí de cima do conjunto né, do Canaranas. Porque quando nós entramos aqui eles denunciavam muito né, eles denunciavam muito, e até hoje mesmo, nos dias de hoje, eles tem aquelas rixa de não gostar da gente, por dizer que a gente somo sem terra, que não sei o que, tem aquela esculhambação toda né. (Participante 4, mulher, 23 anos)*

*eles criticavam muito né [...] era assim, que a gente tava invadindo, que o espaço aqui era deles, que aqui tinha área verde, que aqui tinha muitos animais, isso e aquilo. Aí como que eles falaram assim.... Que a gente tava desmatando, que tavam pra tirar os animais daqui, essas coisas assim né. (Participante 7, mulher, 39 anos)*

É necessário entender, o contexto em que se estão inseridos moradores de áreas de ocupação, para que possamos refletir sobre esta realidade. çSoares (2017) aponta que muitas das áreas de ocupação estão compostas por moradores em delicadas situações sociais. É possível observar nestes espaços o alto índice de desemprego, e conseqüente falta de condições financeiras para acessar moradias consideradas legalizadas. Isto tem impulsionado diversas camadas populares a optar pela autoconstrução, geralmente em loteamentos clandestinos ou irregulares.

Estas características são encontradas na realidade dos moradores da comunidade, contudo, enfatizamos que o fato de serem indígenas os vincula à direitos de moradia já estabelecidos. Como já citado anteriormente, a lei nº 11.977 de 2009, resgata o decreto 271 de

1967, que institui a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares para fins de preservação das comunidades tradicionais, e é utilizada como amparo legal pelo cacique da CSN. No entanto, as comunidades indígenas estabelecidas nos espaços especificados – tal qual como a CSN – apresentam expressivas dificuldades de efetivação deste direito, através de longos processos jurídicos em prol da legitimação e legalização da terra. Passam inclusive por rotineiras ameaças de reintegração de posse resultando em conflitos significativos com o Estado. Observamos então, que os direitos indígenas têm sido negados de forma perversa, e colocado estas populações em situações de violência, negligência e condições de moradia precárias. Além disso, ressaltamos que a ineficácia da instituição dos direitos indígenas, ao mesmo tempo que coloca os povos indígenas em situações inseguras de moradia e existência, também endossa o discurso estereotipado acerca das populações indígenas e áreas de ocupação, perpetuado pela sociedade e vizinhanças dessas comunidades.

Nesta categoria percebemos também de forma muito marcada a relação com outro grupo, os moradores do bairro. Como mostra os relatos, existiram e existem muitas objeções dos moradores dos bairros arredores em relação a permanência dos moradores na comunidade. Mais uma vez a essa relação do “nós e eles” estabelece um nível de desenvolvimento emocional em relação aos grupos, que geram sentimento negativos, corroborados pela discriminação.

Consideramos que este discurso da vizinhança da CSN está carregado de preconceitos, tal qual como demonstrou a primeira categoria discutida nesta seção, e resulta na falta de apoio intercomunitário. Entendemos que esta falta de apoio intercomunitário pode estar associada diretamente com as discordâncias presentes entre a população da comunidade e a população do bairro no entorno. Estas discordâncias dificultam inclusive a aproximação da população do bairro com os moradores da CSN, e é agravado por todos os estigmas que envolvem os moradores da comunidade, tanto por pelo fato de serem indígenas quanto por serem integrantes de uma área de ocupação.

### **3.3 Táticas de superação das dificuldades e engajamento**

As relações comunitárias estabelecidas na CSN através do contato entre os grupos promovem em diversos níveis dificuldades que refletem nos modos de relação comunitária. Neste sentido, percebemos que algumas estratégias de superação dessas dificuldades surgem no contexto comunitário no intuito de sanar ou melhorar essas questões. Assim, identificamos nos relatos o que apresentamos como a categoria “Táticas de superação”, que agregam questões relacionadas às formas de agenciamento comunitário, apresentadas pela CSN, que de

alguma forma auxiliam nas relações. Está composta pelas subcategorias: Estratégias de reconhecimento, reafirmação e visibilidade étnica; Busca pelo Poder Público; Ações Comunitárias; Reuniões administrativas e Reorganização da associação

### 3.3.1 Estratégias de reconhecimento, reafirmação e visibilidade étnica

Conforme foi citado algumas vezes nesta discussão em capítulos anteriores, existe uma obrigatoriedade de que os povos indígenas “legitimem” a sua identidade com base em pressupostos estigmatizados (ROSA, 2018). Os relatos dos moradores da CSN indicam parte de como este processo funciona mediante Estado e Sociedade.

*Temos feito várias apresentação dizendo que a gente é indígena, passamos por vários órgãos caracterizados. O nosso símbolo é arco e flecha, mas não é a arma pra gente chegar lá, é atirar em alguém, mas é o símbolo que nós usamos. Usamos o cocar, usamos os colares [...] para sermos reconhecidos. (Participante 1, homem, 35 anos)*

*A dificuldade agora é a urbanização, e também não ter uma luz no nome da gente né, que a gente não pode sair e dar o endereço, que ninguém acha aqui né. [...] a gente tem dado nosso endereço assim mesmo. [...] Pra que venha a ficar conhecido né, pra que nome da comunidade venha se circular. Porque tem alguns lugares que as pessoas já conhecem, devido a isso né, devido a gente dá o nosso endereço né, daqui mesmo, pra gente... Pro pessoal ir conhecendo [...] Então isso é o que a gente ta fazendo pra que a gente não venha ter essa exclusão né, que por enquanto a gente ainda é excluído aqui ainda. (Participante 4, mulher, 23 anos)*

Vilaça (2000) afirma que o corpo não é somente um lugar de expressão social, ele é o substrato onde essa identidade é fabricada. Assim, tanto os adereços indígenas quanto suas vestimentas constituem uma pele social que, teoricamente, deveria externalizar sua “natureza”. Algumas vestes ou adereços em contextos extremamente tradicionais devem ser utilizadas somente em rituais ou dimensões sagradas estipulada pelos povos, sendo estes instrumentos, e não meras fantasias (VIVEIROS DE CASTRO, 1996). No entanto, em contexto de cidade, isso parece se tornar um instrumento não direcionado às tradições, mas como ferramenta de reconhecimento identitário.

Além disso, o ensino do nheengatu é trazido como uma forma de revitalização e contato com a língua originária, também atuando como modo de reafirmação e visibilização dos seus marcadores étnicos.

*A nossa ideia foi então revitalizar a língua materna nheengatu. (Participante 1, homem, 35 anos)*

*é pra continuar né, pras crianças aprenderam, porque... Não é só porque a gente tá morando na cidade grande né, que vão deixar de conhecer a língua materna né. (Participante 6, mulher, 27 anos)*

*É pra não perder os costumes né, de cada etnia. Que aqui como são várias etnias, pra tentar assim no caso das crianças né, pra conscientizar as crianças pra não deixar suas etnias. Pra não ficar assim no esquecimento né. Tentar ensinar, é... pra tentar botar na cabeça das crianças os costumes né, dos pais, dos avós, dos bisavós, pra não deixar no esquecimento né. (Participante 7, mulher, 39 anos)*

O ensino e a utilização das línguas maternas já são amplamente indicados nos processos educacionais dos povos indígenas, sobretudo como forma de assegurar o direito a valorização da cultura e de suas manifestações. Simonian e Pontes (2010) afirmam que a promoção de expressões culturais, tal como o ensino do nheengatu, se estabelece como atividades de manutenção das práticas tradicionais, além da promoção de vínculos afetivos com pares e memória histórica, como é indicado nos relatos apresentados. Bernal (2009) argumenta que a língua se institui como a execução de um forte papel na força de reafirmação dos grupos étnicos. A utilização e o ensino da língua indígena em contextos de cidade atuam como instrumento de construção cultural, afirmação social e marcador de identitário (inclusive coletivo), pois funciona também como forma de promover negociações entre os grupos étnicos.

Por este motivo, identificamos estas formas de reconhecimento e reafirmação étnica como uma das principais táticas de superação das dificuldades encontradas na CSN. Além disso, também ponderamos a possibilidade de isto atuar como forma de ressignificação de sentimentos gerados pelas relações conflituosas com grupos citados anteriormente. Consideramos um infortúnio os povos indígenas ainda terem que garantir a legitimidade de sua identidade através da obrigatoriedade de equiparar-se a modelos estereotipados de pessoas indígenas. Contudo, também observamos este modelo como possível potência de reafirmação étnica, contato com tradições e costumes, e sobretudo em contexto de cidade como forma de reivindicar seus direitos instituídos e suas identidades coletivas.

### **3.3.2 Busca pelo Poder Público**

A busca pelo poder público é uma das principais formas de tentar superar os conflitos encontrados na vivência da CSN. Abaixo relatos que exemplificam essa estratégia.

*Aqui gente sempre andou em grupo, tipo ir atrás entendeu? Junto com o cacique, ir atrás, não só eu, muita gente aqui, mas já os brancos quase eles não vão. Muitas vezes eles tão trabalhando, entendeu? Mas nós tudinho... aí fazem reunião, a gente vai em grupo pra atrás de luta né, procura lutar. Vamo nos órgãos. (Participante 3, mulher, 32 anos)*

*É que a gente corremos atrás dos nosso benefícios né, que a gente tinha perdendo, porque o documento não foi entregue pra nossa mão, e a gente foi atrás onde estava né. E nós conseguimos. Nós fazemos reunião e vamos nos órgão atrás dos nossos benefícios né. [...] Nós vamo nos órgãos, e nós leva documentos né, vamos lá pra ver se a gente consegue mais benefício pra nossa comunidade. (Participante 8, mulher, 38 anos)*

Scherer-Warren (2006) aponta que as mobilizações na esfera pública são frutos da articulação de atores dos movimentos sociais e se efetivam principalmente através de grandes manifestações, no intuito de produzir visibilidade e funcionando como uma forma de pressão política. Assim, as manifestações produzidas pela CSN, apesar de não tão grandes, têm surtido efeitos positivos nos órgãos de esfera pública. Muitas reivindicações foram feitas e o que é mais interessante é a atribuição sempre ao “Nós” da identidade da comunidade. Percebemos que essas mobilizações já são frutos das noções de pertencimento (discutidas anteriormente) e negociações feitas dentro dos grupos sem prol de melhorias pra comunidade, e também resultado dos sentimentos positivos proporcionado pela coesão grupal. E, ao mesmo tempo em que atuam como articulação para as manifestações políticas, também contribuem para a continuidade dos processos de identificação de lutas comunitárias, fortalecendo as noções coletivas da comunidade e sentimentos positivos em relação ao coletivo.

### **3.3.3 Ações Comunitárias**

Esta subcategoria nos mostra um resultado interessante das noções da constituição da identidade coletiva na comunidade. A seguir trechos dos depoentes que revelam as ações comunitárias.

*A dificuldade foi logo no começo né, porque, por causa do fio, dos fios que não era muito bacana, era fino, e quando às vezes tocava um no outro em dia de temporal torava e você tinha dificuldade. Mas quando nós fizemos a reunião e butemo esses postes aí, não sei se a senhora viu, de madeira, foi a gente que butemo. Aí depois a gente interemo pra comprar esses fio aí. Aí enfiamos os nossos assim, entendeu? Mas e a água, a água nós tivemo um pouco de dificuldade, mas a gente conseguimos é puxar um cano mais grosso lá de cima né, e tem gente que te dificuldade ‘pow’, porque não tem mangueira própria. (Participante 2, homem, 40 anos)*

*A gente sempre, a gente anda casa em casa né, pra conversar, marcar um dia assim que vá acontecer, tipo também precisamos muito é de dinheiro pra correr atrás entendeu, então nesses casos assim, a gente sempre, a comunidade tá junto, um coopera aqui, um coopera um ali, enfim. (Participante 3, mulher, 32 anos)*

Gama e Koda (2008) afirmam que o processo de identificação grupal facilita as constituições de vínculo de solidariedade que podem funcionar como apoio entre os sujeitos.

Isto em longo prazo possibilita a transformação de papéis – ponderamos a possibilidade de esses papéis serem políticos ou não – e auxilia na coesão grupal, no momento do estabelecimento de metas.

Os relatos apresentam características que podemos associar ao conceito de ajuda-mútua, que para Monteiro (1997) é um dos mais significativos movimentos sociais contemporâneos, e se refere a um processo de ajuda interpessoal. A autora conceitua: “o processo de ajuda-mútua concretiza-se através da ação dos grupos de parceiros que partilham uma situação de vida através da qual se identificam e fundamentam-se na vivência subjetiva dos problemas de cada um dos membros” (p. 449). Neste processo, acredita-se nas capacidades individuais e coletivas das comunidades, de modo a fortalecer as potencialidades e a criação de recursos próprios para apoiar pessoas em necessidade, colaborando com a o desenvolvimento de sentimentos positivos. Cada grupo estrutura seu próprio programa de ajuda. Em organizações locais pequenas, os grupos possuem capacidades de desenvolver variadas interações e apoio adequados às necessidades.

Os processos possibilitados através da ajuda mútua proposta nessas ações comunitárias da CSN, aumentam o repertório de possibilidades na comunidade e promove qualidade na relação comunitária. Os relatos deixam muito evidentes essas noções, nos assinalando o potencial grupal que a CSN possui de se articular através desses vínculos em prol de seus benefícios e lutas por direitos.

### **3.3.4 Reuniões Administrativas e Reorganização da Associação**

As reuniões na comunidade são uma estratégia que vem sendo utilizada como forma de superar as dificuldades encontradas no contexto comunitário. As reuniões costumam acontecer mensalmente e são vistas como um dos principais modos de participação nas atividades da comunidade. Essas reuniões sempre têm o intuito de discutir as reivindicações da CSN e contextualizar os demais moradores em relação ao que vêm sendo feito mediante aos órgãos públicos, e afins. Abaixo a lembrança das reuniões nos depoimentos dos entrevistados.

*A parte que eu faço é das reunião. Participar das reunião pra ver quê que ta acontecendo, e quê que a gente pode fazer né, se a gente puder ajudar ele, a gente ajuda né. (Participante 6, mulher, 27 anos)*

*A gente tenta participar de todas as reuniões né, quando a gente é chamado [...] Aí quando o líder não pode ir pra reunião sempre eu vou quando eu posso [...] Eu tento me envolver em todas as questões né. (Participante 7, mulher, 39 anos)*

Biaggio (1997) ao falar sobre a teoria da comunidade justa, enfatiza que dentro de processos grupais não pode existir um exercício eficaz de autoridade – como uma tomada de decisão – sem a presença dos membros da comunidade. Na CSN, as reuniões têm essa função, de integrar nos processos comunitários os seus membros moradores, de modo a criar um contexto de participação política e coletiva, na comunidade. Além disso, a reorganização da associação também foi um modo de superar as dificuldades encontradas, considerando que a saída do antigo cacique é tida como um fator de desestabilização da comunidade. Observamos:

*O que nós fizemos foi organizar outra associação, novos membros de novo, elegemos o novo cacique, novas pessoas pra dirigir a comunidade né, e tamo aí trabalhando devagar, não tem aquela... (Participante 9, homem, 42 anos)*

É comum que as comunidades indígenas em contexto de cidade possuam associações, que muitas vezes estão compostas inclusive por pessoas não-indígenas. As associações indígenas em contexto comunitário são tão comuns, que Bernal (2009) e Ferreira e Calegare (2018) indicam um modo de funcionamento intitulado de “síndrome associacionite” ou “associativismo”, que é definido como um processo que utiliza o fator étnico atrelado às organizações e possuem fins políticos. As associações atuam como ferramentas legais de negociações com o Estado e outras instituições. Assim, a criação e a manutenção das associações indígenas funcionam também como modo de promoção da autoconsciência política, conforme Sandoval e Silva (2016). Por este motivo, compreendemos a preocupação da CSN em reorganizar a associação comunitária, no intuito de garantir a continuidade dessa ferramenta como modo de participação política frente às suas demandas.

### **3.4 Conclusões**

As reflexões aqui realizadas nos mostram alguns tópicos importantes em relação aos processos emocionais na CSN. Achamos importante traçar uma relação com o segundo capítulo, acerca dos sentimentos de pertencimento. Em relação ao pertencimento na sua dimensão meramente cognitiva, chegamos à conclusão que apesar de algumas divergências e adversidades a CSN consegue se articular e apresentar de maneira expressiva relatos que indicam o pertencimento dos moradores à comunidade. Quanto a dimensão emocional, quando falamos nos processos de desenvolvimento de sentimentos na comunidade, percebemos de maneira muito mais expressiva a presença de sentimentos negativos, corroborados pelas relações intra e intercomunitária marcadas pelo preconceito,

discriminação, subalternização, deslegitimação de suas identidades e território. Assim, entendo que sejam importantes, portanto, as estratégias de superação na comunidade.

O contexto o qual os moradores da CSN vivenciam cotidianamente está perpassado por diversas dificuldades de relação que os inferiorizam, enquanto moradores e enquanto sujeitos individuais e coletivos na sociedade manauara, amazonense e brasileira – e talvez latino-americana. Contudo, do mesmo modo que, em relação pertencimento, ocorrem articulações para mediação das adversidades, percebemos esta movimentação direcionada à ressignificação dos sentimentos em relação aos grupos e às comunidades. Ainda que consideremos que isto não é o suficiente para de certa forma melhorar as relações comunitárias com outros grupos, os agenciamentos efetivados pela CSN proporcionam melhores ambientes subjetivos de relação entre o grupo, que neste sentido se fortalece no enfrentamento das problemáticas intercomunitárias (relação com moradores não-indígenas e dos bairros vizinhos). Assim, se estabelece o fortalecimento político do grupo, que reitera a coesão e a força do coletivo formado pela CSN, reforçando o “nós”.

Sendo assim, em nossas conclusões, pensamos que a existência desses sentimentos negativos, na CSN, pode de certa forma colaborar não somente com vivências negativas, mas também é possível efetivar um movimento contrário. Isto é, de certo modo afasta o “eles” desconfortável da presença comunitária para agregar e fortalecer o “nós” nas suas similaridades. Isso permite o exercício das potencialidades grupais da comunidade e garante movimentação política-coletiva na CSN.

## **4. DIMENSÃO INTERATIVA DAS IDENTIDADES COLETIVAS: LUTAS POLÍTICAS E FORTALECIMENTO IDENTITÁRIO NA CSN**

### **4.1 Introdução**

Ao longo dos capítulos anteriores, exploramos duas das dimensões que compõem as identidades coletivas na CSN, que foram as dimensões cognitiva e emocional. A partir deste ponto, tecemos algumas discussões acerca da dimensão interativa, que se refere às lutas políticas e que envolvem os processos de interação e negociações necessários para o estabelecimento de metas e objetivos em prol dos benefícios coletivos. De acordo com Prado (2001), Costa (2009) e Calegare e Higuchi (2016), esta dimensão diz respeito às relações sociais existentes no intragrupo e intergrupo, estando ligadas à antagonismos, conflitos, convergências e negociações de interesses que são realizadas entre os integrantes dos grupos, no caso desta pesquisa, entre os moradores da CSN. Aqui, consideram-se os processos de interação social, que se estabelecem através das negociações entre os agentes envolvidos. Novamente vale lembrarmos que essa divisão em dimensões das identidades coletivas é meramente didática, pois não seria possível haver interações sem um processo cognitivo de identificação dos grupos ou valoração afetiva que impulsiona, ou não, a adesão aos mesmos.

Feitas essas considerações iniciais, neste capítulo damos enfoque às convergências e divergências presentes nos coletivos da CSN, e em seus processos de organização e mobilização. O entendimento de convergência diz respeito à confluência de objetivos comuns a todo o grupo, enquanto que divergências se referem aos pontos de discordância no estabelecimento destes propósitos (CALEGARE; HIGUCHI, 2016). Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012) tecem algumas reflexões sobre o posicionamento organizativo de grupos, afirmando que é possível haver convergências entre sujeitos de organizações diferentes, do mesmo modo que é possível haver contradições entre sujeitos da mesma organização. Esses autores ainda apontam que as disputas internas presentes nos grupos não impedem o movimento coletivo de acontecer, pelo contrário, também se estabelecem como um modo de atuar como sujeito coletivo, compartilhando uma pauta política comum.

Apesar disso, Oliveira, Onuki e Oliveira (2006) reiteram a importância de que, de maneira geral, os atores necessitam estar orientados para um objetivo evidentemente convergente, para que se desenvolvam as ações coletivas. Os autores consideram que são essas bases de convergência de interesses que têm a potencialidade de compatibilizar as ações coletivas, acontecendo por meios de aliança de interesses e coalizões, que consideramos também como modo de fortalecimento identitário na CSN.

O movimento coletivo que ocorre dentro da CSN está mais diretamente direcionado à reivindicação pelos direitos indígenas – sobretudo acerca da legalização da terra – e melhorias de infraestrutura. Nesta situação específica, Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012) apontam que os movimentos que envolvem a luta por moradia possuem o potencial de flexibilidade necessária para promover espaços de negociações na definição de pautas comuns. Os autores afirmam:

Por mais diversos que sejam os motivos que levam alguém a participar do movimento de moradia, a se declarar militante desse movimento e a se envolver com sua realidade; e por mais ramificadas que sejam as relações entre as pessoas que transitam entre o movimento de moradia – e compõem outros movimentos sociais, partidos, espaços governamentais e institucionais, universidades, ONGs, defensorias e delegacias –, o movimento de moradia é por essas mesmas pessoas constantemente reconfigurado e suficientemente maleável para ser reivindicado por elas à luz daquilo que, para cada uma delas, faz sentido como espaço de participação e luta (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012, p. 405).

Parte dessas convergências e divergências tem como resultado a existência de conflitos intra e intercomunitários. Nascimento e El Sayed (2002) discutem sobre os conflitos na perspectiva de organizações e apontam que a ausência de conflitos era percebida como uma expressão positiva, de bom ambiente e boas relações. Contudo, os autores também trazem uma visão positiva do conflito, afirmando que dele é possível partir novas ideias e discussões que promovem a expressão dos diversos pontos de vista e interesses. Assim, dialogando com nossa temática, percebemos que os conflitos intra e intercomunitários em relação à promoção de ações também passam pela perspectiva das negociações, de modo a alcançar as compatibilidades necessárias para o envolvimento nas ações coletivas e lutas políticas.

As lutas políticas, conforme afirma Ferreira Neto et al. (2009), desde o século XX concentram reivindicações que envolvem o direito à vida, ao corpo, à saúde e à satisfação de necessidades. Além disso, os contextos de iniquidades e desigualdades sociais deram origem a vários grupos e movimentos sociais, com o objetivo de mudança em suas realidades. Essas lutas estão principalmente em torno de transformações sociais concretas, em prol de melhorias das condições materiais da vida de classes e comunidades oprimidas em seus modos de organização e socioeconomia vigentes (NEPOMUCENO et al., 2008). Assim, percebemos que a CSN preenche muitas das características das principais lutas políticas instituídas historicamente. E, através das reflexões da dimensão interativa, acerca das negociações de convergências e identificação de lutas políticas no contexto da CSN, neste capítulo

ponderamos algumas questões em torno deste processo e sua relação como fortalecimento identitário.

As discussões que se seguirão têm o intuito de apresentar os conflitos intra e intercomunitários identificados na CSN e as negociações presentes nesta articulação. Além disso, também apresentamos as principais lutas políticas, e como estas estão associadas aos embates e negociações presentes, evidenciando o “eles” e os “nós” da vivência coletiva da CSN. As análises nos permitiram encontrar duas categorias. A primeira delas diz respeito a “convergências e divergências intra e intercomunitárias”, e envolve subcategorias que indicam a ausência de conflitos comunitários, aspectos relacionados às questões indígenas, organização sociopolítica da comunidade, objetivos comunitários – tal como os benefícios financeiros advindos do comércio de terrenos – e luta por direitos básicos. A segunda categoria, intitulada de “associação comunitária e resultados alcançados”, possui suas subcategorias, as principais ações da CSN e seus principais resultados. Assim, apresentamos como subtópicos, discussões acerca das mobilizações em prol de reivindicações de direitos, a visibilização e permanência na comunidade, o alcance de melhorias infraestruturais e regularização da comunidade, e as dificuldades ainda enfrentadas pelos moradores.

## **4.2 Processos de negociações comunitárias**

As convergências e divergências comunitárias estão imbricadas nos processos interativos da comunidade, entendendo que as interações necessitam de negociações que, por vezes, encontram objetivos aleatórios àqueles pontuados como prioridade pelos grupos. A categoria “processos de negociações comunitárias” apresenta em seus subtópicos conteúdos elencados pela CSN como pontos de convergências e divergências intra e intercomunitárias, e as principais lutas políticas desenvolvidas a partir desse contato.

### **4.2.1 Inexistência de conflitos**

Os relatos desta subcategoria indicam a ausência de conflitos resultantes de divergências nas relações comunitárias entre indígenas, da mesma etnia e de outras. No entanto, algumas frases são bem importantes para entender o contexto em que se nega a presença de conflitos. A inexistência de conflitos aparece de forma bem delineada e é negada em relação à uma problemática mais evidente. Observamos:

*Não existe, a gente somos bem unidos. Quando nós precisamos conversar alguma coisa é na conversa mesmo, sem discussão, entendeu? Porque a gente procura... A gente não pode, não deve, criar problema entre nós mesmos, entendeu, entre nós.*

*Por quê? Porque nós somos sangue, nós somos uma etnia unida. Então pra gente se reunir não pra discutir, mas sim pra celebrar, é assim que a gente prega né. Então em nenhum momento na nossa etnia a gente teve discussões, brigas, entendeu? Em nenhum momento. (Participante 4, mulher, 23 anos)*

*Não também não, graças a Deus que não. (...) É... eu já ouvi falar também, mas até onde eu sei é por causa de liderança. Mas entre a minha etnia assim, com outras, eu nunca ouvi falar não. (Participante 7, mulher, 39 anos)*

*Porque eles brigam assim, por causa de coisa da associação, assim, de dinheiro né, que some. Mas não tem na a ver com ser das etnia não. Os índios mesmo assim, de etnia diferente não tem nada não, dessas coisas. (Participante 6, mulher, 27 anos)*

Percebemos que a inexistência de conflitos está associada ao estabelecimento de um ambiente harmônico. É identificada, por exemplo, pelo fato de se considerarem unidos e proporcionarem ambientes de diálogo. Contudo, também percebemos que permeados aos relatos associados à sua inexistência, estão aquilo que de modo geral representam os conflitos.

Percebemos que a inexistência de conflitos é traçada ao mesmo momento em que os moradores definem os possíveis conflitos existentes, aqui citados muitas vezes como discussões, brigas ou disputa por liderança. Embora os conflitos definam uma parte significativa das organizações, ele ainda é frequentemente associado às questões negativas, como podemos ver nos relatos (MORGADO; OLIVEIRA, 2009). Porém, na CSN, mais do que estas questões, a ausência de conflito aparentemente está bem definida para os moradores, que conseguem diferenciar, por exemplo, que uma disputa de liderança não necessariamente está ligada às questões étnicas, e sim às questões da relação comunitária. Pensamos que este seja um marcador importante para refletir esta subcategoria, em razão de considerarmos uma potencialidade do grupo, realizar as devidas atribuições dos conflitos às suas razões pertinentes, bem como também as formas de articulação das negociações.

#### **4.2.2 Questões Indígenas**

Nesta subcategoria os relatos apresentam queixas atribuídas aos conflitos entre as pessoas indígenas. Em meio a essas queixas aparecem questões acerca das diferentes línguas indígenas e rixas históricas. Inicialmente, refletimos sobre como a multiplicidade de perfis etnolinguísticos dos povos indígenas, pode se tornar uma problemática no ambiente comunitário.

*Não tem Dessano, da minha etnia, morando aqui e na área em que eu to morando, fica difícil eu comunicar com o pessoal da mesma etnia, porque não tem a pessoa que possa estar comunicando dia-a-dia falando a nossa língua materna.[...]Mas agora dificuldade há sim aqui na área urbana, que encontramos os povo do alto Solimões, baixo Amazonas, então isso sim dificulta um pouco mais. [...] A gente, por*

*exemplo, eles falam Kokama né, a gente procura entender o quê que a pessoa está falando né. Como lá eles entendem Kokama, então a gente também não tenta dizer que tá errado né. Então como é Kokama, então deixa eles também trabalhar do jeito que eles trabalham né. Então a gente escuta, faz de conta que a gente tá entendendo e depois a gente pede explicação. E a gente vamos fazendo.... trabalhando assim, dessa forma. (Participante 1, homem, 35 anos)*

*Não tem dificuldade não. (...) Até porque não tem mais muitas pessoas assim, da minha etnia né.” [...] “É, só essa rixa mesmo com os Kaixana. (...) Olha assim, foi porque um... Meu tataravó né, ele teve uma discussão com um Kaixana, e esse rapaz deu um tapa no rosto do meu avô, então aí nesse mesmo dia, isso foi durante o dia, aí a noite tava tendo uma festa, deles, dos Kaixana, e só o meu avô matou 18 deles. Entendeu? Sò 1 matou 18 e quando foram ver tinha um deles, lá deles né, morto dentro da rede, dentro das malocas, por causa dessa rixa que tiveram né, então meu tataravó ele matou 18, devido à isso né, aí foi quando piorou a situação né, que meu avô matou 18 deles, e eles queriam também, então teve aquela, vamos dizer, aquela guerra né, que morreu muitos, tanto Kaixana quanto Sateré-Mawé. Só que aí pegou mais pros Kaixana entendeu? Então é por isso que os Kaixana tem muita raiva da gente, dos Sateré-Mawé. (Participante 3, mulher, 32 anos)*

Os povos indígenas apresentam em continuidade hoje menos de 180 línguas originárias. Infelizmente ainda se consideram sérios riscos de que esse número diminua ainda mais, em razão das poucas políticas de fortalecimento (COSTA, 2014a). Apesar de considerarmos a existência de poucas línguas, em relação aos registros do tempo da colonização que contabilizavam cerca de 1000 línguas existentes, este ainda é um número considerável de multiplicidade linguística existente, que tem influenciado nos modos de relação da vida indígena. Um dos relatos dos depoentes da CSN apresenta essa dificuldade como uma forma de conflito intraétnico, associando a isto uma dificuldade de comunicação, que embaraça as relações. Desde os tempos da colonização, a comunicação com os povos necessita de intérpretes indígenas (RODRIGUES, 2005). Contudo, na comunidade observamos isto de forma mais expressiva, considerando que a necessidade de tradução acontece entre os povos indígenas, como resultado da pluriétnicidade.

Além disso, o relato de rixas históricas demonstra como o percurso da história étnica da CSN tem influência sob os modos de relação comunitária. Quiles e Barros (2001), em discussões sobre povos indígenas e suas mudanças de organização, territórios e etc., afirmam que mesmo com essas mudanças é possível ainda encontrar características históricas resultantes de conflitos intra ou interétnicos, como as rixas. Considera-se que cada clã ou etnia possui seus marcadores do passado, que orientam ações e comportamentos que podem refletir nas relações atuais.

Apesar de considerarmos os contextos em que se dão as rixas na comunidade, é interessante frisar que, conforme aponta Calegare e Higuchi (2016), em contextos comunitários, as rixas podem ser minimizadas em razão de um objetivo maior, por meio de

um processo de negociação interna. Neste caso, considerando o que percebemos dentro da CSN, esta é uma realidade possível, já que, de alguma forma, as etnias Kaixana e Sateré-Mawé – citadas no conflito – se articulam em prol dos objetivos comunitários.

### 4.2.3 Organização Sociopolítica

Esta subcategoria apresenta aspectos da organização sociopolítica da CSN que estão relacionadas à divergência de objetivos e disputa por liderança, sendo indicada como um fator de conflito dentro do ambiente comunitário.

*Logo no início teve, teve muitas brigas, assim porque o outro grupo não aceitava, por exemplo os Sateré queria uma coisa, outros já não queria, e aí ficava aquela briga toda e nunca dava certo. Por isso que eu falo pra ti que nunca teve união. (Participante 5, mulher, 45 anos)*

*Não aqui, os Mura não, mas as outras etnias tem, com Mura não [...] Os Sateré com os Kaixana tem. [...] Eles brigaram aí uma vez por causa de liderança. (Participante 10, mulher, 41 anos)*

*Mas só no começo que teve um conflito por causa de ser o líder... A liderança, que teve o um líder que veio aqui e queria tomar a liderança do cacique aí. E eles eram assim de etnia diferente né, mas eu não sei te dizer qual que era, mas eles vieram aí.... Ele trouxe um bocado de índio lá, tipo assim uns selvagens mesmo pra querer brigar aqui. Veio com umas armas assim toda coisa. (Participante 9, homem, 42 anos)*

É interessante inicialmente destacar que, os atores coletivos que efetivam as ações coletivas nos ambientes grupais possuem também seu próprio sistema de significados, valores e crenças, que podem consequentemente divergir e entrar em conflitos com os pressupostos gerais dos grupos (PRADO; CAMPICI; PIMENTA, 2004). Assim, tendo em vista principalmente o ambiente de diversidade étnica que compõe o cenário social da CSN, é compreensível a existência dessas divergências em relação aos objetivos.

Cavalcante (2015), ao narrar as organizações indígenas dos povos Guarani e Kaiowá, pondera que a família considerada extensa era uma das principais unidades de referência sociopolítica. Ainda afirma que no antigo sistema de liderança, a figura principal era o chefe de parentela, “hi’u ou tamõi” (avô), que muitas vezes também é um rezador. Neste sistema, seria difícil um cacique ter prestígio se ele não fosse um importante líder religioso, por exemplo. Assim como os povos citados, todos os grupos étnicos indígenas possuem suas diretrizes próprias, na definição de seus líderes. Contudo, em ambiente de cidade e com a necessidade de flexibilização dos modos de organização, essas formas de eleição de lideranças nas comunidades indígenas passam por algumas transformações.

Alvarez (2004), ao falar sobre o processo de fricção interétnica dos povos Sateré-Mawé, já faz uma análise focada na luta e no reconhecimento do surgimento de lideranças não tradicionais. O autor considera que estas novas formas de liderança são resultado das novas demandas encontradas nos novos contextos – político-sociais – em que os povos indígenas vêm se inserindo, efetivando os processos de negociações. Este contexto leva em conta as realidades pluriétnicas e as transformações nos novos modos de lideranças, reflexos dos novos contextos, agora em ambiente de cidade. Diante disto, podemos ponderar que as articulações intraétnicas possibilitadas pela organização político-social da CSN, se estabelecem como uma das principais formas de negociação das ações coletivas e sua efetivação na comunidade.

#### 4.2.4 Intenções Financeiras

Os novos modos de vida dos povos indígenas em contexto de cidade os colocam em circunstâncias delicadas em relação às questões financeiras. A CSN relata as discordâncias em torno da venda de terrenos dentro da comunidade, apontando isso como uma problemática.

*É... Logo no início, porque como a minha vizinha, o esposo dele e um amigo da gente que abriram aqui eles deixaram espaço, deixaram terreno pra escola, deixaram terreno pra posto de saúde, tudo isso... Quando entrou o segundo cacique já não tem mais nada, ele vendeu tudo o que era da escola, vendeu o que era do posto de saúde e agora nada, não tem mais nada aqui. E não tem mais como a gente puxar pra cá né, que não tem espaço. (Participante 5, mulher, 45 anos)*

*Óh, o objetivo sempre é morar aqui, mas tem algumas pessoas que tem o objetivo só financeiro aqui de pegar um terreno e vender já por outro preço e ir embora, entendeu? (...) é. Eu tenho meu objetivo de morar aqui, construir minha vida aqui entendeu? Já outra pessoa não, faz uma casa aí daqui a pouco vende e vai embora. Muitas pessoas já fizeram isso aqui, entendeu? (Participante 9, homem, 42 anos)*

Tendo em vista este contexto, refletimos sobre os apontamentos de Veiga (2006), que narra alguns processos que envolvem a venda de terras em áreas indígenas. A autora propõe que muitos desses trâmites relacionados à venda de terras fazem parte da execução de um mecanismo de transferência de renda e de poder, que é impulsionado pelo sistema capitalista. A partir deste entendimento, as circunstâncias financeiras as quais os povos indígenas em contexto de cidade se encontram pressionam as comunidades a colocarem suas terras à disposição, às vezes pelo consentimento da permanência de pessoas não-indígenas que invadem os locais, outras como forma de obtenção de renda. A autora ainda nos alerta para não percebermos essas questões através de dimensões morais, mas sim como uma

transformação nos modos de economia e política que se adaptam aos novos contextos socioeconômicos das cidades.

No caso da CSN, optamos por entender esse processo a partir desta segunda reflexão. Contudo, assinalamos a necessidade de maiores discussões sobre as vendas de terrenos em comunidades indígenas citadinas, considerando que esse é um tema rotineiramente citado entre os povos indígenas citadinos e pesquisadores, e que também orienta as relações entre os moradores das comunidades, na medida em que é associado a algo estritamente negativo.

Percebemos que, conforme aponta o entendimento da dimensão interativa da identidade coletiva, os contatos intra e intergrupais, promovidos através das relações sociais, por mais discordantes que pareçam, conseguem promover negociações positivas, em prol de demandas comuns. Podemos refletir também sobre a inexistência de conflitos comunitários, citado na primeira subcategoria, como uma forma de pensar as diferentes perspectivas presentes na comunidade. Da mesma forma em que se percebem conflitos, percebe-se também a inexistência deles com base na ausência de aspectos negativos. Perceber ou identificar possíveis problemáticas por outras perspectivas pode também ser indicado como uma estratégia de articulação ou negociação entre os grupos na CSN.

#### **4.2.5 Lutas por Direitos Básicos: Terra, Infraestrutura, Saúde e Educação**

Uma das lutas e objetivos da comunidade está relatada de forma expressiva como a regularização da terra e a melhoria por infraestrutura. Seguindo o entendimento de Prado (2002a), nos trechos abaixo podemos notar que esses são fatores que fazem com que haja mobilização social dos moradores da CNS, o que se repercute na elaboração de estratégias de ações coletivas e, conseqüentemente, o fortalecimento das identidades coletivas. É a configuração do “Nós” em relação às opressões impostas por “Eles”: a ação estatal expressa na ausência de políticas públicas e da inoperância dos órgãos responsáveis pela implementação das mesmas.

*As nossas lutas atualmente, é o reconhecimento da área daqui do Sol Nascente, pra que nós possamos ser reconhecidos, regularizar a área, documento mediante aos órgão né, que é a SUHAB, a FUNAI, o FEI, que é a Fundação Estadual do Índio e vários outros órgãos que estão aí. [...] Os não indígenas eles queriam mais pra, é... bairro comum né... Mas só que o que acontece é que como nós somos indígenas, nós não temos como fazer aqui um bairro comum [...] Mas nosso objetivo é regularizar aqui né, a área. Área indígena mesmo porque assim, a gente fala assim também né, melhorar aqui esse asfalto, né, entrar uma água uma luz direitinho. É isso aí. (Participante 1, homem, 35 anos)*

*Bom, a gente moramo tudo junto aqui, a gente queremos viver em paz aqui né... é... comprar nossas casas, morar, morar mesmo assim. [...] como to te falando né, nós*

*queremos comprar nossas casa, morar bem, viver em paz, ter uma luz decente, uma água decente né, um esgoto, essas coisas.* (Participante 3, mulher, 32 anos)

*Mas tem umas que lutam sim pra que venha ser regularizado né, venha ser urbanizado, venha ter um estilo de vida melhor, mais digno. Porque aqui a gente não tem água, não tem luz, entendeu, oficialmente né? Não tem um saneamento básico né, mas tem pessoas sim que ainda lutam para o melhor da comunidade, a maioria né... [...] É a regularização da terra, água, energia, a urbanização, saneamento.* (Participante 4, mulher, 23 anos)

*Conseguir nossa terra né, cada um conseguir sua terra. (...) são muitas coisas assim, mas a nossa terra principalmente, o saneamento básico que nós não temos aqui né, como água, esgoto, luz, porque é muito ruim, como é gato né, é complicado porque as vezes dá queda de energia e pode queimar televisão, geladeira, tanto que a geladeira da minha mãe queimou né.* (Participante 6, mulher, 27 anos)

A regularização das Terras Indígenas, em seus processos legais mediante ao Estado, tal qual como narra Araújo (2004), sempre foi muito conturbada. As demarcações acontecem de forma inapropriada, sem considerar muitos dos aspectos da vivência étnica indígena, que institui critérios históricos, cosmológicos e subjetivos para tal. Na cidade isto não é diferente, principalmente considerando a dificuldade de legitimação desses povos mediante ao Estado e sociedade, que ainda se baseiam em critérios estereotipados para definir pessoas indígenas e seus lugares sociais, como já foi citado anteriormente.

Os direitos indígenas não têm sido respeitados e geram extensos processos judiciais. Andrade (2012) aponta que nas cidades é comum a presença de comunidades indígenas em áreas de ocupação, como é o caso da CSN, e isto segundo o autor tem gerado grandes disputas por terras em Manaus. Além disso, as áreas de ocupação estão localizadas em zonas periféricas das cidades, o que faz com que muitas vezes essas comunidades sejam subalternizadas (SILVA, 2001).

No contexto das reivindicações, a saúde e a educação também são expressivas enquanto lutas políticas. Observamos:

*O objetivo é a gente conseguir né, se tivesse um posto de saúde também, uma escolinha para os meninos, se tivesse uma área destinada né, por que o espaço que a gente tem a escola que meus filhos estudam é no Alfredo Nascimento e é muito longe pra gente ta andando. [...] melhor infraestrutura pra cá né, pra nossa comunidade, por que nós não temos assim como uma UBS né, não temos uma UBS pra levar nossas crianças.* (Participante 6, mulher, 27 anos)

*Olha nós fizemos a inscrição pra Mesa Brasil, que tem muitos moradores aqui carentes né, que passam muita necessidade. Tem várias, várias famílias assim. Pra vim a Mesa Brasil que era pra vim assim, como veio agora né, a ação global que nós tivemos aqui.* (Participante 7, mulher, 39 anos)

*E nós queremos um... a gente tanto que pede... eu ando com meu esposo e o cacique, cacique Vieira, é pedindo um posto de saúde né, a nossa situação aqui.... nós tamo precisando né.* (Participante 8, mulher, 38 anos)

A migração indígena para cidade está frequentemente associada à dificuldade de acesso à saúde e educação em comunidades de base<sup>5</sup> (BERNAL, 2009; COIMBRA Jr.; SANTOS, 2000). E, nas cidades, isto não se torna uma problemática sanada. Na CSN, apesar de estar neste movimento de se adaptar às novas demandas do contexto social em que vem se inserindo, os moradores ainda criticam as condições de saúde e educação as quais têm acesso. Uma reflexão importante sobre a relação das terras com as questões de saúde e educação é apontada aqui, pois indicamos que a irregularidade das terras tem refletido nos acessos à saúde e educação. A falta de mapeamento da área os coloca fora do local de abrangência dos atendimentos nos dispositivos de saúde do bairro, bem como a inexistência de endereço, dificultam as matrículas de crianças e jovens nas escolas próximas.

Também observamos como principal luta comunitária um aspecto citado nas discussões acerca da dimensão emocional da identidade coletiva, que surge como resposta à dificuldade de relação no ambiente comunitário, que é a segurança pública. Aqui, esta questão surge como uma das principais lutas comunitárias, a fim de gerenciar os conflitos comunitários advindos desta circunstância na CSN.

*Ai, segurança, saneamento, água, luz. Tráfico ta tendo muito. Antes, digamos assim que logo no início né, não tinha né, não tinha isso. (Participante 6, mulher, 27 anos)*

*As dificuldade que nós temos aqui, não sei se você sabe qual é. É... É assim... é essas pessoas que querem... negócio de drogas né, essas coisas assim, que a comunidade assim, praticamente assim se fechou um pouco. Mas agora eu creio que vai melhorar daqui pra frente, porque graças a Deus a polícia ta descendo aqui de vez em quando, quase todos os dias né. E então eles tão se afastando, já se afastaram, alguns foram presos, então só isso assim. (Participante 7, mulher, 39 anos)*

*É como eu te falei, é essa rua, entendeu? A luta pra acabar com esses traficante aqui do nosso bairro, mesmo que saia metade, mas isso tem geral, em tudo quanto é canto, é uma coisa que nunca termina. Certo? (Participante 10, mulher, 41 anos)*

A questão da segurança pública na CSN também pode estar associada como um fator resultante principalmente da marginalização geográfica dessas comunidades indígenas citadinas. A comunidade relaciona a presença de traficantes na área ao fato de a comunidade está em uma área escondida no bairro, o que facilita as ações dos traficantes. Os moradores ainda afirmam que o medo que as pessoas têm de se envolverem, mesmo que sem intenção, em questões do tráfico, fazem se isolar em suas casas, e também criar distâncias entre seus

---

<sup>5</sup> Comunidades de base: modo como pessoas indígenas frequentemente se referem aos locais de origem, onde moravam antes de migrarem para as cidades. Podem estar caracterizados como comunidades ribeirinhas, zonas rurais ou aldeadas, ou qualquer município do interior dos estados.

vizinhos. Como já fora citado anteriormente, é comum em conversas informais as pessoas citarem ameaças recebidas de chefes do tráfico na área, em razão de terem presenciado alguma agressão ou cobrança de dívidas de drogas na comunidade, por exemplo. Apesar de, em algum momento, esse fator parecer muito aleatório às questões de relações comunitárias, consideramos que este contexto pode ter grande influência nos modos de relação entre moradores da CSN, trazendo principalmente sentimentos negativos na relação comunitária, como já fora citado anteriormente. Contudo, também entendemos que o compartilhamento desta preocupação, faz parte da caracterização de pares e objetivos comuns, explicitando a efetivação de processos de negociações grupais.

Com isso, compreendemos que os moradores da comunidade têm enfrentado diversos problemas de infraestrutura e reivindicam a regularização de água, energia, saneamento básico, serviços de saúde, educação, segurança pública e etc. Porém, o que podemos perceber nos relatos é que o imbricar das lutas políticas compartilhadas toma tamanha força coletiva, que se torna maior do que os possíveis conflitos e divergências que possam vir a existir na relação comunitária. Isto demonstra, conforme afirma Prado (2002a), as negociações necessárias para o estabelecimento de uma relação positiva em prol das lutas políticas, confirmando o “Nós” da identidade coletiva através do gerenciamento desses objetivos comuns. Este processo, que contribui para o desenvolvimento das relações e identificações das lutas políticas na CSN, se institui como o processo de efetivação de negociações pertinentes, que só é possibilitado através do reconhecimento do “Nós”, fortalecendo a noção grupal e constituindo a identidade coletiva.

#### **4.3 A associação comunitária e os resultados alcançados**

A Coordenação do Assentamento Povo Indígena do Sol Nascente – CAPISOL, assim como muitas outras associações indígenas, tem suas ações voltadas para a reivindicação de direitos e melhorias da comunidade. Rosa (2016) afirma que segundo dados apurados pela Coordenação Regional da FUNAI, Manaus contabiliza um total de 37 associações/comunidades indígenas e muitas delas são compostas apenas por famílias extensas, onde mesmo não estando todas legalmente registradas, se autodefinem enquanto um coletivo.

Como visualizamos ao longo das discussões, são diversas as problemáticas elencadas pela CSN. Frente a isso, consideramos que cada vez mais, os povos indígenas, em suas comunidades se auto-organizam politicamente através da criação de associações e a cidade se torna, portanto, um cenário para efetivação de suas reivindicações e afirmação de direitos. A

cidade tem atuado como um lugar onde acontecem as participações políticas, por estas comunidades que diariamente lutam em prol da inclusão social, da cidadania, do respeito à diversidade e vida digna. Neste sentido, a criação da CAPISOL está relacionada principalmente à reivindicação de direitos e benefícios para comunidade, que são resultantes do compartilhamento de lutas políticas proposto pela associação. Assim, trazemos a presente categoria das análises de nossas entrevistas com o intuito de apresentar as principais lutas políticas efetivadas através da associação e seus resultados para a CSN. A principal função da associação é indicada através das subcategorias a seguir.

### 4.3.1 Reivindicação de direitos e benefícios

A reivindicação de direitos e benefícios é trazida na discussão dos processos interativos como um ponto relevante de entendimento de negociações comunitárias. Aqui, percebemos os níveis de articulação estabelecidos pela CSN em prol de mobilizações por direitos. Observamos:

*Justamente por causa que aqui tem varias etnias indígenas né, pra gente tentar ser uma comunidade organizada, e tentar os benefícios pra cá né, que aqui a gente ta no meio praticamente de um conjunto, com bairro, pra gente se associar né, aos demais bairros e tudo. (Participante 7, mulher, 39 anos)*

*[...] pra procurar um objetivo fora, lutar com o povo daqui de dentro, né. E pro beneficio vim, a longos né, que a gente já perdemos mas a gente vai conseguir. [...] É assim, nos órgãos né, pra legalizar nossa terra, pra tentar os benefícios pra cá assim né, de escola, posto de saúde né... Até mesmo asfalto que nós não tem né. (Participante 8, mulher, 38 anos)*

*A CAPISOL ela foi criada... A comunidade né, a nossa comunidade, ela foi criada, e pra ela ser reconhecida ela tem que ta no mapa, entendeu? E adquirir mais coisas como associação, ter um lugar pra reunião fixo, ter assim um coisa pras mães, algum trabalho, alguma costura, ta me entendendo o que eu quero dizer né... E saúde (Participante 10, mulher, 41 anos)*

A função principal relatada pelos comunitários é exatamente o que é apontado pelos autores apresentados nesta dissertação. A associação comunitária na CSN, na visão dos moradores, tem como principal objetivo organizar de forma coletiva os questionamentos comunitários de acesso a melhorias e direitos. Dentre elas aparecem questões de infraestrutura, saúde, legalização da terra e etc.

Apesar de parecerem muitas as dificuldades encontradas pela comunidade, essas organizações aos poucos têm alcançado melhorias e soluções para as suas problemáticas. Frente a isto, as próximas seções têm o intuito de mostrar quais os resultados alcançados pela

comunidade através dessa mobilização política efetivada pela associação, mesmo em meio a diversos empecilhos.

### 4.3.2 Visibilização e permanência na comunidade

Dentre os resultados citados pela comunidade, surge esta subcategoria atrelada à visibilidade da comunidade. Considerando principalmente os processos de invisibilização de pessoas comunidades indígenas e espaços de ocupação, esta subcategoria nos mostra a relevância da visibilidade da comunidade, atrelada às lutas políticas da comunidade.

Observamos:

*Sim, tem tido sim resultado. Nós tivemos várias visitas, veio doutor Daniel do Ministério Público do Estado, vieram o pessoal do Ministério Público Federal, a FUNAI, e vários outros órgãos. A própria prefeitura o próprio prefeito Artur Neto e o vereador da câmara municipal que é o Wilker Barreto, ele tem vindo aqui visitar a gente aqui pra ver é... como está o nosso assentamento. (Participante 1, mulher, 41 anos)*

*Deixa eu ver também... tem pessoas que olham por nós, tipo assim tem gente que vem fazer ação social aqui pra nós entendeu, então eu acho que isso foi um grande benefício né, porque antes as casinhas não queriam aceitar nós. (Participante 6, mulher, 27 anos)*

*porque, se não tiver uma associação aqui dentro pra registrar a comunidade, num registro né da comunidade, é como se não existisse isso aqui, entendeu? Se chega uma autoridade aqui, ou a gente vai procurar algum benefício fora, o pessoal vão querer saber "você tá atrás de que? Pra quem? entendeu? Então pra isso que nós fizemos essa associação pra ter um título na comunidade (...) porque toda comunidade que eu participei sempre tem isso entendeu, a pessoa procura sempre a associação da comunidade pra resolver alguma coisa né. (Participante 9, homem, 42 anos)*

*A CAPISOL ela foi criada... A comunidade né, a nossa comunidade, ela foi criada, e pra ela ser reconhecida ela tem que tá no mapa, entendeu? E adquirir mais coisas como associação, ter um lugar pra reunião fixo, ter assim uma coisa pras mães, algum trabalho, alguma costura, tá me entendendo o que eu quero dizer né... E saúde. (Participante 10, mulher, 41 anos)*

Arruti (1997) indica que uma maior visibilidade do grupo possibilita uma nova posição em relação ao jogo político envolvido nas questões coletivas. Bernal (2009) afirma que as organizações e as associações indígenas em contexto citadino se articulam como um modo de inserir os povos indígenas emigrados à nova realidade. Vemos isso confirmado nos relatos dos moradores, através do pressuposto de que as associações também têm funcionado para reforçar laços de parentesco e amizade, e visibilizam não só questões políticas, mas também os fatores étnicos e identitários na cidade.

Outro relato associa como um resultado das ações da associação a possibilidade de permanência na comunidade, justificando que no caso da inexistência da associação, os moradores talvez nem estivessem mais com suas moradias no local.

*Com certeza, porque se não tivesse resultado nós não estaria aqui mais, entendeu? Porque no tempo do cacique mesmo, ele mesmo já várias vezes ele... pessoal falavam que ia sair, ele ia lá e resolvia o problema e apresentava documento. Como ele é um cara muito sabido, ele falava todas as leis, os direitos que assim, que tem o indígena, como ele tinha como indígena né. Aí a pessoa sempre iam deixando, deixando, deixando, entendeu. Aí quando ele voltava de lá ‘olha, eu fiz isso, fiz aquilo, se não fosse isso nós já tinha saído daqui entendeu’, sempre era assim. (Participante 9, homem, 42 anos)*

Percebemos que a continuidade dos moradores na comunidade se dá em decorrência da associação a partir de suas mobilizações coletivas frente aos órgãos públicos responsáveis. A associação comunitária consegue estabelecer as articulações necessárias para os questionamentos acerca da terra e de sua ocupação. A partir disto consideramos a importância que é dada à moradia na comunidade, como também fator de identificação política e coletiva e demarcador da identidade, através dos compartilhamentos de fins comuns, neste caso a permanência na comunidade. Assim, a partir de nossas reflexões, sugerimos que as associações funcionam como elemento agregador das identidades coletivas (“Nós”), nas reivindicações com o poder público (“Eles”).

### **4.3.3 Alcance de melhorias infraestruturais e regularização da terra**

As questões infraestruturais foram diversas elencadas como uma das principais dificuldades enfrentadas pela CSN, além dos processos de legalização da terra. Esta subcategoria apresenta relatos pertinentes para o entendimento de, ainda que parco, um avanço nas reivindicações acerca dessas demandas. Observamos:

*Mas assim, melhorou um pouco assim, não na segurança né, eu diria, mas o ambiente assim né, tem mais acesso as coisas, porque assim quando eu me mudei pra cá o caminhão nem descia aqui, agora desce lá de cima pra cá, quando eles abriram a rua né, melhorou mais e acho que assim né. [...] Quando eles abriram as ruas foi um grande benefício também. A lixeira, o caminhão de lixo também é um grande benefício né. Porque aqui a gente tinha que jogar o lixo lá em cima, aí o pessoal reclamava né. (Participante 6, mulher, 27 anos)*

*Pelo menos a gente já ta aguardando as respostas né. Já tá tudo lá, já ta tudo encaminhado, aí vamos esperar né. [...] Assim né, de regularizar aqui né, nossa terra, os documento já tão tudo lá pra regularizar, lá nos órgãos né, ministério público, essas coisas. Que aí eu creio que vai melhorar aqui pra nós né? Vai entrar nossa água direitinho, nossa luz... Se Deus quiser. (Participante 7, mulher, 39 anos)*

Reydon e Felício (2017), ao falar sobre sistema de administração de terra, afirmam que os centros urbanos de modo geral necessitam de ordenamento de território e remodelação urbana, considerando os processos de desenvolvimento econômico. Esses conceitos necessitam também estar atrelados à compreensão de cada comunidade, de acordo com suas estruturas sociais e cosmológicas vigentes. Assim, entender as melhorias infraestruturais exibidas nos relatos, mesmo que mínimas, nos permite perceber a relevância desse aspecto na comunidade, trazendo à tona o modo e a força da associação na resolução das problemáticas, coletivas de modo positivo no alcance desse objetivo.

#### 4.3.4 Persistência das dificuldades

Apesar de considerarmos relevantes todos os objetivos apontados como resultados, é importante ressaltar que alguns moradores ainda percebem a persistência nas dificuldades dentro da CSN. Vejamos o que eles dizem nos depoimentos abaixo.

*Continua do mesmo jeito. Não posso nem lhe dizer se teve resultado, se não teve. Porque continua do mesmo jeito. E aí só promessa, vai vim, vai chegar o verão e vai vim. A esperança, é que falam né, a esperança é a última que morre né, a gente espera um dia ter nosso asfalto, ter nossa água, ter nossa energia, entendeu, a gente espera isso aí. (Participante 2, homem, 40 anos)*

*Não, tem não, nenhum resultado. Desde a época que... Olha ta com mais de 2 anos que a gente luta, arrecadando dinheiro, fazendo bingo arrecadando dinheiro pra ajudar aqui na coisa da terra. [...] Eu sei que não vejo nada melhorar, tai as ruas do mesmo jeito, água e tudo. (Participante 10, mulher, 41 anos)*

Os relatos apresentam a resposta de moradores que não identificam melhorias advindas da presença da associação. As dificuldades são associadas ainda à falta de asfalto e irregularidade de água e energia, como aspectos que infelizmente ainda não puderam ser nada ou amplamente sanados pelas ações realizadas até agora. É importante apresentar estes relatos, para percebermos as diferentes visões da CSN apresentadas por diferentes pessoas. Refletimos que existem melhorias sendo feitas, contudo, para alguns moradores ainda não são suficientes para considerar como resultados das ações da associação.

No entanto, isto nos mostra, que mesmo nessas divergências, os moradores conseguem fazer as devidas articulações para o estabelecimento de metas, e não tem como resultado a desagregação do coletivo. Pelo contrário, efetiva uma dimensão de formação da identidade coletiva que são as negociações, e promovem o sentimento de reconhecimento e identidade com o grupo, confirmando a construção da identidade coletiva a partir das articulações

grupais necessárias para o entendimento do “Nós” no fortalecimento identitário e político da CSN.

#### **4.4 Conclusões**

As discussões dos processos interativos observados na CSN nos levam a pensar sobre a importância das negociações interna e externas estabelecidas pelos grupos sociais em seus processos comunitários. Nesta dimensão, discute-se muito sobre a negociação de divergências e convergências entre os sujeitos e grupo, no estabelecimento de metas e os objetivos. No caso da CSN, observamos que essas discordâncias envolvem também marcadores étnicos de compreensão, traçando a particularidade das negociações comunitárias no contexto dos povos indígenas em ambientes de cidade. Percebemos que idioma é uma das questões gerenciadas pelos sujeitos no intuito de articular formas de comunicação entre os povos indígenas na cidade. Além disso, identificamos a influência das rixas históricas entre as etnias que também têm embaraçado as relações.

Algumas reflexões sobre a organização sociopolítica da comunidade também indicam essa vivência perpassada pela questão étnica, uma vez que se consideram os modos tradicionais de organização dos povos indígenas também levando em conta as histórias étnicas, como no caso das rixas. Entendemos que a organização na CSN, ainda que ambiente citadino, está permeada pelas construções étnicas históricas presentes na comunidade, e também ajuda a modular e adaptar os contextos indígenas na cidade. Falamos de um conjunto de significados e crenças, que precisam ser consideradas na compreensão da constituição da identidade coletiva da CSN, de modo a identificar os precursores dos modos de vida hoje organizados na comunidade. Ponderamos que apesar das divergências, o encontro de diversidades da organização sociopolítica na CSN permite estabelecer processos de negociações coletivas importantes para a articulação política e social na comunidade.

Além disso, consideramos importante observar o viés da venda de terrenos sob outras perspectivas, entendendo-o como um modo de articulação da comunidade direcionada às novas demandas, agora cidadinas. Assim, entendemos que isso também faz parte desses processos de negociação, à medida que esta ação formula estratégias de lidar e manejar os obstáculos da vivência na cidade. São articulações e negociações feitas com a própria cidade e seus sistemas já estabelecidos. Identificamos também a luta por direitos básicos como uma das principais formas de articulação da comunidade com o contexto citadino. Percebemos que aqui efetivam-se as mobilizações coletivas em prol de melhorias comunitárias, que se estabelecem através de ações junto à órgãos públicos e instituições responsáveis, no intuito de

garantir o alcance dos objetivos e metas traçados coletivamente, principalmente em prol da regularização da terra.

Apesar de todas as dificuldades encontradas no contexto comunitário, as negociações internas e externas efetivadas na CSN têm permitido as devidas configurações nas relações sociais em prol dos objetivos comuns. A criação da associação é um dos principais agentes de articulação e efetivação das negociações comunitárias. E podemos até entendê-la como um resultado da organização coletiva e das lutas políticas da comunidade, considerando que ela é resultado da identificação de diversas problemáticas da comunidade e dos delineamentos dados pelos sujeitos da CSN, que compõe o cenário comunitário. Apesar de alguns dados apontarem para uma persistência nas dificuldades da comunidade, consideramos que a continuidade na reivindicação pelos direitos comunitários, os processos de visibilização da comunidade e as melhorias infraestruturais alcançadas são resultados positivos citados pelos moradores. E, entendemos estes aspectos como resultados advindos da mobilização coletiva e organização da comunidade, em prol de suas melhorias.

Entendemos que ao mesmo tempo que os processos interativos estabelecem as articulações e negociações necessárias para o estabelecimento de ações comunitárias, também indicam a presença das potencialidades grupais e o reconhecimento entre os pares. Portanto, permite que todos esses fatores interligados, alcancem a noção de compartilhamento e vínculos necessários para o fortalecimento comunitário, e de sua identidade coletiva.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui apresentadas nos levam a algumas considerações acerca da temática das identidades coletivas e da questão dos povos indígenas na cidade, bem como suas discussões na ciência psicológica. Desde o início deste trabalho, levantamos o questionamento sobre a escassa discussão da temática da identidade coletiva atrelada aos grupos indígenas. As áreas de estudo da Psicologia ainda têm apresentado poucos estudos com foco nas especificidades indígenas e seus processos de mobilização grupal. Muitas dos estudos encontrados estão direcionadas ao entendimento dos processos migratórios, porém com pouca ênfase nos processos coletivos e subjetivos. Com base nesta realidade, entendemos que o conceito de identidade coletiva, trabalhado pela Psicologia Política – área com maior índice de estudos sobre mobilizações coletivas e movimentos sociais – tem sido utilizado ainda de forma limitada ao tratar de temáticas indígenas. Assim, consideramos que é preciso melhor contextualizar as particularidades étnicas indígenas permeadas na realidade indígena cidadina, e sua influência sobre os processos coletivos neste espaço. Para tanto, a Psicologia Social Comunitária e a Psicologia Política possuem bons repertórios e recursos teórico-metodológicos para preencher essa lacuna – o que foi um dos motivadores desta dissertação.

A respeito do processo de constituição, transformação e/ou manutenção das identidades coletivas, é interessante lembrar que a compartimentalização em dimensões foi realizada com o intuito didático, uma vez que nos contextos comunitários todos esses aspectos são percebidos de forma extremamente imbricada, quase que unificada. Consideramos que a importância desta fragmentação para o entendimento do conceito se fez importante para conseguirmos visualizar cada aspecto formador da identidade coletiva e melhor analisá-los. Assim, através das nossas discussões, conseguimos identificar processos relevantes para compreensão das identidades coletivas dos povos indígenas em ambiente citadino.

Percebemos que o compartilhamento de história pessoal e objetivos do grupo, enquanto elementos importantes à formação das identidades coletivas, fazem com que haja uma percepção de pertencimento. Contudo, cabe salientar que dentre esses aspectos, na CSN identificamos alguns especificadores, categorias-chave para o entendimento dessas noções dentro da comunidade. Observamos que as articulações coletivas internas ou externas em prol da resolução de problemáticas, são fatores expressivos para o desenvolvimento do pertencimento. Mais do que isso, percebemos a existência de protagonistas na história da comunidade, relevantes inclusive para compreender a eleição de pessoas de referências na CSN, apresentados através dos “fundadores” da comunidade.

Um elemento relevante que investigamos e deve ser lembrado são as particularidades grupais das etnias no envolvimento e desenvolvimento coletivo, que categorizamos como “união e questões étnicas”. Consideramos este um aspecto interessante para repensar novas possibilidades do uso do conceito de identidade coletiva, pois remetem a uma história prévia à existência dos próprios grupos formados no aqui e agora – como o caso da CSN. Assim, destacamos: a importância do reconhecimento entre pares étnicos; a mobilização diferenciada de comunidade indígenas, pautadas em seus direitos específicos, também com base no marcador étnico; a questão do espaço e/ou território compartilhado entre os diversos grupos; a importância de festejos e rituais; e rixas históricas entre etnias.

Nossas discussões também nos levaram ao entendimento dos marcadores emocionais que envolvem a identidade coletiva da CSN. Pudemos perceber de maneira expressiva a presença de aspectos hostis, que podem desenvolver conflitos de várias ordens – emocionais, sociais, políticos, etc. – na relação inter e intracomunitária. Entendemos que aspectos como preconceito e discriminação são frequentemente presentes na vivência comunitária indígena na cidade, gerando sentimentos negativos em relação aos demais grupos de convívio, sobretudo não-indígenas. Ainda que não atrelemos a questão da violência urbana como fenômeno restrito ao contexto de cidade, percebemos que este é um elemento também gerador de sentimentos negativos na CSN. Fenômeno este, que mais uma vez, traz um sentimento negativo direcionado à relação comunitária, uma vez que é frequentemente atribuído a agentes não-indígenas a promoção de estereótipos, preconceito e discriminação. Além disso, a falta de apoio intercomunitário e os frequentes conflitos pela terra também têm sido fatores de sentimento negativos na CSN. Entendemos que todos os processos citados têm contribuído para contatos relacionais que, ao longo de muitos anos, têm inferiorizado a existência dos povos indígenas e suas ocupações.

As reflexões tecidas neste estudo também nos ajudaram a pensar nos processos interativos da CSN, que nos apresentam as negociações, convergências e divergências, e modos de organização da comunidade, bem como as lutas políticas estabelecidas através disso. Aqui, mais uma vez, a presença de ações coletivas protagonizadas pelos povos indígenas revelam a importância dessa característica nos estudos da identidade coletiva indígena. Dentro disso, pudemos abordar a multiplicidade de perfis etnolinguístico e organização sociopolítica como aspectos relevantes. Entendemos que, principalmente este segundo, é relevante nos estudos para identidade coletiva, uma vez que na CSN consideram-se divergências comunitárias em relação à eleição da liderança e conflitos interétnicos, nos

mostrando a pertinência dessas discussões no entendimento das mobilizações coletivas e identificação na comunidade.

É interessante apontar que em todas as categorias, ao mesmo tempo que encontramos elementos diversos, e até mesmo discordantes acerca de questões inter e intraétnica e comunitária, percebemos também um movimento de gerenciamentos desses aspectos. Diversas estratégias para a resolução de conflitos, divergências e problemáticas foram citadas ao longo de todos os capítulos, nos mostrando também a forma de potência que circunstâncias, aparentemente desmobilizadoras, podem ter no fortalecimento do grupo. Ponderamos de forma cautelosa, a influência do aspecto considerado genuinamente coletivo dos povos indígenas, como uma possível justificativa para as ressignificações feitas dos diversos cenários encontrados no movimento de adaptação dos povos indígenas ao contexto citadino. A ideia da vivência da coletividade de forma mais expressiva percebida nos povos indígenas – considerando os grupos étnicos – nos faz pensar na criação de manobras também coletivas, para a melhoria do grupo, de maneira mais efetiva que em sociedades não-indígenas.

De modo geral, consideramos que a reflexão acerca do conceito de identidade coletiva direcionada à realidade de povos indígenas em ambientes citadinos nos abriu a possibilidade de expandirmos as compreensões dos modos de vida e de organização destes grupos. Assim, pudemos alcançar compreensões melhores contextualizadas, que nos ajudaram a entender as construções teóricas já existentes, problematizá-las com censo crítico e, com isso, ver seus alcances e limites, sugerindo também readequações aos diferentes contextos – no caso, o dos povos indígenas vivendo na cidade de Manaus/AM.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. F. Identidade, Territorialidade e conflitos socioambientais: alguns cenários do alto Solimões. **Boletim Rede Amazônia**, v. 1, ano 3, p.67-75, 2004. Disponível em: <[http://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/Identidade-Territorialidade-Conflitos-Socioambientais\\_Edna-Ferreira-Alencar.pdf](http://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/Identidade-Territorialidade-Conflitos-Socioambientais_Edna-Ferreira-Alencar.pdf)>. Acesso em: 14/07/2017.
- ALVAREZ, G. O. Política Sateré-Mawé: do movimento social à política local. **Revista de Estudos e Pesquisas - FUNAI**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 9-44, dez. 2004. Disponível em: <[http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Revista-Estudos-e-Pesquisas/revista\\_estudos\\_pesquisas\\_v1\\_n2/Artigo-1-Gabriel-Alvarez.pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Revista-Estudos-e-Pesquisas/revista_estudos_pesquisas_v1_n2/Artigo-1-Gabriel-Alvarez.pdf)>. Acesso em: 16/09/2018.
- ALVES, P. A.; MARRA, T. B. A aplicação dos Dados Demográficos na Regularização Fundiária da Amazônia Legal. In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2280>>. Acesso em: 29/10/2018.
- AMARO, J. P. Sentimento Psicológico de Comunidade: Uma revisão. **Análise Psicológica**, v. 1, n. 25, p. 25-33, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v25n1/v25n1a04.pdf>>. Acesso em: 29/09/2018.
- ANDRADE, J. A. A. D. **Indigenização da Cidade: etnografia do circuito SateréMawé em Manaus-AM e arredores**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05032013-123502/pt-br.php>>. Acesso em: 14/07/2017.
- ARAÚJO, A. V. Terras indígenas no Brasil: restrospectiva, avanços e desafios do processo de reconhecimento. In: RICARDO, F. (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 26-36.
- ARRUTI, J. M. A.A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2439.pdf>>. Acesso em: 29/10/2018.
- ATHIAS, R.; MACHADO, M. A saúde indígena no processo de implantação dos Distritos Sanitários: temas críticos e propostas para um diálogo interdisciplinar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 425-431, mar-abr, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102311x2001000200017&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102311x2001000200017&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 15/07/2017.
- AZEVÊDO, A. V. dos S.; PARDO, M. B. L. Formação e atuação em Psicologia Social Comunitária. **Psicologia em Pesquisa**, v. 8, n. 2, p. 200-210, jul/dez 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v8n2/09.pdf>>. Acesso em: 20/12/17
- BAINES, S. G. Identidades indígenas e ativismo político no Brasil: depois da constituição de 1988. **Série Antropologia**. v. 418. Brasília: Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2008, pp. 6-18.

BANIWA, G. Territórios etnoeducacionais: um novo paradigma na política educacional brasileira. IN P. 101-116. IN: PIMENTA, J.; SMILJANIC, M. I. (orgs.). **Etnologia Indígena e Indigenismo**. Brasília: Positiva, 2012. p.159-184.

BARBOSA, E. H. B.; BACANI, V. M. Avaliação paramétrica de terreno e o uso da terra e cobertura vegetal da bacia do córrego João Dias, Aquidauana – MS. In: XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR, 2011. Curitiba. **Anais...** Curitiba: INPE, 2011. Disponível em: <http://mar.tecid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/marte/2011/07.12.13.05/doc/p1260.pdf>. Acesso em:

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Persona, 1977.

BARREIRA, I. A. F. **O reverso das vitrines**: conflitos urbanos e cultura política em construção. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BARRETO, C. A. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 32-51, 2000. Disponível em: [www.revistas.usp.br/revusp/article/download/30093/31978](http://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/30093/31978). Acesso em: 15/03/2017.

BAYMA, R. F. de C. A concentração da propriedade de meios de comunicação e o coronelismo eletrônico no Brasil. **Revista de Economia Política das Tecnologias da Informação e Comunicação**, v. 3, n. 3, p. 140-171, 2001. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/617/540#page=141>. Acesso em 29/09/2018.

BECKER, D.; EDMUNDO, K.; NUNES, N. R.; BONATTO, D.; SOUZA, R. de. Empowerment e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 9, n. 3, p. 655-667, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2004.v9n3/655-667/pt>. Acesso em 29/09/2018.

BELTRÃO, J. F.; OLIVEIRA, A. da C.; OLIVEIRA, L. da C. Outras faces do ser indígena: entre pertencimentos e exclusões. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 9-41, jul./dez. 2009. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Assis\\_Oliveira/publication/42607544\\_OUTRAS\\_FACES\\_DO\\_SER\\_INDIGENA\\_ENTRE\\_PERTENCIMENTOS\\_E\\_EXCLUSOES/links/5607510a08ae8e08c09270b9/OUTRAS-FACES-DO-SER-INDIGENA-ENTRE-PERTENCIMENTOS-E-EXCLUSOES.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Assis_Oliveira/publication/42607544_OUTRAS_FACES_DO_SER_INDIGENA_ENTRE_PERTENCIMENTOS_E_EXCLUSOES/links/5607510a08ae8e08c09270b9/OUTRAS-FACES-DO-SER-INDIGENA-ENTRE-PERTENCIMENTOS-E-EXCLUSOES.pdf). Acesso em: 29/09/2018.

BERNAL, R. J. **Índios Urbanos: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus**. Manaus: Edua, Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.

BRASIL, Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 19/07/2017.

BRASIL, Decreto-Lei Nº 271, de 28 de Fevereiro de 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0271.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0271.htm). Acesso em: 20/07/2017

BRASIL, Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/826725.pdf>>. Acesso em: 20/07/2017.

BIAGGIO, A. M. B. Kohlberg e a “Comunidade Justa”: promovendo o senso ético e a cidadania na escola. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v.10, n.1, p.47-69, 1997. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25654/000191383.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 28/10/2018.

BONETTI, M. F.; MOTA, L. T. Conflitos inter-étnicos e táticas indígenas: um diálogo entre História e Antropologia (Guarapuava, 1830-1888). **Voos - Cadernos de Ciências Humanas**, v. 4, n. 1, p. 4-17, 2012. Disponível em: <[http://www.revistavoos.com.br/seer/index.php/voos/article/view/237/02\\_Vol4.1\\_VOOS2012\\_CCH](http://www.revistavoos.com.br/seer/index.php/voos/article/view/237/02_Vol4.1_VOOS2012_CCH)>. Acesso em 19/09/2018.

BRANDÃO; C. R.; BORGES, M. C. O lugar da vida: Comunidade e Comunidade Tradicional. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 18, p. 1-23, 2014. Disponível: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/27067/14695>>. Acesso em: 29/09/2018.

BRASIL, Decreto-Lei Nº 271, de 28 de Fevereiro de 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0271.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0271.htm)>. Acesso em: 20/07/2017

BRASIL, Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/826725.pdf>>. Acesso em: 20/07/2017.

CALEGARE, M. G. A. Rumo a uma abordagem psicossocial da florestalidade (ruralidade) amazônica. In: RASERA, E. F; PEREIRA, M. de S.; GALINDO, D. (Orgs.). **Democracia participativa, estado e laicidade? Psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção**. Porto Alegre: Abrapso Editora, 2017. p. 285-300.

CALEGARE, M. G. A.; FERREIRA, M. S. F.; SILVA, D. K. O. de. A.; SILVA, E. A. de S.; SILVA, J. L. P. da; LOPES, K. P.; RAMOS, R. S.; ARAÚJO, R. M.; CAMPELO, S. da G. Comunidade Sol Nascente: problemáticas comunitárias de povos indígenas na cidade. In: CALEGARE, M. G. A.; ALBUQUERQUE, R. **Processos Psicossociais na Amazônia: reflexões sobre raça, etnia, saúde mental e educação**. São Paulo: Alexa Cultural, 2018. p. 105-128.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G. Transformações das Identidades Coletivas em Comunidade no Alto Solimões/AM. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 01-09, 2016. Disponível em: <<https://revistaptp.unb.br/index.php/ptp/article/viewFile/1897/883>>. Acesso em: 15/03/2017

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.; FORSBERG, S. S. Desafios Metodológicos ao estudo de comunidades ribeirinhas Amazônicas. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 571-580, 2013. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/psoc/v25n3/11.pdf](http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n3/11.pdf)>. Acesso em: 15/03/2017.

CALEGARE, M. G. A.; ARAÚJO, K. B. de. Os Festejos como Estratégia de Fortalecimento Comunitário em Comunidade de Manaus (AM). **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38 n. 3, p. 537-550, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-37030002292017>>. Acesso em: 15/11/2018.

CANFALONIERI, U. E. C. O Sistema Único de Saúde e as Populações Indígenas: Por uma Integração Diferenciada. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 441-450 out/dez, 1989. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1989000400008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1989000400008)>.

Acesso em: 22/07/2017.

CASTRO, E. V. No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. IN: RICARDO, B.; RICARDO, F. (orgs.). **Povos indígenas no Brasil: 2001-2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006, p.41-49. Disponível em: <[https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB\\_institucional/No\\_Brasil\\_todo\\_mundo\\_%C3%A9\\_%C3%ADndio.pdf](https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf)>. Acesso em: 22/07/2017.

CASTRO, J. R. B. Concepções de festas, os sentidos do festejar e as dimensões socioeconômicas, culturais e lúdicas das festas juninas. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Da casa à praça pública: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 39-84.

CAVALCANTE, T. L. V. Lideranças indígenas e a luta pela terra como expressão da organização sociopolítica Guarani e Kaiowá. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 182-205, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/viewFile/54382/34214>>. Acesso em 16/09/2018.

CAVALCANTE, S. NÓBREGA, L. M. A. Espaço e lugar. In: \_\_\_\_\_. ELALI, G. A. **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 182-190

CESARINO, F.; FRANÇA, E.. Entre ciganos e índios: comparativo das políticas públicas do Brasil e da União Europeia para as minorias. **Marupiará - Revista Científica do CESP/UEA**, ano1, n. 1, mai., 2017. Disponível em: <<http://periodicos.uea.edu.br/index.php/marupiará/article/view/427/431>>. Acesso em: 19/09/2017.

COIMBRA Jr. C. E.; SANTOS, R. V. Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 125-132, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232000000100011&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232000000100011&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 15/03/2017

COSTA, A. C. G.; BARBOSA, J. C. A. Tradição e oralidade dos povos Xavante: o uso da câmera como transmissão de saberes. **Alterjor**, v. 1, n. 7, p 1-13. 2013. Disponível em: <[http://www.usp.br/alterjor/ojs/index.php/alterjor/article/view/aj7-a1/pdf\\_98](http://www.usp.br/alterjor/ojs/index.php/alterjor/article/view/aj7-a1/pdf_98)>. Acesso em: 16/09/2018.

COSTA, F. V. F. Línguas e línguas: mais especificidade do nordeste indígena. **Pontos de Interrogação**, v. 4, n. 2, p. 49-169, jul./dez. 2014a. Disponível em: <<http://revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/1681/1114>>. Acesso em: 15/09/2018.

COSTA, G. P. **Cidadania e Participação: impactos da política social num enfoque psicopolítico**. 2ª reimp. Curitiba: Editora Juruá, 2009.

COSTA, I. F. **Polícia e sociedade. Gestão de segurança pública, violência e controle social**. Salvador: EDUFBA, 2005.

COSTA, L. F.; BRANDÃO, S. N. Abordagem Clínica no Contexto Comunitário: uma perspectiva integradora. **Psicologia e Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 33-41, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n2/27042>>. Acesso em: 22/09/2018.

COSTA, R. G. C. **Territorialidade e condições de vida dos indígenas Cocama da comunidade Nova Esperança de Manaus/AM**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) Instituto de Ciências Humanas e Letras. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2014b. Disponível em: <<http://200.129.163.131:8080/bitstream/tede/4287/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Roseane%20Guimar%C3%A3es%20Cabral%20Costa.pdf>>. Acesso em: 22/09/2018.

COSTA, S. L. da.; SILVA, C. R. de C. Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 10, n. 2, p. 283-291, julho/dezembro, 2015. Disponível em: <[http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista\\_ppp/article/view/da%20Costa%2C%20de%20Castro%20e%20Silva/1033](http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/da%20Costa%2C%20de%20Castro%20e%20Silva/1033)>. Acesso em: 29/09/2018.

CREVELS, C. F. O outro dos outros: a problemática da identidade indígena. In: CALEGARE, M. G. A.; ALBUQUERQUE, R. **Processos Psicossociais na Amazônia: reflexões sobre raça, etnia, saúde mental e educação**. São Paulo: Alexa Cultural, 2018. p. 67-86.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

DIEHL, E. E.; PELLEGRINI, M.A. Saúde e povos indígenas no Brasil: o desafio da formação e educação permanente de trabalhadores para atuação em contextos interculturais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 4, p. 867-874, abr., 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2014000400867&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2014000400867&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 22/07/17.

ELVAS, S.; MONIZ, M. J. V. Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. **Análise Psicológica**, v. 28, n. 3, p. 451-464, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v28n3/v28n3a06.pdf>>. Acesso em: 29/10/2018.

ENGELMAN, J. M. Etnicidades cuestionadas: metodología y epistemología de nucleamientos y comunidades indígenas urbanas. **Polis**, v. 38, 2014. Disponível em: <<https://polis.revues.org/10039>>. Acesso em: 15/07/2017.

ESTRADA, A. V.; GARCÍA, K. R. La comunidad sin fronteras. Lengua e identidad entre los ñaño-urbanos de la ciudad de Querétaro. **Gazeta de Antropología**, v. 32, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://www.gazeta-antropologia.es/?p=4846>>. Acesso em 15/07/2017.

FERNANDES, F. O. P. **Psicologia e Povos Indígenas: reflexões a partir do contato com os YepaMahsã no Projeto Rios e Redes**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Faculdade de Psicologia. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2017. Disponível em:

<<https://bdtd.ufam.edu.br/bitstream/tede/5757/5/Dissertac%CC%A7a%CC%83o%20-%20Felippe%20Otaviano%20P.%20Fernandes.pdf>>. Acesso em: 14/08/2018.

FERNANDES, M. R. L. **Etnicidade e territorialização**: um estudo da política indígena mura em Autazes, Amazônia Central. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Instituto de Ciências e Letras - ICHL. Manaus: Universidade Federal do Amazonas. 2009. Disponível em: <<http://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2306/1/MARCIO%20ROBERTO%20LIMA%20FERNANDES.pdf>>. Acesso em 15/07/2017.

FERREIRA, L. O. A emergência da medicina tradicional indígena no campo das políticas públicas. **História, Ciências, Saúde- Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p.203-219. Jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3861/386138073011.pdf>>. Acesso em: 19/09/2017.

FERREIRA, M. S.; CALEGARE, M. G. A. (No prelo). Debates psicopolíticos sobre indígenas em contexto de cidade. **Polis e Psique**.

FERREIRA NETO, J. L.; KIND, L.; BARROS, J. S. AZEVEDO, N. S.; ABRANTES, T. M. Apontamentos sobre Promoção da Saúde e Biopoder. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 3, p.456-466, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2009.v18n3/456-466/pt>>. Acesso em: 28/10/2018.

FERREIRA, R. da S. **A relação entre os conhecimentos históricos e pedagógicos na educação básica: um estudo sobre os impactos das alterações da lei 9394/96 que configura uma discussão das contribuições das culturas afrobrasileiras e indígenas na formação do povo brasileiro**. Monografia (Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico) Setor de Educação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/50898/R%20-%20E%20-%20REJIANE%20DA%20SILVA%20FERREIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 29/10/2018.

FIALHO, V.; PIRES, M. J.; NEVES, R. de C. M.; SILVA, E. P. da; SILVA, M. M. S. G. da. Espaços compartilhados e práticas vividas: cartografia social e espaços de mobilização do bairro de Santo Amaro – Recife/PE. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p.212-241, jan/jun. 2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/53149/32903>>. Acesso em 15/09/2018.

FONSECA, B. C.; FIÚZA, A. L. C. Ação coletiva e medição religiosa no campo no Brasil: evidências históricas na arquidiocese de Mariana - Minas Gerais. **Holos, LOCAL**, v. 3, ano 31, p. 371-392, 2015. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2694/1110>>. Acesso em: 20/06/2017.

FREITAS, M. F. Q. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária – Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil, 1996. IN: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Psicologia social comunitária**: da solidariedade à autonomia. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 54-80.

GALLOIS, D. T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? IN: RICARDO, F. (org.),

**Terras indígenas e Unidades de Conservação da Natureza:** o desafio das sobreposições territoriais. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

GERHARDT, E. T.; RAMOS, I. C. A., RIQUELMO, D. L., SANTOS, D. L. T. Estrutura do Projeto de Pesquisa. IN: GERHARDT, E. T.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009. p. 65-88.

GÓIS, C. W. L. Pedra Branca: uma contribuição em psicologia comunitária. **Psicologia & Sociedade**, v. 5, n. 8, p. 95-118, 1989.

GÓIS, C. W. L. Psicologia Comunitária. **Universitas Ciências da Saúde** – v. 1, n. 2, p.277-297, 2003. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/cienciasaude/article/view/511/332>>. Acesso em: 20/09/2018.

GÓIS, C. W. L. **Psicologia Comunitária:** atividade e consciência. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

GOMA, C. A. P. da.; KODA, M. Y. Psicologia comunitária e Programa de Saúde da Família: Relato de uma Experiência de Estágio. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 28, n. 2, p. 418-429, 2008. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6154150>>. Acesso em: 15/08/2018.

GONÇALVES, A. C. da C. G. **O sentido de comunidade, o suporte social percebido e a satisfação com a vida**. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009. Disponível em: <[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2153/1/22286\\_ulfp034907\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2153/1/22286_ulfp034907_tm.pdf)>. Acesso em: 07/11/2018.

GREEN, C. G. Desafio indígena a uma política urbana em Manaus. **Ciência e Trópico**, Recife, v. 29, n. 1, p. 147-174, jan./jun., 2001. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/753/491>>. Acesso em: 15/07/2017.

GUARESCHI, P. A. Relações Comunitárias – Relações de Dominação. In: CAMPOS, R. H. de F. A. (Org.). **Psicologia social comunitária:** Da alteridade à autonomia. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GUARESCHI, P. A. O mistério da comunidade. IN: SARRIERA, J. C.; SAFORCADA, E. T. (Orgs.). **Introdução à Psicologia Comunitária:** bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010. p. 13-23.

HENRIQUES, M. S. Comunicação, comunidades e os desafios da mobilização social. In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2005. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Uerj, 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/110500648619188691648262921728209604489.pdf>>. Acesso em 27/09/2018.

HOFFMANN, M. B. Do “Brasil sem índios” aos “índios sem Brasil”: Algumas questões em torno da cooperação internacional junto aos povos indígenas no Brasil. **Revista**

**Anthropológicas**, v. 16, ano 9, n. 2, p. 153-186, 2005. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/view/61/59>>. Acesso em: 15/07/2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2012. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf)>. Acesso em: 15/03/2017

IDEFLOR. Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará. **Projeto de Desenvolvimento Comunitário: fortalecimento da economia agroflorestal e extrativista das comunidades na Gleba Nova Olinda I**. Belém: FADESP, jul., 2009. Disponível em <<http://ideflorbio.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/Relat%C3%B3rio-Socioecon%C3%B4mico-Nova-Olinda-I.pdf>> Acesso em: 31/08/2017.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária – Inovar é possível?. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Letra e Imagem, 2009. p. 108-121. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/TURISMO\\_DE\\_BASE\\_COMUNITxRIA.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITxRIA.pdf)>. Acesso em: 29/09/2018.

JIMENES, A. A.; MARTINS, M. C. O rastro, o migrante e a geografia da alteridade: Manaus e os deslocamentos indígenas na Amazônia Ocidental. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados, v. 19, n. 33, p. 89-108, 2017. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/6766/3791>>. Acesso em: 20/09/2018.

KLEBA, M. E. WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2009.v18n4/733-743/pt>>. Acesso em: 29/09/2018.

LIMA, M. P. C.; ARTILES, A. M. descontentamento na Europa em tempos de austeridade: da ação coletiva à participação individual no protesto social. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 103, p. 137-172, mai., 2014. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/5569>>. Acesso em: 17/06/2017.

LIMA, S. C. **TERRITÓRIO E IDENTIDADE: indígenas Kaixana na Comunidade São Francisco de Tonantins/Tonantins (AM)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Unidade Acadêmica Especial de Geografia. Catalão: Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/7521/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Suzana%20Carvalho%20Lima%20-%202017.pdf>>. Acesso em: 28/09/2018.

LIMA, D. M. A.; BOMFIM, Z. A. C. Vinculação afetiva pessoa-ambiente: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental. **Psico**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 491-497, out./dez. 2009. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5161393>>. Acesso em: 15/09/2018.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico/2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. p. 251-290.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. deO. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://mlonlinegeneration.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3>>. Acesso em: 29/09/2018.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1>>. Acesso em: 19/09/2017.

MARTINS, F. E. S. Os Pankararu Paulistanos: uma situação de emergência étnico-identitária. **Revista Ambivalências**, v. 2, n. 4, p. 97 – 123, jul./dez., 2014. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/article/view/3600/3079>>. Acesso em: 10/06/2017.

MARTINS, R. L. **A territorialidade como nova possibilidade de (re)significar a identidade Apurinã na cidade de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras. Programa de Pós-Graduação em Geografia: Amazônia - Território e Ambiente. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011. Disponível em: <<http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2809>>. Acesso em: 22/07/2017.

MELO, J. G. Dimensões do urbano: o que as narrativas indígenas revelam sobre a cidade? Considerações dos Baré sobre Manaus, AM. **Teoria e cultura**, Juiz de Fora, v.8, n.1, p.115-126, jan./jun., 2013. Disponível em: <<https://teoriaecultura.ufjf.emnuvens.com.br/TeoriaeCultura/article/view/2816/2135>>. Acesso em: 15/07/2017.

MINAYO, M. S. S. O desafio da Pesquisa Social. IN: MINAYO, M. S. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 09-29.

MINAYO, M. S. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MONIZ, M. J. M.; ELVAS, S. Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 28, n. 3, p. 451-464, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v28n3/v28n3a06.pdf>>. Acesso em: 07/11/2018.

MONTEIRO, A. A.; MONTEZ, M. M. Sentidos de mobilização e de desmobilização da ação coletiva. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, nº 1, p. 217–237, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v21n1/0104-6276-op-21-01-00217.pdf>>. Acesso em: 20/05/2017.

MONTEIRO, F. J. Ajuda-mútua e reabilitação. **Análise Psicológica**, v. 3, n 15, p. 449-452, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v15n3/v15n3a09.pdf>>. Acesso em: 12/09/2018.

MONTEIRO, J. M. **Tupis, Tapuias e Historiadores**: Estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas IFCH - Unicamp. Campinas: Biblioteca Unicamp, 2001. Disponível em: <[repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281350/.../Monteiro,%20John%20M.\\_LD.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281350/.../Monteiro,%20John%20M._LD.pdf)> Acesso em: 14/07/2017.

MONTERO, M. Para que Psicologia Política. IN: SILVA, A., CORRÊA, F. (Orgs.). **No interstício das disciplinaridades**: a psicologia política. Curitiba: Prisma, 2015. p. 39-64

MOONEN, F. Povos Indígenas no Brasil. 2008. IN: \_\_\_\_\_; MARIZ, L. (orgs.). **Etnohistória dos índios Potiguara**. João Pessoa: PRPB/SECPB, 1992, p. 13-92.

MORALES, H. A. Psicologia Política Latinoamericana: reflexões sobre seu lugar e desafios. In: HUR, D.; LACERDA Jr., F. (Orgs.). **Psicologia Política crítica**: insurgências na América Latina. Campinas: Alínea, 2016. p. 137-143

MORGADO, C.; OLIVEIRA, I. Mediação em contexto escolar: transformar o conflito em oportunidade. **Exedra**, n.1, p. 43-56, 2009. Disponível em: <<http://www.exedrajournal.com/docs/01/43-56.pdf>>. Acesso em 29/09/2018.

NASCIMENTO, A. C.; VIEIRA, C. M. N. O índio e o espaço urbano: breves considerações sobre o contexto indígena na cidade. **Cordis.**, São Paulo, n. 14, p. 118-136, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/26141/18771>>. Acesso em: 15/07/2017.

NASCIMENTO, E. M.; EL SAYED, K. M.. Administração de conflitos. In: MENDES, J. T. G. (Org.). **Capital Humano**. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, 2002. p.47-56

NEPOMUCENO, L. B.; XIMENES, V. M.; CIDADES, E. C.; MENDONÇA, F. W. O.; SOARES, C. A. Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 39, n. 4, p. 456-464, out./dez. 2008. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5161531>>. Acesso em: 29/10/2018.

NEPOMUCENO, B. B.; BARBOSA, M. S. XIMENES, V. M.; CARDOSO, A. A. V. Bem estar pessoal e sentimento de comunidade: um estudo psicossocial da pobreza. **Psicologia e Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1, 2017. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-12472017000100009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472017000100009)>. Acesso em: 07/11/2018.

NÓBREGA, L. S. A atuação da Psicologia na atenção psicossocial em contextos indígenas. IN: CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G (orgs.). **Nos interiores da Amazônia**: leituras psicossociais. Curitiba: Editora CRV, 2016, p. 249-270.

NOELLI, F. S.; FERREIRA, L. M. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. **História, Ciências, Saúde**, v. 14, n. 4, p. 1239-1264, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702007000400008>>. Acesso em: 29/09/2018.

NOTZOLD, A. L. V, BRINGMANN, S. F. O Serviço de Proteção aos Índios e os projetos de

desenvolvimento dos Postos Indígenas: o Programa Pecuário e a Campanha do Trigo entre os Kaingang da IR7. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 5, nº 10, p. 147-166, dez., 2013. Disponível em: <<https://rbhcs.com/rbhcs/article/view/193/187>>. Acesso em: 17/07/2017.

NUNES, E. S. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/8289/7642>>. Acesso em: 15/07/2017

OLIVEIRA, A. J. N. de; ONUKI, J.; OLIVEIRA, E. Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. **Contextos Internacional**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 465-504, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v28n2/a04v28n2>>. Acesso em 28/09/2018

OZÓRIO, L. Perspectivas da pesquisa comunitária: comunidade como práxis e seus diálogos com as histórias orais de vida. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 28-41, jun. 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v7n1/v7n1a04.pdf>>. Acesso em: 29/09/2018.

PAGLIARO, H. A Revolução Demográfica dos Povos Indígenas: a experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso. IN: \_\_\_\_\_; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (Orgs.). **Demografia dos Povos Indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Associação Brasileira de Estudos Populacionais/Abep, 2005. p. 79-102. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/qdgt/pdf/pagliaro-9788575412541.pdf>>. Acesso em: 14/07/2017.

PEREIRA, C. M.; ALVES, P. L. S. Políticas públicas e índios cidadãos: direito ao trabalho e inclusão social. **Revista de Direitos da Faculdade Estácio do Pará**, Belém, v. 5, n. 7, p. 48-64, 2018. Disponível em: <<http://www.revistasfap.com/ojs3/index.php/direito/article/view/183/176>>. Acesso em: 20/09/2018.

PEREIRA, A. J.; BERNANDES, R. O festejo intercultural do Canaúanim: Um veículo de divulgação, fortalecimento e manutenção da cultura Wapixana em Roraima. **Revista Teias**, v. 19, n. 53, p. 179-191, 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/33513/25362>>. Acesso em: 29/10/2018.

PEREIRA, E.; DIOGO, N. M. F. Interfaces entre psicologia social comunitária e psicodrama. **Psicologia Teoria e Prática**, São Paulo, v. 11, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v11n2/v11n2a11.pdf>>. Acesso em: 07/11/2018.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP/Cultura Acadêmica, 2009.

PINTO, N. S. “Nós somos todos misturados”: histórias e parentesco Wajuru (Rondônia). IN: PIMENTA, J.; SMILJANIC, M. I. (orgs.). **Etnologia Indígena e Indigenismo**. Brasília: Positiva, 2012. p.159-184.

PRADO, M. A. M. Psicologia Política e Ação Coletiva: Notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. **Revista Psicologia Política**, v. 1, n.1, p. 149-172, 2001. Disponível em: <[www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/artigos\\_pub/artigo\\_10.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/artigos_pub/artigo_10.pdf)>. Acesso em: 15/03/2017

PRADO, M. A. M. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 59-71, jun. 2002a. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/viewFile/137/131>>. Acesso em 26/10/2018.

PRADO, M. A. M. A Psicologia Comunitária nas Américas: o Individualismo, o Comunitarismo e a Exclusão do Político. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 1, p. 201-210, 2002b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/prc/v15n1/a21v15n1.pdf>>. Acesso em: 10/09/2018.

PRADO, M. A. M.; CAMPICI, C. de P. F.; PIMENTA, S. D.; Uma Reflexão sobre o Conceito de Alcoolismo entre os Povos Indígenas a partir do Comportamento Alcoólico entre os índios Bororo de Mato Grosso. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 298-317, dez. 2004. Disponível em: <<http://seer.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/215/225>>. Acesso em: 29/09/2018.

QUEIROZ, I. S.; SANTOS, L. C. R dos. Desenvolvimento local a partir da participação comunitária. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 84-96, 2016. Disponível em: <<https://revistas.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/5171/3252>>. Acesso em 29/09/2018.

QUILES, M. I.; BARROS, E. P. Alcoolismo, doença do branco: Uma Reflexão sobre o Conceito de Alcoolismo entre os Povos Indígenas a partir do Comportamento Alcoólico entre os índios Bororo de Mato Grosso. **Revista Saúde e Ambiente**, v. 4, n. ½, p. 35-48, 2001. Disponível em: <<http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/1310013.pdf>>. Acesso em 29/09/2018.

RAUPP, L.; FÁVARO, T. R.; CUNHA, G. M.; SANTOS, R. V. Condições de saneamento e desigualdades de cor/raça no Brasil urbano: uma análise com foco na população indígena com base no Censo Demográfico de 2010. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 20, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/rbepid/2017.v20n1/1-15/pt>>. Acesso em: 20/09/2018.

REYDON, B. P.; FELÍCIO, A. S. G. Fundamentos da governança fundiária. In: FAO/SEAD. **Governança de terras: da teoria à realidade brasileira**. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i77890.pdf#page=219>>. Acesso em: 29/10/2018. p. 13-41.

REZENDE, D. L. Identidade e diferença: possibilidades e dilemas. Três pontos – **Revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais**, ano 1, n. 0, 2004. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/viewFile/1340/994>>. Acesso em 29/09/2018.

RIBEIRO, A. C.; ANDION, C.; BURIGO, F. Ação coletiva e coprodução para o desenvolvimento rural: um estudo de caso do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra Catarinense. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 119-140, jan./fev. 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/42967/41684>>. Acesso em: 17/05/2017.

RODRIGUES, A. D. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 35-38, 2005. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a18v57n2.pdf>>. Acesso em: 28/09/2018.

ROSA, M. M. **Catarinas e Iracemas**: sobre casamentos interétnicos de mulheres indígenas em Manaus. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

ROSA, M. Indígenas em Manaus: a manutenção da identidade étnica no meio urbano. In: CALEGARE, M. G. A.; ALBUQUERQUE, R. **Processos Psicossociais na Amazônia: reflexões sobre raça, etnia, saúde mental e educação**. São Paulo: Alexa Cultural, 2018. p. 129-150.

SANDOVAL, S.; DANTAS, B., S., A.; ANSARA, S. Considerações Históricas sobre Psicologia Política. IN: SANDOVAL, S.; HUR, D. U.; DANTAS, B. S. A. (Orgs). **Psicologia Política: temas atuais de investigação**. Campinas: Alínea, 2014, p. 13-24

SANDOVAL, S.; SILVA, A. S. O modelo de análise da consciência política como contribuição para a Psicologia Política dos Movimentos Sociais. In: HUR, D.; LACERDA, Jr. F. (Orgs.). **Psicologia, política e movimentos sociais**. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 25-57.

SANTANA, G. S.; SIMÕES, M. de L. N. Identidade, memória e patrimônio: a festa de Sant'Ana do Rio do Engenho, Ilhéus (BA). **Textos escolhidos de Cultura e Arte Populares**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 87-102, 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/viewFile/16353/12376>>. Acesso em: 03/07/2017.

SANTOS, J. K. de J. dos. **Ocupação irregular: comunidade Augustolândia – Santa Rita – PB**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Departamento de Geografia. Guarabira: Universidade Estadual da Paraíba, 2017. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/15772/1/PDF%20-%20Jamilly%20Karla%20de%20Jesus%20dos%20Santos.pdf>>. Acesso em: 29/09/2018.

SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. IN: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 35-53.

SAWAIA, B. B. “Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia e Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a10v21n3>>. Acesso em: 15/08/2018.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07>>. Acesso em: 28/10/2018.

SCHMIDT, M. L. S. Pesquisa Participante: Alteridade e Comunidades Interpretativas. **Psicologia USP**, v. 17, n. 2, p. 11-41, 2006. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/pusp/v17n2/v17n2a02.pdf](http://www.scielo.br/pdf/pusp/v17n2/v17n2a02.pdf)> Acesso em: 15/03/2017

SILVA, A. F., MARIELYN, C. M. J. G., ROCHA, A., SILVA, E. M. Educação Indígena. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 4, n. 1, p. 65-74, 2016. Disponível em: <[https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/PED\\_EaD/article/view/1484/621](https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/PED_EaD/article/view/1484/621)>. Acesso em: 16/07/2017.

SILVA, A. M. **A inserção dos tikuna no tecido social urbano de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2013. Disponível em: <<http://200.129.163.13/portais/anexos/upload/wpcontent/uploads/2013/12/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Final-Aldenor-Mo%C3%A7ambiteda-Silva.pdf>>. Acesso em: 15/03/2017.

SILVA, A. S. da. A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. **Psicologia Política**, v. 12, n. 25, p. 409-425, 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v12n25/v12n25a04.pdf>>. Acesso em 29/09/2018.

SILVA, R. N. P. **O universo social dos indígenas no espaço urbano: identidade étnica na cidade de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

SILVA, Jr, A. R. da. Festejo quilombola: o kalunga, o divino, o verso. In: IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2008. Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2008. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14640.pdf>>. Acesso em 10/11/2018.

SIMONI, A. T.; DAGNINO, R. S. Dinâmica demográfica da população indígena em áreas urbanas: o caso da cidade de Altamira, Pará. **Revista Brasileira de Estudos Populares**, Rio de Janeiro, v.33, n.2, p.303-326, mai./ago., 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v33n2/0102-3098-rbepop-2016a0020.pdf>>. Acesso em: 10/06/2017.

SIMONIAN, L. T. L. PONTE, L. A. S. X. Relação Estado e Sociedades Indígenas: identidades e territorialidades em Manaus, AM. IN: II ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA DA REGIÃO NORTE, 2010. Belém. **Anais eletrônicos...** Belém: Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte, 2010. Disponível em: <<http://www.sbsnorte2010.ufpa.br/site/anais/ARQUIVOS/GT9-273-16020100831233446.pdf>> Acesso em: 20/07/2017.

SOARES, A. M. Notas sobre a habitação social em Salvador no final do século XX: padrão de inserção e anseios populares. **Prelúdios**, Salvador, v. 6, n. 6, p. 31-56, jul./dez. 2017. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistapreludios/article/view/26157/15824>>. Acesso em: 29/09/2018.

SOUZA, E. R. de.; MINAYO, M. C. de S. Segurança pública num país violento. **Perspectivas - Caderno de Saúde Pública**, v. 33, n. 3, p. 2-4, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csp/2017.v33n3/e00036217/pt>>. Acesso em 28/09/2018.

SOUSA, M. L. J. de; CARVALHO, M. de. L. D. de.; KAMBEBA, M. S. Currículo e tecnologias educacionais no contexto bioecológico da escola indígena: escola Kanata T-ykua do povo Kambeba/AM. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 4, n. 3, 2017. Disponível em: <[https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/50643/1/2017\\_Curr%C3%ADculo%20e%20tecnologias%20educacionais%20no%20contexto%20bioecol%C3%B3gico\\_Escola%20Kanata%20T.%20Ykua\\_povo%20Kambeba.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/50643/1/2017_Curr%C3%ADculo%20e%20tecnologias%20educacionais%20no%20contexto%20bioecol%C3%B3gico_Escola%20Kanata%20T.%20Ykua_povo%20Kambeba.pdf)>. Acesso em: 23/09/2018.

SOUZA, M. T., SILVA, M. D., CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 01, p. 102-106, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt\\_1679-4508-eins-8-1-0102](http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102)>. Acesso em: 09/08/2017.

TASSINARI, A. M. I., GOBBI, I. Políticas públicas e educação para indígenas e sobre indígenas. **Educação**, Santa Maria, v. 34, n. 1, p. 95-112, jan./abr. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/1591/887>> Acesso em: 16/07/2017.

TATAGIBA, L.; PATERNIANI, S. Z.; TRINDADE, T. A. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 399-426, novembro, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v18n2/a07v18n2.pdf>>. Acesso em: 28/09/2018.

TEIXEIRA, P.; MAINBOURG, E. M. T.; BRASIL, M. Migração do povo indígena Sateré-Mawé em dois contextos distintos na Amazônia. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p. 531-546, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3476/347632179008/>. Acesso em: 20/09/2018.

UGARTE, A. S. **Sertões dos Bárbaros**: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia dos cronistas ibéricos (século XVI-XVII). Manaus: Editora Valer. 2009

VEIGA, J. O processo de privatização da posse da terra indígenas. **Portal Kaingang**, p. 1-10, 2006. Disponível em: <[http://www.portalkaingang.org/privatizacao\\_juracilda.pdf](http://www.portalkaingang.org/privatizacao_juracilda.pdf)>. Acesso em: 29/10/2018.

VILAÇA, A. O que significa tornar-se outro?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcsoc/v15n44/4147.pdf>>. Acesso em: 29/10/2018

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana - Estudos de Antropologia Social**, v. 2, n. 2, p. 115-43, 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v2n2/v2n2a05.pdf>>. Acesso em: 29/10/2018.

XIMENES, V. M. PAULA, L. R. C. de.; BARROS, J. P. P. Psicologia Comunitária e Política de Assistência Social: Diálogos Sobre Atuações em Comunidades. **Psicologia Ciência e**

**Profissão**, v. 29, n. 4, p. 686-699, 2009. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n4/v29n4a04>>. Acesso em: 20/09/2018.

## **APÊNDICE**

### Apêndice A – Roteiro de Entrevista

<b>Nome:</b>	<b>Membro da associação (X) Cargo:</b> <b>Morador(a) ( )</b>	
<b>Nome Indígena (Se houver):</b>	<b>Etnia (Se houver):</b>	<b>Procedência:</b>
<b>Data:</b>		

Você faz parte da história dessa comunidade? Como? (ou Por quê?)

Como foi o processo para constituir a comunidade?

Os moradores de etnias diferentes fazem parte do mesmo grupo? Por quê?

Os moradores não indígenas fazem parte do mesmo grupo? Por quê?

O que vocês fazem para criar um ambiente de união? Quais são as dificuldades?

Quais as dificuldades entre as pessoas da sua etnia?

Quais as dificuldades entre a sua etnia e as outras?

Quais as dificuldades entre os moradores indígenas e não indígenas?

Quais as dificuldades entre os moradores da comunidade com o restante do bairro?

Todos têm o mesmo objetivo para o futuro da comunidade? Por quê?

Tem alguma atividade que toda a comunidade faz junto?

O que vocês têm feito para superar as dificuldades que têm encontrado?

Porque vocês resolveram fazer o ensino do nheengatu?

Quais são as lutas da comunidade?

Como você se envolve nessas lutas?

Essas lutas têm tido algum resultado?

Porque foi criada a associação?

## **ANEXOS**

## Anexo I – Termo de Anuência



**UFAM**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM**  
**FACULDADE DE PSICOLOGIA - FAPSI**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI**

### TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "INDÍGENAS URBANOS EM MANAUS: Um estudo sobre a construção da identidade coletiva de moradores da Comunidade Sol Nascente.", sob a orientação do Prof. Dr. MARCELO GUSTAVO AGUILAR CALEGARE e responsabilidade da mestranda pesquisadora MAYARA DOS SANTOS FERREIRA do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/FAPSI/UFAM, o qual tem o apoio e autorização desta comunidade.

Manaus-AM, 29 de Maio de 2017.

A handwritten signature in blue ink, reading "Eledilson Corrêa Dias", is written over a horizontal line.

Eledilson Corrêa Dias  
Líder Comunitário

Contato: Mayara dos Santos Ferreira, encontrada na Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Psicologia,  
Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 Campus Universitário Setor Sul, Bloco X, Coroado,  
Cep 69077-000, Manaus, ou pelo telefone (92) 3305-4127, ou e-mail: pr.ufam.ps@gmail.com

## Anexo II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar da pesquisa “Indígenas em contexto de cidade: um estudo sobre o processo de formação da identidade coletiva de moradores da Comunidade Sol Nascente”, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Gustavo Aguilar Calegare e responsabilidade da mestrandia Mayara dos Santos Ferreira, encontrada na Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Psicologia, Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 Campus Universitário Setor Sul, Bloco X, Coroado, Cep 69077-000, Manaus, ou pelo telefone (92) 3305-4127, ou e-mail: pr.ufam.ps@gmail.com. A pesquisa pretende compreender o processo de construção da identidade coletiva dos moradores da Comunidade Sol Nascente. Sua participação é voluntária e se dará por meio da participação em reuniões e respostas a entrevistas. Os riscos de participação são mínimos, resumindo-se ao constrangimento ou desconforto, porém havendo qualquer indício desses, a pesquisa será interrompida de imediato, os dados obtidos desconsiderados e oferecida assistência psicológica gratuita por psicóloga levada à comunidade ou por encaminhamento ao Centro de Serviço de Psicologia Aplicada (CSPA), da Faculdade de Psicologia-UFAM, estabelecido na Av. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 6200, Bloco X, Coroado, Manaus/AM, aos cuidados da psicóloga Rebeca Louise Pevas Lima de Freitas, responsável pelo serviço, com todas suas despesas e de seu acompanhante pagas.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar, estará contribuindo diretamente, para o desenvolvimento de estudos de comunidades indígenas residentes em Manaus, podendo contribuir para reconfigurações das realidades sociais vivenciadas por esta população, a fim de promover melhora qualidade de vida. Se depois de consentir em sua participação o(a) Sr.(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com Mayara dos Santos Ferreira, no endereço acima citado, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181/2004, e-mail: cep.ufam@gmail.com.

### Consentimento Pós-Informação

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
Impressão  
Dactiloscópica

### Anexo III – Parecer do Comitê de Ética

#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** INDÍGENAS URBANOS EM MANAUS: Um estudo sobre o processo de formação da identidade coletiva de moradores da Comunidade Sol Nascente.

**Pesquisador:** MAYARA DOS SANTOS FERREIRA **Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 70475717.0.0000.5020

**Instituição Proponente:** Faculdade de Psicologia

**Patrocinador Principal:** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM

**DADOS DO**

**PARECER Número**

**do Parecer:**

2.185.248

#### **Apresentação do Projeto:**

A Comunidade Sol Nascente é uma área de ocupação na cidade de Manaus, habitada há cerca de quatro anos por moradores indígenas de doze etnias e também não-indígenas. O principal representante e líder dessas ações é um morador indígena, eleito como cacique. Apresenta diversas dificuldades acerca da infraestrutura do espaço, que envolvem regulamentação de água, energia e saneamento. Por esta razão, tem havido organização coletiva em prol da reivindicação de direitos básicos ao território, bem como de moradia, saúde e educação. Na comunidade se tem percebido algumas contradições, conflitos e disputas entre os diversos moradores, decorrentes das diferenças quanto ao seu direcionamento e disputas de poder. Isso tem influenciado na constituição da identidade coletiva, entendida como o processo de configuração dos sujeitos coletivos (“nos”), abrangendo aspectos cognitivos, interativos e emocionais, que dão forma às ações coletivas. Assim, levantam-se alguns questionamentos acerca da constituição sociopolítica e das estratégias de enfrentamento utilizadas pelos moradores para responder às demandas sociais deste contexto, que configuram sua identidade

coletiva. Portanto, propoe-se como objetivo geral, compreender o processo de construcao da identidade coletiva de moradores da Comunidade Sol Nascente, tendo como objetivos especificos: verificar se os moradores indigenas e nao-indigenas se consideram pertencentes ao mesmo grupo social;

Página 01 de

investigar os conflitos intra e intercomunitarios; e identificar as lutas politicas e sua relacao com o fortalecimento das identidades. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com uso de entrevista semiestruturada, com 10 a 15 participantes, e observacao participante com registro em diario de campo. A analise dos dados sera realizada com base na Analise de Conteudo de Bardin. Espera-se que a pesquisa colabore com a compreensao da vida da populacao indigena em Manaus, e que possa despertar em outros pesquisadores o interesse para o desenvolvimento de mais estudos nesta area.

Pesquisador Responsável: MAYARA DOS SANTOS FERREIRA

Submetido em: 02/06/2017

Instituição Proponente: Faculdade de Psicologia

### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primario: Compreender o processo de construcao da identidade coletiva de moradores da Comunidade Sol Nascente.

Objetivo Secundario:

- 1) Verificar se os moradores indigenas e nao-indigenas se consideram pertencentes ao mesmo grupo social.
- 2) Investigar os conflitos intra e intercomunitarios.
- 3) Identificar as lutas politicas e sua relacao com o fortalecimento das identidades.

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos: O projeto foi desenvolvido com base nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, do Conselho Nacional de Saude, Resolucao 466/12, e

atendera as exigências éticas e científicas fundamentais: Comitê de Ética e Pesquisa, TCLE, confidencialidade e a privacidade dos dados. Para tanto, caso ocorra constrangimento ou desconforto durante o desenvolvimento da pesquisa aos participantes, os pesquisadores suspenderão a aplicação dos instrumentos de coleta de dados para prestar-lhe o acompanhamento psicológico necessário, visando seu bem-estar. Também poderão encaminhá-lo (a) para o Centro de Serviço de Psicologia Aplicada (CSPA), da Faculdade de Psicologia-UFAM, estabelecido na Av. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 6200, Bloco X, Coroado, Manaus/AM. Cumpre esclarecer que a pesquisa, através da instituição que a acolhe, garantirá indenização aos participantes (cobertura material), em reparação a dano imediato ou tardio, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano e jamais será exigida dos participantes, sob qualquer argumento, renúncia ao direito a indenização por dano. Os valores respectivos aos danos serão estimados pela instituição

Página 02 de

proponente quando os mesmos ocorrerem, uma vez que não há valores pre-estabelecidos de acordo com os riscos, uma vez que não há previsibilidade dos mesmos em seus graus, níveis e intensidades na Resolução em tela e nem na Res. 510/2016, que trata da normatização da pesquisa em ciências humanas e sociais, uma vez que não há definição da graduação do risco (mínimo, baixo, moderado ou elevado). Benefícios: Tendo vista a situação de exclusão vivenciada pela população indígena urbana em Manaus, esta pesquisa, poderá propiciar à comunidade formas de compreensão de sua identidade coletiva, e como isso tem auxiliado nas suas lutas políticas. A realização da pesquisa também poderá estimular uma maior visibilidade da situação dessas comunidades nas zonas periféricas de Manaus, podendo assim despertar interesse em mais pesquisas e intervenções nesta temática. Além de tudo, contribuirá de forma extremamente significativa na construção de conhecimento técnico-teórico da psicologia, e na exploração deste campo emergente de pesquisa.

### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Tipo de pesquisa: Esta pesquisa tem cunho qualitativo, sendo que, tem o intuito de investigar aspectos de uma realidade não quantificável, construída por aspectos da subjetividade. De

acordo com Minayo (2009) a pesquisa qualitativa, e o viés metodológico que tem o objetivo de compreender os significados, crenças, e valores, compreendidos como elementos de uma realidade social, estabelecidos a partir das relações e das representações feitas destas. Minayo (2008) ainda afirma que a pesquisa qualitativa, dedica-se a analisar as interações entre as pessoas, e defende o fato de que toda pesquisa é colaborativa, e parte de uma construção de todos os envolvidos neste processo, aspectos este, que pretendem-se considerar e coletar como dados, durante o desenvolvimento deste estudo. Instrumentos: Com base na metodologia proposta por Calegare, Higuschi e Forsberg (2013), pretende-se fazer uso da entrevista semi-estruturada, considerada pelos autores um dos instrumentos prediletos no desenvolvimento de pesquisas com base na Psicologia Social. Será utilizada por ser flexível, e permitir ao pesquisador um contato mais próximo com os sujeitos da pesquisa, e possibilitará inclusive, coletar as atitudes gerais dos pesquisados, perante as perguntas realizadas. Propõe-se também a utilização da observação participante, com registro em diário de campo. A observação participante tem sido compreendida, de acordo com Schmidt (2006) e Minayo (2008) pela inserção do pesquisador em uma dada situação ou ambiente, onde o mesmo é levado a participar comumente no cotidiano dos sujeitos pesquisados, compreendendo que o pesquisador, faz parte do processo, modificando o ambiente, e também sendo modificado, por ele. Dentro

desta dinâmica, também se faz necessário a realização de diários de campo, que segundo Minayo (2008) é caracterizado por anotações, em um caderninho, sobre tudo o que é observado no contexto da pesquisa. Será utilizado em razão de permitir o registro e coleta de impressões pessoais do pesquisador na Comunidade Sol Nascente, resultantes de conversas informais, comportamentos e falas aleatórias, dentre outros dados, considerados importantes para a construção dos resultados. Procedimentos: 1) Será realizado o preenchimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de todos os participantes da pesquisa. Este processo ocorrerá durante visita à comunidade. 2) Também será preenchido e assinado o Termo de Anuência, que comprovará a autorização e aceitação dos moradores,

como participantes da pesquisa, e que também ocorrerá durante visita a comunidade. 3) Serão feitas visitas semanais a comunidade, com a intenção de alcançar os objetivos da pesquisa e selecionar os participantes. No que diz respeito a entrevista, esta poderá ocorrer, em idas pre-combinadas as casas dos participantes, ou na realização de encontros em locais específicos da comunidade, que forem mais cómodos para os moradores se deslocarem. 4) A observação participante, com o registro de diário de campo, será feita todas as vezes em que o pesquisador estiver na comunidade, na presença de pelo menos um morador, realizando as devidas anotações em torno dos aspectos relevantes, observados, e que não estejam contemplados na entrevista. 5) Após a coleta, serão feitas as transcrições das informações coletadas, tal qual como se apresentaram nas entrevistas, e no registro do diário de campo, para posterior análise.

**Critério de Inclusão:**

Ser morador da Comunidade Sol Nascente há mais de um ano, demonstrar interesse em participar, assinar o TCLE, ser maior de 18 anos.

**Critério de Exclusão:**

Não falar português, ter menos de 18 anos, morar há menos de um ano na comunidade, não demonstrar interesse em participar.

### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

- I) Folha de rosto: Assinada pela pesquisadora e pela Diretora da Faculdade de Psicologia.
  - II) Orçamento: R\$ 411,00
  - III) Cronograma: adequado
- 31/10/2018.

IV) TCLE: apresentado e adequado.

VI) Termo de anuência que participará da pesquisa - assinada pelo líder comunitário.

VII) Foi apresentado um roteiro de entrevista.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O protocolo foi reapresentado e todas as pendências foram atendidas. Diante do exposto, somos pela aprovação. salvo melhor juízo é o parecer.

**Considerações Finais a critério do CEP:****Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_928186.pdf	09/07/2017 14:04:53		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.docx	05/07/2017 20:21:17	MAYARA DOS SANTOS FERREIRA	Aceito
Outros	Termo_de_Anuencia_assinado_comunidade.pdf	05/07/2017 20:09:49	MAYARA DOS SANTOS FERREIRA	Aceito
Outros	FAPEAM_financiamento.pdf	05/07/2017 20:01:58	MAYARA DOS SANTOS FERREIRA	Aceito
Outros	Termo_de_Anuencia_CSPA.pdf	05/07/2017 20:00:10	MAYARA DOS SANTOS FERREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	05/07/2017 19:56:33	MAYARA DOS SANTOS FERREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	02/06/2017 15:26:23	MAYARA DOS SANTOS FERREIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	27/05/2017 16:23:13	MAYARA DOS SANTOS FERREIRA	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA.docx	26/05/2017 15:37:44	MAYARA DOS SANTOS FERREIRA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

MANAUS, 25 de Julho de 2017

---

**Assinado por:**  
**Eliana Maria Pereira da Fonseca**  
**(Coordenador)**



PODER EXECUTIVO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/UFAM

## PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas **aprovou**, em reunião ordinária realizada nesta data, por unanimidade de votos, o Projeto de Pesquisa protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº 70475717.0.0000.5020, intitulado: **“INDÍGENAS URBANOS EM MANAUS: Um estudo sobre o processo de formação da identidade coletiva de moradores da Comunidade Sol Nascente”**, tendo como Pesquisadora Responsável Mayara dos Santos Ferreira.

Sala de Reunião da Escola de Enfermagem de Manaus – EEM da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus/Amazonas, 25 de julho de 2017.

  
Prof.<sup>a</sup> MSc. Eliana Maria Pereira da Fonseca  
Coordenadora CEP/UFAM